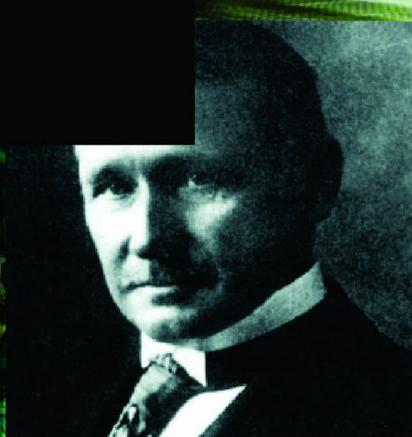
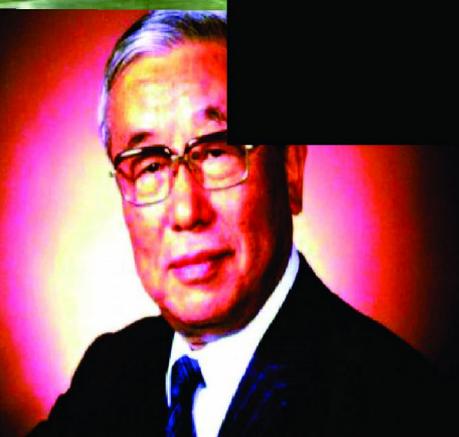


# TRABALHO, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

a expansão do capitalismo e a reestruturação da produção



ROBSON LUIZ DE FRANÇA  
ORGANIZADOR



**Robson Luiz de França**  
**Organizador**

**Trabalho, educação e formação profissional: a  
expansão do capitalismo e a reestruturação da produção**

**Uberlândia / Minas Gerais**  
**Navegando Publicações**  
**2016**



**Navegando Publicações**  
CNPJ – 978-85-92592-00-4



[www.editoranavegando.com](http://www.editoranavegando.com)  
[editoranavegando@gmail.com](mailto:editoranavegando@gmail.com)

Uberlândia – MG  
Brasil

**Conselho Editorial**

Anselmo de Alencar Colares  
Carlos Lucena  
Dermeval Saviani  
Gilberto Luiz Alves  
José Carlos de Souza Araújo  
José Claudinei Lombardi  
José Luis Sanfelice  
Lívia Diana Rocha Magalhães  
Mara Regina Martins Jacomeli

**Copyright © by autor, 2016.**

---

França, Robson Luiz de  
R5766 Trabalho, educação e formação profissional: a expansão do capitalismo e a reestruturação da produção/ Robson Luiz de França – Organizador – Uberlândia: Navegando Publicações, 2016.

ISBN: 978-85-92592-07-3

I. Educação. 2. Trabalho. 3. Capitalismo. I. França, Robson Luiz de. II. Título. III. Série.

CDD – 190

---

Preparação – Lurdes Lucena  
Diagramação – Lurdes Lucena  
Revisão – Lurdes Lucena

Índices para catálogo sistemático

Economia	330
Educação	370
Ciência Política	320

## Sumário

A expansão do capitalismo no mundo como origem da reestruturação da produção e do trabalho a partir do ano 2000. Alessandra Franco	07
As mudanças ocorridas no mundo do trabalho com o avanço das novas tecnologias. Alícia Felisbino Ramos Robson Luiz de França	43
Apontamentos sobre a elaboração de políticas públicas educacionais voltadas para a formação dos trabalhadores no contexto da reforma do aparelho do estado. Adriana Cristina Omena dos Santos Luciana Charão de Oliveira Roberta Rodrigues Ponciano	59
O trabalho jornalístico no capitalismo: reflexões sobre reificação e a produção de conhecimento. Gabrielle C. Silva Adriana C. Omena Santos	79
A dialética entre expansão x retração de empregabilidade no ensino superior brasileiro e a educação a distância Polyana Imolesi Silveira de França	101
As transformações ocorridas nos processos produtivos do meio rural: agroindústrias rurais e o processo de formação e inserção profissional. Cleide Francisca de Souza Tano Robson Luiz de França	117



**Trabalho, educação e formação profissional: a  
expansão do capitalismo e a reestruturação da  
produção**

**Robson Luiz de França – Organizador**  
**Adriana Cristina Omena dos Santos**  
**Alessandra Franco**  
**Alícia Felisbino Ramos**  
**Cleide Francisca de Souza Tano**  
**Gabrielle C. Silva**  
**Luciana Charão de Oliveira**  
**Polyana Imolesi Silveira de França**  
**Roberta Rodrigues Ponciano**



# A EXPANSÃO DO CAPITALISMO NO MUNDO COMO ORIGEM DA REESTRUTURAÇÃO DA PRODUÇÃO E DO TRABALHO A PARTIR DO ANO 2000

*Alessandra Franco*\*

## Introdução

**A**ntes de discutir a reestruturação da produção e do trabalho como fenômeno socioeconômico é necessário proceder a contextualização histórica desse fenômeno, bem com as mudanças que a produziu e impulsionou. Preliminarmente, é preciso ressaltar a indissociabilidade ou vinculação entre o desenvolvimento econômico e a reestruturação do trabalho e da produção, nos moldes do sistema capitalista. A rigor, o capitalismo existe há séculos e ao contrário de outros regimes como o socialismo e o comunismo, evoluiu muito nos últimos séculos e foi crescendo no mundo, na medida em que as necessidades de consumo foram aparecendo e inovando. Os demais regimes, embora filosoficamente interessantes sob a ótica do trabalho e da riqueza, não se adequaram àquela realidade.

Da mesma forma, discutir as relações do trabalho, no Brasil, é um exercício complexo. Isso porque, embora a importância histórica de tais relações seja significativa para a formação da sociedade brasileira, os registros sobre a formação e evolução das classes sociais, no Brasil, não são robustos, fato que dificulta os estudos contemporâneos. Não menos difícil, é discutir as influências da atuação de tais classes, nos processos de construção do país, da sociedade e no desenvolvimento das relações trabalhistas.

Os ambientes sociais, políticos e produtivos, berços das relações entre trabalhadores e produção, são compostos por sistemas complexos e necessariamente interagentes, expostos diuturnamente a conflitos e à ambiguidades, explica Kannane (2008). São ambientes

---

\*Doutoranda em Educação pelo PPGED/Faced/UFU. Linha de Pesquisa Trabalho Sociedade e Educação. Profa. de Ensino Superior

moldados na incerteza, e em objetivos, por vezes conflitantes, posto que os interesses dos agentes inseridos em tais ambientes diferem por espaços temporais, geográficos, ideológicos, culturais, principais fatores, fontes de tais ambiguidades.

Para evidenciar que os grandes conflitos presentes na história refletem as maiores oportunidades para o domínio do capitalismo, Piniheiro (1977, p.77), cita Luciano Martins como historiador, utilizando-se de cortes na história nos anos de 1914, 1938 e 1962 para explicar as trajetórias que levaram os empresários a aproveitarem das oportunidades provocadas pela conjuntura internacional, principalmente em épocas de grandes conflitos como lacunas históricas para analisar a organização do trabalho e da produção.

Durante o longo período fordista também não foi possível estudar a relação entre a organização, o trabalho e a produção. Dessa forma, outras lacunas históricas surgiram, impedindo discutir as influências culturais, ideológicas, políticas dentre outras para explicar a formação da classe trabalhadora no Brasil. Esse período predominou do final da década de 1960 até meados da década de 1970.

Entre as décadas de 1970 e 1980, com vários problemas políticos e econômicos, gradativamente o Brasil passou a incorporar de vez o sistema capitalista; abandonando por circunstâncias o modelo de acumulação fordista e inspirado no toyotismo. Evidentemente que o Brasil, também, estava aderindo ao modelo mundial do sistema capitalista. A partir dos anos 1990/2000, consolidou-se a grande guinada nos processos de estruturação da produção e do trabalho.

## **O capitalismo neoliberal e a reestruturação do trabalho no Brasil**

Recorrendo à história do capitalismo neoliberal, percebe-se que o mesmo nasceu logo depois da Segunda Grande Guerra Mundial, nos países do mundo do capitalismo maduro (Teixeira, 1998, p 195), “fundamentado como sendo uma reação teórica e política ao modelo de desenvolvimento centrado no Estado”. Assim, no Brasil, não ocorreu da mesma maneira e na mesma época, devido a sua posição socioeconômica e política, que se encontrava naquela época.

Entre as décadas de 1980 e 1990, consolidando a democracia e as propostas de reestruturar o Estado e a produção, propunha-se o afastamento do Estado do sistema produtivo. Em tese, significa uma reação do setor produtivo contra qualquer regulação ou intervenção

do Estado, considerada como a maior crise do sistema capitalista. Além disso, os “neoliberais retomam a tese clássica de que o mercado é a única instituição capaz de coordenar nacionalmente quaisquer problemas sociais, sejam eles de natureza econômica ou política” (TEIXEIRA, 1998, p 195).

No Brasil, para que o país não ficasse distante das economias maduras ou de outras em desenvolvimento, o sistema neoliberal começou a tomar força, por meio dos governos Fernando Collor de Mello (1990-1992); Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), que propunham política de incentivo à abertura de capital estrangeiro – flexibilidade na estrutura da produção e do trabalho – às privatizações e ao desenvolvimento tecnológico.

Na estratégia do desenvolvimento econômico neoliberal, a maior exposição da indústria local à concorrência internacional e as dificuldades para elevar sua produtividade e competitividade, seriam compensadas pela reforma nas relações de trabalho. O capitalismo passou a defender, basicamente, maior desregulamentação do mercado de trabalho e a flexibilidade nas negociações coletivas, como formas de eliminar o que consideram como distorção do padrão de desenvolvimento constituído a partir da década de 1930. Seria uma forma de reduzir o custo da força de trabalho, para tornar o país atraente aos investimentos estrangeiros, e limitar as negociações coletivas ao âmbito da empresa, que devem prevalecer sobre a legislação trabalhista e excluïrem a participação do Estado.

As tentativas de flexibilizar os direitos sociais, trabalhistas e a desregulamentação do mercado de trabalho representam ao mesmo tempo, esforços para reduzir o custo da força de trabalho no Brasil e incentivar a negociação coletiva, como também, principal instrumento de regulação das relações entre empresários e trabalhadores, sem, no entanto, contar com presença do Estado. Por isso, foi também ratificada, a Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho - OIT, que inibe demissões de trabalhadores sem justificativa, quando não existem erros de conduta, ou dificuldades econômicas e financeiras na empresa.

Por isso, o Estado articula o processo de reformas nas relações de trabalho junto com o Congresso Nacional como também, redefina o papel que o Ministério do Trabalho deve exercer entre empresários e trabalhadores, e garante a institucionalidade das mudanças nas regras e nos procedimentos introduzidos por meio das negociações coletivas, estabelecidas entre eles.

Do lado da iniciativa privada, os empresários como atores sociais iniciaram processo de reestruturação patrimonial. Em diversas entidades patronais, foi importante a reorganização da estrutura administrativa para melhorar a relação com os associados, qualificar a influência patronal na condução da política econômica e adotar uma postura ofensiva nas negociações coletivas do trabalho.

Do lado da classe trabalhadora, a ordem primeira era preservar empregos, defender o poder de compra dos salários e conquistas sociais e trabalhistas, asseguradas na Constituição Federal de 1988.

O Toyotismo, modelo básico da produção capitalista, hoje conhecido mundialmente como carro chefe do modelo neoliberal, promoveu grandes mudanças nas condições de trabalho do trabalhador, com nova reestruturação da produção e do trabalho. O modelo desenvolveu uma estrutura mais flexível, e segundo Antunes:

Recorrendo frequentemente à desconcentração produtiva às empresas terceirizadas [...] utiliza-se de novas técnicas de gestão da força do trabalho, do trabalho em equipe, das “células de produção”, dos “times de trabalho”, “semiautônomos”, além de requerer pelo menos no plano discursivo, o “envolvimento participativo” dos trabalhadores (ANTUNES, 2009, p. 54).

Representa um resumo claro da descentralização da produção e do trabalho do convívio fechado das fábricas. É evidente que as condições de trabalho são afetadas a cada inovação implementada pelo modelo, sempre, em benefício da eficácia produtiva e com menor preocupação com o trabalhador. Ótimo para o Estado e para os setores produtivos que se tornam mais competitivos, mas como preservação do emprego, dos direitos trabalhistas e de melhorias nas condições de trabalho, ainda é uma grande incógnita. <sup>1</sup>

A questão é tão complexa que ainda no ano de 2015, o Brasil discute no Congresso Nacional a Lei da Terceirização. Não se tem certeza se o objetivo maior é desonerar o Estado, aumentar a arrecadação, formalizar uma classe trabalhadora, melhorar e desonerar a produtividade do setor produtivo, reduzir o tempo do trabalho ou melhorar as condições de trabalho do trabalhador conforme afirmam os que defendem o modelo da terceirização da contratação dos tra-

---

<sup>1</sup>A referida Lei propõe a regulamentação das atividades terceirizadas tanto no âmbito das empresas públicas quanto privadas, o que, significa permissão de contratar serviços tanto para as atividades meio quanto para as atividades fins.

balhadores. A verdade é que mais uma vez, a ingerência do Estado é presente de alguma forma, sem a certeza de que o trabalho em equipe ou a formação dos “times de trabalho” irá provocar realmente maior participação do trabalhador e melhores condições de trabalho.

No período neoliberal, novas características foram atribuídas ao trabalho e ao trabalhador. Entretanto, a expectativa de um trabalhador multifuncional exigido pelo modelo é questionável, sob a ótica de participação e no número de trabalhadores nos processos e nas decisões. A disciplina exigida e o trabalho intensivo, com certeza contribuem para o estresse do trabalhador e de seu afastamento do meio social. Pressupõe-se em primeiro plano, que o modelo é uma amostra de exploração do trabalho, tanto pelo fato de se trabalhar ao mesmo tempo em várias máquinas ou funções como pelo ritmo de trabalho exigido pela cadeia produtiva.

Antunes (2009, p. 58), vai além, afirmando que “o toyotismo reinaugura um novo patamar de intensificação do trabalho, combinando fortemente as formas relativa e absoluta de extração da mais-valia”. No mundo, além das frustrações da GM na implementação do modelo, o grande exemplo vem da experiência recente, na Inglaterra, segundo Antunes (2009), depois da ascensão de Margareth Thatcher e da implantação do projeto neoliberal, redundando em profundas consequências para o mundo do trabalho, alterando totalmente a sociedade inglesa, reduzindo as empresas estatais, das empresas privadas; expandindo os serviços, reconfigurando, por fim, a divisão internacional do trabalho.

Assim, a Inglaterra conforme Antunes (2009), também se adequou aos mecanismos utilizados por todas as economias avançadas, como: processo de enxugamento (*downsizing ou lean production*), a introdução de maquinário, a “japonização” e ao toyotismo. Por este caminho passaram todos os países capitalistas, até chegar ao neoliberalismo. No Brasil não foi diferente, embora tenha ocorrido mais tarde, e ainda não muito maduro. Mas, tudo sob a égide do capital transnacionalizado.

No Brasil, de acordo com Alves (1998, p. 131), o “ajuste neoliberal” é caracterizado principalmente, por uma política industrial centrada na abertura comercial, e pelo novo impulso no processo de privatização, desregulamentação e flexibilização das relações trabalhistas, austeridade no gasto público, reestruturação das políticas sociais, etc. Isso ocorreu com a eleição do presidente Fernando Collor de Mello em 1989, objetivando resolver o problema da crise do Estado e do

capitalismo. Aberturas, recessão, concorrência capitalista, obrigando as empresas a acelerar o processo de transformações produtivas, para enfrentar a concorrência internacional. Foi o início dos anos 90.

## **O valor e o papel do trabalho frente a reestruturação produtiva na era da globalização**

À margem de discussões ideológicas, a historiografia nos permite fazer uma reflexão epistemológica sobre o tema. O termo globalização, considerado como o berço do capitalismo global, entrou na moda nos últimos tempos – mas evita-se cuidadosamente falar sobre o tipo de “globalização” viável sob o domínio do capital. Em vez disso, “é muito mais fácil pressupor que, por própria natureza, a globalização não é de modo algum problemática é realmente uma mudança necessariamente positiva traz resultados elogiáveis para todos os interessados” (MÉSZÁROS, 2002, p. 63).

A princípio, o autor entende que a globalização viável é aquela construída sob o domínio do capital. É plausível, mas convenhamos, não existe globalização só do capital. Para ser completa tem que globalizar o trânsito do capital e, além disso, o trânsito de pessoas, de culturas, etc. Só assim, os benefícios da globalização e do capital poderiam ser divididos com o trabalhador.

Ora, embora mais fácil, hoje, o trânsito de pessoas no mundo é infinitamente mais lento do que o trânsito do capital que percorre o mundo em segundos, na busca de maior lucro, especulando com as melhores oportunidades, sem o uso de qualquer mão-de-obra direta para distribuir a riqueza.

Mészáros (1998, p. 111), resume a globalização como “tendência que emana da natureza do capital desde o seu início muito idealizada em nossos dias na realidade significa: o desenvolvimento necessário de um sistema internacional de dominação e subordinação”. A necessidade de desenvolver o sistema internacional coloca todos os trabalhadores em (des) igualdade de condições, sob o domínio do capital, sem chances de reagir contra tal realidade.

O sistema se baseia na alienação do controle da produção, degradando o trabalho, transformando o trabalhador como um mero fator produtivo, sujeitando-se a normas e procedimentos ditados pelo sistema, contribuindo assim para a insatisfação com o trabalho, sob a ótica da configuração de sua utilidade.

Antunes (2009, p. 29), salienta que o “expansionismo, desde seu microcosmo até a sua conformação mais totalizante, mundialização, dada a expansão e abrangência do mercado global, destrutivo e no limite, incontrolável, o sistema do metabolismo social do capital vem assumindo cada vez mais uma estruturação crítica profunda”. Observa-se que o crescimento do sistema se dirige a uma crescente tendência de crise estrutural.

Quando se refere à crise estrutural a preocupação é realmente maior porque vai atingir todos os microcosmos que compõe o sistema, cada um pagando o preço que suporta. O trabalhador, evidentemente, seria como sempre foi, o mais prejudicado em época de crises. Antunes é ainda mais cético caracterizando a tendência de uma crise permanente e crônica.

Sempre coube ao Estado, como fomentador, organizador e regulador da Educação, a iniciativa de aparelhar o Brasil às novas demandas internas por mão-de-obra especializada, fator determinante para melhorar a competitividade de suas organizações. Ocorre que ao longo dos processos várias intercorrências prejudicaram os objetivos. Dentre as intercorrências, destaca o esgotamento do sistema de acumulação do fordismo.

A abertura para outros mercados, a importação de tecnologias, facilidades creditícias, foco principal das participações do Estado no setor produtivo era fortalecer o comércio exterior. Esse crescimento econômico e a internacionalização da economia foram os maiores legados, do Regime Militar. A flexibilização da produção mudou totalmente a concepção do trabalho provocando um mal estar considerável à classe trabalhadora, temendo pelos efeitos do chamado neoliberalismo econômico.

É fundamento do neoliberalismo um Estado menor, transferindo toda produção que não for de caráter estratégico, para a iniciativa privada. É evidente que isso provocou um verdadeiro alvoroço nos agentes sociais, principalmente no sindicalismo sob a ótica de que o Estado estaria desmoronando porque as empresas públicas estavam sendo entregues quase que de graça, e que por decorrência todos os processos econômico-sociais, seriam dominados e dirigidos pelos detentores do capital.

O processo de redução do Estado perdura até hoje. Isso vem provocando desde a instituição do neoliberalismo na década de 1980, o temor pelo desemprego, pela perda de direitos trabalhistas já adquiridos tais como: alteração na regra de aposentadoria por invalidez,

tempo de serviço e por doença; pensão por morte, salário família; salário acidente; auxílio doença; benefício seguro-desemprego e abono salarial (PIS).

Além daquelas perdas, teme-se também, pela falta ou piora dos serviços públicos (saúde, educação, transporte, moradia, etc); da liberdade e de todos os direitos naturais – limites ao poder do Estado –, motivaram várias manifestações e greves. De alguma forma, numa leitura mais rude, os movimentos tinham razão diante da dúvida de quem iria constitucionalizar e legalizar as relações, e proteger, o domínio das terras, e a produção, com o enfraquecimento do Estado.

Na época, o tão anunciado desmonte do Estado, jogava por terra, na visão da classe trabalhadora, conquistas sociais do movimento operário, criando uma nova fase de acumulação flexível, exigindo mais do trabalhador (qualidade, produtividade, racionalidade). Na verdade, o que aconteceu foi o favorecimento do fluxo de entrada de capitais, não havendo até hoje, relações precisas dos efeitos de tudo isso sobre a produção e o desenvolvimento social.

Por seu turno, a reforma da educação deveria se calcar naqueles fundamentos em nome da competitividade das empresas e do país, e na prática, na opinião de alguns estudiosos, focada na supremacia da gestão do capital sobre a gestão dos processos. Exceto, é lógico, no sentido de qualificar o trabalhador para atender o novo modelo. Para Teixeira (1998), por exemplo, o sistema capitalista produziu uma profunda crise na humanidade, em que o trabalhador perdeu a sua identidade social por conta das mudanças de suas atividades laborais.

Mészáros (2002, p. 64), é enfático ao afirmar “que o sistema prefere deixar fora das discussões o fato de que a globalização se afirma reforçando os centros mais dinâmicos de dominação (exploração) do capital, trazendo uma desigualdade crescente e uma dureza extrema para a avassaladora maioria do povo”.

A questão da incorporação do trabalho a outros fatores produtivos, para efeito de análise dos fundamentos capitalistas e das influências sobre o trabalhador é antiga. Marx se posiciona como o primeiro crítico a dar ao trabalho um caráter dual. Diz ele:

A mercadoria apareceu-nos, inicialmente, como duas coisas; valor-de-uso e valor-de-troca. Mais tarde, verificou-se que o trabalho também possui duplo caráter: quando se expressa como valor, não possui as mesmas características que lhe pertencem como gerador de valores-de-uso (MARX, 1988, p 48).

É evidente que o trabalho está sempre associado ao valor-de-troca e ao valor-de-uso dos produtos e serviços. Seria, em termos administrativos, o mesmo de dizer que o valor-de-troca é o CUSTO do trabalho inserido no produto ou serviço e que o valor-de-uso é a soma dos custos de todos os fatores produtivos incorporados ao produto ou serviço, inclusive o custo da mão-de-obra MAIS a margem de lucro desejada pelo capitalista. Talvez seja essa, a equação que os críticos ao capitalismo não entendem, talvez por deduzirem que a margem é destinada apenas à acumulação de capital e não como possíveis reinvestimentos, gerando novos fatores produtivos ou trabalho.

Referindo-se a Hegel (Mészáros, 2002), afirma que Hengel apresenta um relato de divisão do trabalho e também da desigualdade. Ele funde os meios de *produção* com os meios de *subsistência*, assim como, o *trabalho* com a *força do trabalho*, controlada e dividida.

A supremacia do controle sobre o trabalho, efetivamente, não pertence ao trabalhador, criando para ele uma configuração extremamente dependente sobre o trabalho. Isso, não é diferente para qualificar as desigualdades criadas pelo sistema. Pertencendo ao capital, não é possível pensar na existência de uma classe forte de trabalhadores, capaz de interferir nos processos de produção e distribuição de riquezas.

A redução do número de eventos nos processos produtivos (racionalização); a desregrada medida para aumentar a produtividade do trabalhador (qualificação sem meritocracia); a incontrolável busca da qualidade (substituição por novas tecnologias), e o aumento da produção propriamente dita (com precárias condições de trabalho); são alguns fatores da reestruturação da produção que afastam o trabalhador do próprio trabalho. A partir daí, a significação para o trabalho passou a ser outra, moldada pela competência, pela concorrência profissional e, por consequência, pelo estresse do trabalhador.

Para Antunes (2009, p. 27), o principal sistema de mediação é o que ele chama de mediações de segunda ordem, que se sobrepõe as mediações de primeira ordem, em que o indivíduo se vincula pela manuseio da natureza para sobrevivência, mas com certa independência. Nos processos de segunda ordem, o capital provoca alienação e degrada o sujeito real da produção, o trabalho, à condição de uma objetividade reificada, um mero ativo de produção. Afirma ainda que isso também acontece além das relações trabalhistas, indo até a prática social. É onde o trabalho tem que reconhecer outro sujeito acima

dele mesmo. Para Antunes esse metabolismo social totalizante é destrutivo.

Tais fatores provam que a própria cognição do trabalhador fica alienada, afastando do ambiente de trabalho suas crenças, valores, símbolos e saberes adquiridos no dia a dia de sua vida, advindos da família, da religião, dos grupos sociais fora do ambiente de trabalho, entre outros. Quando a troca de experiências fica reduzida a relações competitivas e seu estoque de saberes são estancados ou deformados, cria-se uma perigosa via de mão dupla na sua percepção sobre o trabalho e afeta também perigosamente seu comportamento, e as suas representações psicossociais sobre a própria vida.

Nessa linha Teixeira (1998, p. 17), explica que a crise que assola o mundo é a crise que recusa os valores civilizatórios propostos pela modernidade. É uma crise marcada profundamente pela perda dos referenciais utópicos. Isso significa que o homem passou a contrariar ou até excluir suas próprias subjetividades na execução de suas tarefas, e na própria vida. O conjunto de princípios adotados pelo capitalismo é resumido por Teixeira (1998), da seguinte forma:

Esses princípios ou regras (padronização, centralização e maximização), que deram sustentação e estruturaram a organização da produção e da distribuição da riqueza social, extrapolavam a esfera da produção, para invadir e estruturar todas as outras dimensões da vida social (TEIXEIRA, 1998 p. 19).

Nesse sentido, o Estado, como regulador e controlador de todas as atividades socioeconômicas, nada mais era ou é, um instrumento fortíssimo de centralização e padronização, não somente de regras econômicas, mas principalmente sociais, via políticas de incentivos, emissão de leis e, principalmente, através das políticas educacionais. Isso significa que tanto nas organizações, quanto na sociedade, ocorre a centralização e a padronização dos procedimentos, dos comportamentos, das decisões, e do poder.

Mészáros (1998, p. 185), afirma “que o capital deve manter o seu domínio absoluto sobre todos os seres humanos, mesmo na forma desumana, quando estes deixam de se adaptar a seus interesses e a seu impulso de acumulação”. Para ele, a idealização do capitalismo e a simultânea condenação do nacionalismo são não apenas hipócritas, mas inteiramente contraditórias.

Percebe-se pela visão do autor que é impossível que as duas coisas aconteçam ao mesmo tempo visto que, isso contrariaria os interesses do capital, que teria de alguma forma, ceder o controle dos

processos e do poder. As esperanças de um socialismo de abundância morrem aí, impotentes para combater o capital e os seus malefícios sociais.

As principais transformações no mundo produtivo e supremacia do capital até o modelo neoliberal podem ser resumidas em (SANTANA E RAMALHO, 2009 p. 10):

- Crescimento dos mercados globalizados e forte competição internacional e enxugamento dos fatores produtivos (*lean production*);
- Exigência de colaboradores mais polivalentes e flexíveis; usando ferramentas flexíveis; gerando resultados do trabalho e produtos flexíveis;
- Parcela do trabalho fora do foco principal da empresa para ser subcontratada;
- Setor industrial perde volume frente ao setor de serviços e a flexibilização das atividades produtivas prejudica também a qualidade nos contratos de trabalho;
- No âmbito sociopolítico, os sindicatos passam a lutar para desvencilhar de práticas marcadas pelo grande porte das empresas e pela falta de organização nos locais de trabalho, que os estava levando a uma diminuição na sindicalização.
- O desemprego e a informalização corroendo grandemente o poder de agenciamento dos sindicatos.

Os recortes acima sinalizam que o caminho da reestruturação da produção e do trabalho, foi sempre uma preocupação coletiva com o avanço do capitalismo pelos reflexos, como prejuízo, da classe trabalhadora. Todas, entretanto, refletem a necessidade de avançar para a liberdade de mercado e para um novo modelo de relação salarial. Teixeira (1998, p. 64) referindo-se a Coriat defende a tese de que a relação salarial do modelo japonês abre uma nova era para as organizações pós-tayloristas e pós-fordistas. Isso porque, segundo ele, o modelo japonês funda-se nos princípios de organização da produção pelo qual se elimina a interrupção ou os desperdícios das horas paradas, fatores que marcaram a crise do fordismo.

Mas, isso é feito por meio de uma racionalização brutal do trabalho vivo, que se materializa numa divisão do trabalho em tarefas. Esses novos métodos de organização do trabalho diferem dos demais modelos por serem flexíveis e moduláveis. Nas discussões de flexibilização, racionalização, e precarização do trabalho um elemento pesa

muito: a jornada do trabalho, período que o trabalhador fica a disposição da empresa – hoje de 8 horas diárias ou 44 horas semanais. Há vertentes que defendem sua redução para liberar vagas, outras para penalizar menos o trabalhador, mas nenhuma, por questões de direitos adquiridos aceita redução de jornada combinada com redução de salários. Para entender melhor tal questão recorremos a Marx (1998, p. 260), que sobre isso enfatiza: “O valor da força do trabalho, como o de qualquer outra mercadoria, se determina pelo tempo de trabalho necessário para produzi-la.” Completa dizendo que ela depende da necessidade do trabalhador para compor seu meio de subsistência.

É muito difícil imaginar que a jornada seja determinada pelo próprio trabalhador. Isso não é verdade no capitalismo. Se Marx quer dizer que a jornada de trabalho é determinável, mas considerada em si mesma, é indeterminada. Não é como apregoa, uma grandeza flutuante, nos moldes atuais, onde a sua fixação pode tanto ser fixa como variável. “Os meios de produção, o capital constante, só existem, do ponto de vista da criação da mais valia, para absorver trabalho e com cada gota de trabalho uma porção proporcional de trabalho excedente” (MARX, 1988 p. 290).

Marx condena veementemente o trabalho noturno afirmando que “[...] o prolongamento do trabalho além dos limites diurnos naturais, pela noite adentro, serve apenas de paliativo para apaziguar a sede vampiresca do capital pelo sangue vivificante do trabalho” (Marx, 1988, p. 290).

Hoje, isso é contraditório em função da ligação do trabalho com a demanda, no regime capitalista. Não são poucas as atividades que precisam de vários turnos para atender a demanda sob pena de constituir uma demanda reprimida, fato que redundaria em prejuízos para os dois lados. Surge assim a figura da cooperação entre trabalhadores e entre turnos.

Para Marx (1988, p. 386), “A cooperação fundada na divisão do trabalho adquire sua forma clássica na manufatura. Predomina como forma característica do processo de produção capitalista, desde o século XVI.” Não é nada novo, portanto, o sistema cooperativo de maximização da produção. Para ele, Marx, a partir do momento em que as unidades produzidas são divididas em várias peças ou em várias operações especializadas, caracteriza um combinado de especialistas sob o domínio do mesmo capital. Por vícios de tais características desta forma, ao lado da graduação hierárquica, surge a classificação

dos trabalhadores hábeis e inábeis, estes, sem custos de aprendizagem, afirma.

Para Teixeira (1998), o mais importante do modelo toyotista, porém, situa-se no fato de essas condições objetivas de reestruturação das relações de produção enfraquecem a resistência da classe trabalhadora em sua luta contra a exploração do capital. As novas formas de contratação eliminam os postos fixos de trabalho (subcontratação, trabalho domiciliar, trabalho por tarefas ou em tempo parcial), com certeza, prejudicam o trabalhador e fortalece o controle do capital sobre o trabalho.

É preciso lembrar que “a produção capitalista é, antes de mais nada, uma *produção visando a produção*” (Bihr, 1998, p. 127). A diferença em relação aos modos anteriores (fordismo, taylorismo) situa-se no fato de que o ato social do trabalho não tinha outra finalidade senão o consumo (satisfação das necessidades sociais). Há autores que, assim como BIHR entendem que o capitalismo perverte fundamentalmente o sentido deste ato, fazendo da produção social seu próprio objetivo.

Da mesma forma que o capitalismo exige do trabalhador concentração total, produtividade, competitividade, e controle de suas tarefas, fechando portas para as relações sociais; os modelos anteriores também focados na produção sinalizavam que não eram permitidas maiores relações interpessoais, dada a necessidade de concentração exigida no caráter repetitivo dos movimentos na execução das tarefas e a concentração, das rápidas trocas de turnos para não deixar a produção cair, o que, de certa forma, também reduziam as relações interpessoais e a troca de experiências, valores, crenças, advindos do meio social em que ele vivia.

Talvez sobre a ótica das relações sociais, o meio de vida das comunidades nos modelos anteriores, pelo tamanho, e pela proximidade em que residiam, e até pelas oportunidades de consumo, a des-sociação: dissolução das relações comunitárias e o relaxamento do vínculo social, e privatização da vida social, seja efetivamente mais aguda no sistema capitalista, mas de certa forma, sempre existiu.

Não se deve negar a existência da representação ou cognomição da classe trabalhadora. Ela existe e não pode ser extinta, conforme revela Antunes (2009, p. 101), que embora contrariando os autores que imaginam o fim das classes sociais e até o do trabalho, ele classifica a classe atual de trabalhadores como “classe-que-vive-do trabalho”. Afirma fazer isso para dar contemporaneidade e amplitude ao

Ser Social que trabalha. Não é definitiva a ideia de que essa classe contemple a amplitude esperada, devido à influência e ao posicionamento do microcosmo capital, na composição metabólica da classe.

Antunes (2009, p. 102), afirma que “[...] são os mesmos que vendem a força do trabalho que hoje inclui a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho, tendo como núcleo central os trabalhadores produtivos (no sentido dado por Marx)”. Não é apenas o trabalho manual direto, incorporando também formas de trabalho que são produtivas, que produzem mais-valia, mas não é diretamente manual como o trabalho aplicado em máquinas e em tecnologias.

Antunes (2009), classifica por outro lado a classe trabalhadora à qual inclui, também, o trabalhador improdutivo abrangendo um leque de assalariados, desde aqueles inseridos no setor de serviços, até aqueles que atuam nas fábricas, mas não criam diretamente, valor. É uma modalidade em expansão no capitalismo. São chamados de agentes não produtivos (geradores de antivalor) no processo de trabalho capitalista.

Hoje, com a evolução dos meios produtivos, dos processos e pelas inovações que incorporam os produtos, entendo ser um pouco precipitada a classificação do trabalhador improdutivo. Uma ideia, principalmente quando se trata do funcionamento de novas tecnologias, pode perfeitamente agregar valor a um produto mesmo que sua materialidade seja desenvolvida por outro trabalhador. Da mesma forma, atribuir a centralidade ao trabalhador produtivo, pelos conceitos defendidos acima não me parece corresponder à realidade. O produto intelectual não pode ser inferior ao produto material. A realidade é que independente do conceito, ambos são frutos do capitalismo e numa visão ampliada todos trabalham vendendo a força do trabalho para o sistema.

O mundo do trabalho também deveria se transnacionalizar, juntamente com o capital, ou por força da transnacionalização dos negócios, mas sua estrutura é interna. Isso é uma das limitações do sistema capitalista, em prejuízo do trabalhador.

## **A crise do capital e do emprego**

O que era inevitável com o capitalismo aconteceu: a explosão dos meios urbanos de forma generalizada da sociedade. Assim, não pode faltar a hipótese de que ele tenha criado níveis diferentes de convívio e de relações, e por isso, tenha, na visão de Bihr (1998), cria-

do várias crises: crise de identidade territorial; crise de família, e das relações entre sexos; crise da juventude e dificuldade de se identificar com os mais velhos; crise dos modelos educativos, gerando por isso crise das instituições sociais; crise da cultura e por fim, crise da individualidade.

Na discussão das relações entre o capital e o trabalho, além das forças políticas e econômicas que envolvem os sistemas, as forças sociais são as que provocam maiores impactos na reestruturação da produção e do trabalho.

[...] Em vez de projetar determinações causais pseudonaturais e os remédios fictícios correspondentes – com o fim de preservar, como “natural” e racionalmente inquestionável, o sistema socioeconômico inviável existente, deve-se identificar as causas sociais historicamente específicas e fazê-las acompanhar por práticas políticas e sociometabólicas viáveis. Qualquer alternativa metabólica viável à ordem estabelecida exige a harmonização das necessidades humanas com recursos materiais e humanos conscientemente geridos (MÉSZÁROS, 1998, p. 318).

É evidente que na composição e gestão dos recursos é preciso adotar medidas que vislumbrem um crescimento da população como algo inquestionável, principalmente com o alargamento das fronteiras comerciais do país; com interferências nos modelos de organização da produção e do trabalho. Sem isso será impossível atingir o equilíbrio global em população e capital por se tornarem essencialmente estáveis. Essa concepção, mais errônea ainda, leva em conta que o capital, nos atuais modelos econômicos, possui forma de se manter estável, mas, em sacrifício do trabalhador. Sacrificar o trabalho é sacrificar a produção, equação que não fecha com um crescimento populacional. Se mesmo com o aumento absoluto da produção é impossível impedir escassez, imaginemos o caos, quando há redução na produção.

Sem preocupação com os direitos naturais, o modelo capitalista foi se desenvolvendo por meio da reestruturação produtiva incorporando novas tecnologias, enxugando os processos, criando novas estruturas organizacionais, implementando um sistema de produção flexível, adoção da terceirização, tudo focado nas necessidades da demanda, evitando crise de produção com um eventual crescimento populacional ou alargamento de mercados. E o Estado tem participado ativamente nestas mudanças, através de políticas de fomento, dos sub-

sídios, dos financiamentos, do desenvolvimento da mão-de-obra via educação, e de investimentos em infraestruturas.

Ironicamente para Mézáros (1998, p. 97), “o desemprego para incontáveis milhões, entre inúmeras outras bênçãos da ‘economia de livre mercado’, pertence então à categoria da ‘livre opção econômica’, da qual, no devido tempo, surgirão frutos da ‘livre opção política’ – nada menos (e, certamente, nada mais) do que a ‘democracia multi-partidária’. Depois disso, naturalmente, viveremos todos felizes para sempre”.

Sua ironia nos faz entender que o sistema capitalista é, na realidade, o primeiro na história que se constitui como totalizador irrecusável e irresistível, não importa quão repressiva tenha de ser a imposição de sua função totalizadora, em qualquer momento e em qualquer lugar em que se encontre a resistência (MÉSZÁROS, 1998, p. 97).

Pode-se entender que o trabalhador, pelo sistema, efetivamente não possui condições de impor nenhuma condição que contrarie as normas do capital. Sozinho ou reunido em classes, não há como fugir do descontrole sobre o emprego e sobre os processos decisórios das organizações. Na verdade, o capital é um instrumento de controle que se sobrepõe a tudo, antes mesmo de ser controlado (pelo setor privado ou público). Essa sujeição do trabalhador cria divisões na sociedade em classes sociais oponentes, em prejuízo para o próprio trabalhador, que perde a condição de exercitar o lado político do seu Ser.

O capital, ao contrário, segue resolutivo superando todas as desvantagens que a ele se opuserem sem isentar o trabalhador de seus sacrifícios, em tais momentos. Para Mézáros (1998), é natural que os apologistas do sistema se recusam por muitos anos a notar a intensificação das contradições e continuaram a tecer fantasias sobre o “pleno emprego” numa sociedade “livre”.

É muita presunção fazer uma leitura genérica, pela existência apenas, alguns bolsões de emprego em situações eminentemente conjunturais na esperança de uma reação positiva por parte da sociedade. Na verdade, esta sociedade não possui sensibilidade política de uma sociedade democrática não é esclarecida bastante, para esperarmos movimentos agudos na solução do problema do desemprego. Com isso, é natural que os conflitos entre o capital e o trabalho se espalhem não mais e apenas, nas regiões pobres. As estatísticas são enganadoras e satisfazem o sistema ou algum setor.

No mais, a situação se torna realmente séria porque a explosão populacional representada pelos trabalhadores, tornados redundantes, está criando problemas sociais e econômicos graves nos países capitalistas mais poderosos. E o mundo está cheio de exemplos de que o capital não é solução para esse tipo de problema. Sem produção, emprego e distribuição da riqueza, a população mundial caminha para um empobrecimento relativo. O capital especulativo é explicado de acordo com o quadro acima por alguns autores.

Parece-nos que os sistemas modernos, neocapitalistas, não conseguiram mudar o quadro de desemprego, de melhorias nas condições de trabalho, e no nível de satisfação do trabalhador com o trabalho. A desumanização do trabalho vivo ao se tornar um elemento de troca ou um ativo ou mercadoria leva-o a uma condição de estar sempre disponibilizado pela constante política de redução dos quadros. O trabalho vivo se tornou mercantilizado podendo ser controlado com grande flexibilidade e dinamismo, pelo capital, horizontal ou verticalmente.

Um dos principais sinais da queda do capitalismo foi a perda da lucratividade ocorrida nos modelos anteriores, abrindo brecha para o neoliberalismo contornar o problema. Sendo a representação do trabalhador o principal entrave, outra atitude do novo sistema foi enfraquecer os sindicatos que lutavam contra a intensificação do trabalho. As pretensões do capital foram atendidas. No governo Collor, no Brasil, isso ficou muito claro, para recuperar o poder do capital.

Alves (1998, p. 114), ressalta que a nova crise do capital é, segundo Kurz, *o predomínio do capital fictício*, do crédito governamental e da especulação, que deu origem à era do capitalismo-cassino de dimensões globais. Foi a época do chamado capital especulativo que provocava em um curto espaço de tempo, vários problemas como a entrada e saída de capitais do país, inflação, desemprego, desestabilidade no câmbio, exigindo intervenções fortes do governo, redução nos salários e na distribuição de renda, dentre outras.

A partir do Toyotismo, modelo básico da produção capitalista, surge uma nova discussão sobre o desemprego e suas causas. O desemprego é uma das grandes preocupações, gerado por novas formas de contratação e de racionalização da produção. Foi uma das grandes preocupações na década de 90, no mundo e prevalece nesse início do século XXI. A ideia de que o desemprego é um fenômeno natural, fruto da reestruturação da produção e do trabalho adotado pelo sistema capitalista, me parece simplista.

Parece-nos que a ideia do neoliberalismo de estabelecer um mercado total para exercer maior coordenação e controle, a princípio, transmite a noção de que a organização do trabalhador é um problema para o capital, pela pressão que pode exercer sobre aquele. Teixeira (1998, p. 83), leciona: “Se a moderna sociedade do capital não se apoia exclusivamente em puras relações mercantis é porque contém determinações sociais que permitem ao sistema seguir mantendo a dominação de classe”

Não bastasse isso, na época, a redução do trabalho produtivo, pelas circunstâncias, se viu na contingência de racionalizar os processos produtivos, de gestão e de produção propriamente dita, com investimentos em tecnologias para amenizar os custos. É claro que o desvio de capitais para a especulação, exploração financeira, somado aos demais fatores, contribuiu para a redução de vagas, aviltamento de salários, redução de direitos trabalhistas, desemprego, cujo todo significa dominação de classes.

Estava instalado, portanto, nesse contexto, a crise da superprodução provocando intensos movimentos de mudanças no mundo produtivo e, evidentemente, levando a reestruturação do capital e do mercado mundial, buscando novas bases para a valorização do valor. Nascia, assim, a revolução tecnológica que atinge os mais diversos setores sociais em proporções geométricas. Alves (1998 p 116) nos lembra que:

A Nova Revolução Tecnológica implica alterações profundas nos processos produtivos. Desenvolveu-se, outrossim, um *cluster* de transformações produtivas do novo tipo que atingem as empresas e estão voltadas para a flexibilização do trabalho (cujo caso clássico é dado pelo sistema Toyota, no Japão (ALVES, 1998, p. 117).

A nova ordem capitalista representa a lógica da valorização do capital, substituindo os objetivos mercantis das organizações, único capaz de distribuir e mobilizar de modo racional a riqueza produzida. Para Alves (1998, p. 117), isso é a “expressão do primado, da valorização do valor, expresso de modo clássico por Marx na fórmula D-M-D<sup>2</sup>, sem nenhum obstáculo histórico.” Ela era entendida como plena

---

**2M-D-M** – Esse processo se chama Circulação Simples. Ele se inicia com a VENDA de uma mercadoria sendo que o dinheiro é o mediador desse processo. Eu vendo a mercadoria transformando-a em dinheiro e utilizo esse dinheiro para comprar outra mercadoria que pode ter o mesmo valor da primeira que fora vendida. O dinheiro aqui além de mediar o processo é gasto em função da outra mercadoria e assim o ciclo termina; sua finalidade é o consumo, portanto, o valor de uso da mercadoria trocada, ou seja, finalidade se encontra fora da esfera da circulação, se encontra na esfera do consumo (Capítulo IV do Capital, página 112). **D-M -D** - Esse processo pode

manifestação da lógica da valorização, e como sendo a reposição dos valores mercantis, considerados os processos ideais e capazes de alocar e distribuir de modo racional a riqueza produzida.

A lógica capitalista de valorização do capital, talvez não tenha como objetivo, literalmente falando, o foco de acumulação do capital, pelo próprio capital. Analisado pelo capitalismo, na verdade, afora momentos de crise, tem objetivo de maximizar o capital, pela maximização do valor do produto do capital. Marx (1988, p. 44) é enfático: “Como valores-de-uso, as mercadorias são, antes de mais nada, de qualidade diferente; como valores-de-troca, só podem diferir na quantidade, não contendo portanto nenhum átomo de valor-de-uso”.

Depreende-se que o capitalismo, notadamente o capitalismo moderno, na sua incessante luta pela inovação, pela eficiência e pela qualidade dos produtos, busca exatamente o que Marx apregoa, em outras palavras, como diferencial na concorrência capitalista que é criar o maior agregado de valor possível aos produtos e serviços para aumentar o seu valor-de-uso. É a visão dos autores modernos em criar uma vantagem competitiva, isto é, aumentar a distância entre o que o consumidor está disposto a pagar pelo produto e serviço, e o seu custo de produção ou, na visão de Marx, do seu valor-de-troca.

Marx ainda completa (1988, p. 46): “O que determina a grandeza do valor, portanto, é a quantidade do trabalho socialmente necessário ou o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor-de-uso.” Isso, naquela época. Hoje, o que determina este valor, são as melhorias e a eficácia dos processos produtivos, a qualidade e, evidentemente, o mercado.

Citando Holloway, Antunes (2009, p 33), afirma que “a crise capitalista não é outra coisa senão a ruptura de um padrão de dominação de classe relativamente estável. Aparece como uma crise econômica, que se expressa na queda da taxa de lucro”. Neste cenário as soluções são dadas pelos caminhos mais curtos e rápidos. O enxuga-

---

ser chamado de Circulação Capitalista e os dinheiros iniciais e finais não podem ter o mesmo valor. A mercadoria aparece como mediadora do processo de circulação e o dinheiro é o começo e o final do processo. Esse dinheiro inicial é adiantado para ser recuperado no final, sendo um ciclo ininterrupto aonde a finalidade é o dinheiro, portanto, o valor de troca da mercadoria é o eixo central desse processo. Ele é um processo tautológico dado que o dinheiro inicial e final são iguais em forma (qualitativamente iguais), são ambos dinheiro, apenas diferindo em sua quantidade. Nesse processo, o valor inicialmente adiantado se mantém na circulação e nela, altera sua grandeza de valor adquirindo Mais-Valia (mais-valor) ou se valorizando; esse processo levará em sua transformação em capital. O objetivo desse processo está na circulação porque é nela que o dinheiro se valoriza (valorização do valor), (Capítulo IV do Capital, página 112).

mento do pessoal, a redução da produção para evitar a superprodução, o desinvestimento nos fatores produtivos inclusive no trabalhador substituindo-o pela automação ou novas tecnologias, são elementos primários de solução de crises.

A partir daí novas estratégias são traçadas, como as interferências do Estado com os meios que lhe cabe, a especulação financeira, enfim, um elenco de soluções para proteger o capital, sem nenhuma preocupação com o trabalhador.

## **As lutas e as condições de trabalho do trabalhador**

A valorização do trabalho e do trabalhador é um assunto sempre emergente e novo, desafiando modelos econômicos, políticos e sociais. A utilização da força do trabalho é a condição primeira para fazer um sistema econômico e social caminhar.

Marx foi um dos precursores das discussões sobre o trabalho com muita propriedade, embora em épocas totalmente diferentes.

A utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. O comprador da força de trabalho consome-a, fazendo o vendedor dela, trabalhar. Este, ao trabalhar, torna-se realmente no que antes era apenas potencialmente: força de trabalho em ação, trabalhador. Para o trabalho reaparecer em mercadorias, tem de ser empregado em valores-de-uso, em coisas que sirvam para satisfazer as necessidades de qualquer natureza. O que o capitalista determina ao trabalhador produzir é, portanto, um valor-de-uso particular, um artigo especificado (MARX, 1988 p. 201).

É evidente que o valor-de-uso defendido pelo autor não é perceptível nos produtos e serviços e até por isso, pode se configurar por subavaliações abstratas do seu valor. Traduzindo em outras palavras, o valor da mão-de-obra é um agregado de valor ao produto ou ao serviço, vendido pelo capitalista; retirado do intercâmbio entre o trabalho e a natureza. Há grandes e inúmeras discussões ideológicas e filosóficas sobre o trabalho, sua valorização e sobre as condições de executá-lo, mas principalmente sobre o trabalhador enquanto agente.

O processo de trabalho, ao atingir certo nível de desenvolvimento, exige meios de trabalho já elaborados. A robótica e as tecnologias de informação e de comunicação, nunca desenvolveram tanto no Brasil, como nos primeiros anos de consolidação do neocapitalismo. Implica que, os processos são desenvolvidos e aperfeiçoados de

acordo com as épocas econômicas em que o trabalho é aplicado. Isso é corroborado por Marx (1988, p. 204): “O que distingue as diferentes épocas econômicas não é o que se faz, mas como, com que meios de trabalho se faz. Os meios de trabalho servem para medir o desenvolvimento da força humana de trabalho, além disso, indicam as condições sócias em que se realiza o trabalho”.

Já falamos que Marx chama o resultado do trabalho como elemento formador do valor-de-uso das mercadorias. Para ele, Marx (1988, p. 211), além de um valor-de-uso (que é o valor-de-troca ou custo) o capitalista quer produzir uma mercadoria que possua também um valor excedente que ele chama de “mais-valia”. O “mais-valia”, é um dos elementos mais discutidos pelos anticapitalistas, talvez por desconhecimento dos seus componentes e de suas finalidades (acumulação e reinvestimentos), ou por uma fixação ideológica, condenando a taxa percebida pelo capitalista.

Para Mészáros (1998, p. 1032), “a ideologia é a consciência prática inevitável das sociedades de classe de modo que os membros das forças sociais opostas possam se tornar conscientes de seus conflitos materialmente fundados e resolvê-los pela luta...”. Apesar do entendimento de Mészáros, presume-se que a ideologia direciona o indivíduo apenas para a luta de emancipação, quando na verdade ela desempenhou papéis importantes no processo de readaptação estruturais da ordem socioeconômica, nos processos de readaptação das condições mutáveis de dominação. Portanto, ela serve aos dois lados.

Ocorre que no sistema capitalista dominante, a ideologia foi se desconfigurando pelo poder dominante, gerando crises de identidade e de funções. Articular interesses de classes dominadas é um trabalho muito difícil, colocando em risco a própria organicidade da classe. Por que é tão difícil exercer uma ideologia crítica? “Nenhuma força social pode apresentar reivindicações como alternativa hegemônica sem também indicar, pelo menos em linhas gerais, a dimensão positivo-afirmativa de sua negação radical” (MÉSZÁROS, 1998, p. 1033).

Esse é o grande problema das representações sociais brasileira, notadamente a da classe trabalhadora. Essa classe não conseguiu ainda, escrever uma cartilha de negação radical; alternando a própria ideologia de acordo com os caminhos abertos pelo capitalismo. Segundo Mészáros (1998), não se tem conseguido uma participação autodeterminada de seus membros individuais, fato que se subordina a si mesmo todos os seus componentes individuais. É a dominação do indivíduo pela própria classe. É mais uma superação que o indivíduo en-

frenta, representando restrições da divisão do trabalho historicamente estabelecida, da qual a classe em si é a articulação estrutural necessária.

A luta operária no final dos anos 60 e início dos anos 70 não vingou, graças ao inevitável controle social da produção imposto pela reestruturação do trabalho e da produção, do capital, com a crise do taylorismo/fordismo, rendendo para o capitalismo a solução para os problemas da época, pela deflagração de várias transformações no próprio processo produtivo e recuperar a hegemonia de dominação societal.

É possível ver na classe trabalhadora capitalista, essa total dependência, aliás, enfraquecida pelo enfraquecimento da própria ideologia classista. O homem “inteiro” sonhado por Marx, não existe. No Brasil, essa dessocialização extrapola os limites indivíduo/classe para chegar ao nível de diferenças gritantes entre classes/classes.

Divergências políticas e ideológicas são fatores comuns nas relações de classes no Brasil, refletindo no trabalhador que perde a sua identidade, assim como, espaços na estruturação hierárquica da classe. Se esta lição não é aprendida no seio das instituições classistas, os imperativos materiais e estruturais da divisão do trabalho não são considerados ou observados.

Oportuno lembrar que “a transnacionalização do capital e suas implicações institucionais representam um fator suplementar de desestabilização do movimento operário herdado do modelo fordista” (Bihl, 1998, p. 117). Ao mesmo tempo, o autor sugere uma mudança de sistemas econômicos, pelos quais deveria haver um compromisso entre o capital e o trabalho criando alianças de apoio entre as várias classes sociais (para excluir conflitos trabalhistas), e estabelecer uma aliança entre o capital e o *staff* administrativo, instituindo uma divisão do “trabalho político”, entre eles.

Ressalte-se que o conceito apresentado por Bihl não deve ser posto fora do contexto de discussão do sindicalismo e sua credibilidade, tendo em vista que, na atual conjuntura parece-nos que está muito distante locar decisões políticas à classe trabalhadora, por ser quase impossível negociar com a classe dominante por imposição. Mesmo com algumas diferenças ideológicas e políticas existentes nas relações trabalhistas, alguns agentes ligados às ideias neo-social-democratas (que espera uma evolução para o comunismo) e outros com ideias neoliberais como adversários, percebe-se que a classe trabalha-

dora e a sociedade estão criando formas alternativas de apresentar suas demandas.

Recorrentemente, o trabalhador talvez não tenha acompanhado, ou tenha sido impedido pelo domínio do capital, de acompanhar mudanças tão bruscas, enfraquecendo seu poder de barganha no interior das organizações em constantes mudanças e, sobretudo, vendo enfraquecer suas representações e os seus sindicatos.

De tudo decorre uma política maior: hoje a luta anticapitalista deve se desenrolar simultaneamente *dentro* e *fora* do trabalho, visando a reapropriação da totalidade das condições sociais de existência, acabando com separação entre movimento operário e “novos movimentos sociais”, prejudicial ao primeiro assim como aos últimos (BIHR, 1998, p. 157).

Não justifica, portanto, a ideia de eliminar a separação entre a luta entre os anticapitalistas e o movimento operário. Quando as relações interindividuais e as ideias viram objeto de troca, tornam-se objetos de consumo mercantil, reduz o trabalhador a um Ser desprovido de sentido. O sindicalismo brasileiro caminha vigorosamente nesse sentido, dado a confusão política e econômica com que são dirigidos, diferentes inclusive, de organização para organização. De fato, “não se pode construir seu eu sem integrá-lo a um quadro coletivo de identificação” (BIHR, 1998, p. 173).

Os efeitos do avanço do capitalismo, culminando com nova política neoliberal provocaram estragos no sistema sindicalista, no mundo todo, notadamente na Europa. Para Bihir (1998, p. 67) “a crise conjunto do mundo capitalista atualmente é, de acordo com uma terminologia doravante consagrada, uma *crise estrutural*”. É indiscutível que a crise no capitalismo gera por sua vez crises no sindicalismo, principalmente quando acionados os processos de recuperação da lucratividade, efeito maior da queda do capitalismo. É realmente uma crise estrutural do capital, da produção e do trabalho. São as decorrências inevitáveis entre os meios.

Bihir (1998) afirma, no contexto dos anos 1990, que a crise do capitalismo está ligada diretamente à crise do fordismo e às reestruturações conduzidas pelo capitalismo central para tentar superá-la. Do outro lado, está a crise do trabalho pela fragmentação do trabalhador resultando em transformações da relação salarial. São as crises atualmente instaladas originadas do toyotismo e neotoyotismo.

No cenário do capitalismo neoliberal é impossível não ver uma massa de trabalhadores excluídos do trabalho. O atual sistema não é

diferente do fordismo e é mais sofisticado, criando ataques silenciosos aos espaços de emprego, principalmente no momento de crises. O trabalhador e os sindicatos foram perdendo forças contra os artifícios do modelo neocapitalista criando novas categorias de trabalhadores como: terceirização, redução de salários, redução da jornada de trabalho com redução de salários, trabalhadores contratados por tempo parcial ou obra certa, trabalho temporário, férias coletivas, contratação de estagiários, investimentos e automação ou tecnologias para substituir o trabalhador.

O avanço capitalista no mundo criou rapidamente, novas exigências e novas configurações nas formas de organizar a produção e o trabalho. Em função da agilidade dos processos e da acirrada competitividade, formas mais flexíveis e modernas (neoliberais) passaram a nortear a produção, os processos de trabalho, e, por conseguinte, as relações trabalhistas. Criou-se uma via de mão-dupla pela qual transitam ao mesmo tempo, os interesses do Estado, do Capitalismo, do Mercado, e por outro lado, para atender as demandas de todos aqueles, caminha o trabalho, travestido por várias novas formas, na maioria, contrárias aos anseios e aos limites do trabalhador.

A flexibilização é, portanto, o carro-chefe do neoliberalismo, mas a palavra controle continua forte. Logo, as novas formas criadas não são garantia de emprego ou de direitos. Ao contrário, a luta atual é reduzir os salários a seu mínimo físico, entretanto, exercendo controle sobre o trabalho, provocando a luta de classes que, aliás, passa a depender cada vez mais das condições do ambiente político e ideológico. Isso é buscado através da força sindical, em confronto com os anseios do capital. Mas, com tantas variáveis acercando os ambientes, surgiram novos espaços para uma nova ofensiva do capital, provocando crises no sindicalismo.

Com a interferência de tantas variáveis e com o avanço do capitalismo neoliberal, o sindicalismo brasileiro enfrentou e enfrenta crises, até ideológicas. Sua postura passou a ser essencialmente defensiva focado na defesa de direitos trabalhistas, quase que restrito às relações interorganizacionais. O medo do desemprego redefiniu suas ações, abdicando de valores políticos importantes. Mantidos praticamente pelo Estado, mentor do neoliberalismo, passaram a jogar o jogo ditado pelas corporações.

Na verdade, por trás do *defensivismo de novo tipo* oculta-se a incapacidade estratégica do sindicalismo brasileiro em adotar posturas de confronto diante da nova ofensiva do capital, que se caracteriza pelo

debilitamento do coletivo do trabalho organizado, principalmente através do desemprego e da terceirização, num cenário de ajuste neoliberal e inovações organizacionais e tecnológicas nas grandes empresas (ALVES, 1998, p. 109).

Perdido nesse cenário o sindicalismo tentou reverter situações, colocando-se ao lado da política, momento em que chamou de “sindicalismo de resultado”, com vários líderes sindicais migrando para partidos políticos. Isso também não mudou o quadro (ALVES, 1998, p.109)

O capitalismo de certa forma sustenta os sindicatos, fato que os leva a servir o sistema. Por isso, mudar o modelo do sistema sindicalista no Brasil é muito difícil, em função dos contrastes políticos e de objetivos que existem entre algumas agremiações sindicais. O que se observa, em alguns movimentos são reivindicações de curto prazo, nada condizente com perspectivas de mudanças nos rumos sindicais. Nada de estratégico, e não há nenhum sinal de defesa das ideologias proletárias, do realismo exequível, muito menos sobre um eventual extremismo de ruptura com o capitalismo.

De certa forma, o fortalecimento do “sindicalismo de resultados”, adveio com o maior espaço público ocupado por seus principais representantes: Luiz Antonio de Medeiros, ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Antonio Rogério Magri; ex-presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo. Os dois apoiaram a candidatura de Collor de Melo. Eleito, Collor indicou Magri para o cargo de Ministro do Trabalho e da Previdência Social, em 1990.

O enfraquecimento crescente do movimento sindical, como força política capaz de articular interesses coletivos, mobilizar trabalhadores em diferentes níveis (empresa, categoria, região, estado e País), homogeneizar demandas, e generalizar conquistas para distintas categorias de trabalhadores, está entre as manifestações mais visíveis da crise do sindicalismo nos anos 90. Assim, a postura do trabalhador permaneceu na defensiva, para, sobretudo, manter direitos e conquistas trabalhistas do passado. De forma geral, as maiores dificuldades de expressão do movimento sindical dos anos 90, estiveram associadas às derrotas eleitorais de Luiz Inácio Lula da Silva, nas eleições para presidente da República em 1989, 1994 e 1998.

Os principais indicadores do enfraquecimento progressivo do sindicalismo brasileiro na época são: a) Redução do número de greves; b) Diminuição da taxa de sindicalização de trabalhadores urbanos; c) Crescimento das negociações coletivas de trabalho, mas com maior

fragmentação, estabilidade na quantidade das cláusulas acordadas, e dificuldades de manter cláusulas sociais conquistadas nos anos 80; d) Maior participação da Justiça do Trabalho nos conflitos trabalhistas.

Ainda Bihl (1998, p. 187), enfatiza que a primeira medida a ser tomada pelo sindicalismo para retomar suas funções e representatividade é defender a tese de que o trabalhador deve trabalhar menos, para sobrar espaços e vagas para outros trabalhadores, para que ninguém fique condenado ao desemprego e à instabilidade. Outra sugestão vai ao encontro do que pensa o Estado, ou seja, reduzir ao máximo possível trabalhadores que vivem na dependência do Estado como parasitas. Tem sentido suas proposições, entretanto, nenhuma delas resgata, a filosofia trabalhista do passado. Mas é bem realista e atende os fundamentos do neocapitalismo.

Não se pode ver, com isso, a recuperação do controle do processo de trabalho, assim como, uma reestruturação do trabalho e da produção, mesmo com outras medidas paralelas, levando-se em conta que a inserção, a organização e distribuição da força do trabalho, continuarão nas mãos do capitalismo.

Bihl (1998, p. 117), lembra ainda que a transnacionalização do capital e suas implicações institucionais representam um fator de desestabilização do movimento operário herdado do período fordista. Alves (1998) entende que o novo padrão de acumulação flexível imposto nos anos 90, atinge diretamente um dos principais atores sociais da luta pela democratização da sociedade brasileira na década de 80 – o *sindicalismo de classe* – trazendo novos desafios para a classe trabalhadora brasileira.

A partir de 1990, ocorreram várias fusões, incorporações de empresas, principalmente no setor bancário, a partir do Plano Real. As inovações organizacionais, os novos métodos de gerenciar os processos (do trabalho e da produção), foi um marco na racionalização dos custos para maximizar a lucratividade produtiva, mais uma vez fragilizando o posicionamento do trabalhador.

Na verdade, houve uma aceleração de concentração e centralização de capitais, grande inovação tecnológica, racionalizando a produção, promovendo assim importantes mudanças no mundo do capital e do trabalho. Isso permitiu a partir de 1994, com o Plano Real, um salto de qualidade na entrada de capitais no país, por meio de uma nova onda de investimentos produtivos, voltados para a produtividade, qualidade e competitividade (principalmente após a estabilização econômica) (ALVES, 1998, p.153).

## O Capitalismo e a teleologia do trabalho

Qual é a finalidade do trabalho, para o trabalhador? Segundo Antunes (2009, p. 136), “o fato de buscar a produção e a reprodução de sua vida societal por meio do trabalho e luta por sua existência, o ser social cria e renova as próprias condições de sua reprodução”. O pressuposto é, então, que o trabalho cria no indivíduo novas objetividades que formam ou norteiam toda sua relação social. É verdade.

Antunes (2009):

Em Lukács, os vínculos entre subjetividade e trabalho são indissociáveis. Assim, tanto na gênese do ser social quanto no seu desenvolvimento e no próprio processo emancipatório, o trabalho como momento fundante da própria subjetividade humana, por meio da contínua realização das necessidades humanas, da busca da produção e reprodução da vida societal, da gênese da própria consciência do ser social, mostra-se como elemento ontologicamente essencial e fundante (ANTUNES, 2009, p. 161).

Mas, a partir daí nascem novos questionamentos sobre o que o trabalhador faz com o seu estoque de valores, crenças, subjetividades, e traços culturais, adquiridos ao longo de sua existência, no momento em que cria, via trabalho, novos tipos e novas finalidades de vida e de convivência social, fundados no trabalho e no ambiente em que atua. Tirar ou mudar, no seu todo, tais simbologias, é, na verdade, amputar do homem, elementos determinantes de seu conjunto formativo e afetivo social, pois, na verdade, falta-nos pensar sobre as conexões mais profundas existentes entre o trabalho e a ampla liberdade do indivíduo.

Assemelha que os esforços empreendidos pelas organizações capitalistas em proporcionar melhores condições de trabalho ao trabalhador; exigir qualificação e dedicação extrema às causas da empresa; fidelidade objetiva e subjetiva, não passa de uma forma de alienar o trabalhador aos ditames do capitalismo e da organização, dividindo aquele Ser “inteiro” desejado, mudando sua práxis social e suas relações com a família e com o meio ambiente.

Isso é uma fábrica de conflitos teleológicos, considerando que nem todos os indivíduos assimilam uma comunicação de forma igual e uniforme. Não dá para afirmar que o trabalhador submetido a tal re-

gime, possua autonomia. É a reificação produzida pelo capitalismo, de acordo com a teoria marxista.

A dinâmica do capitalismo nunca deixará de ser polêmica tendo o trabalhador e o trabalho como agentes, porque pode ser observada sob vários ângulos: i) organização da produção e do trabalho; ii) sob a ótica política; iii) sob a ótica econômica, e sob a ótica social, e sob a ótica da organização da produção e do trabalho como discutido linhas atrás. Mas, nem tudo é tão desastroso como pode parecer.

ALVES faz duas análises interessantes:

Nos primórdios dos anos noventa, o neoliberalismo já demonstrava não ser capaz de impedir instabilidades crítica do capitalismo mundial [...] Muito pelo contrário, tendia agravá-las já que as políticas de ajustes neoliberais tendem a conduzir o sistema capitalista mundial a impasses de natureza política e social crescentes, com o incremento da desigualdade e exclusão social (ALVES, 1998, p. 111).

Por outro lado afirma que “[...] não impede que, sob a lógica do capital, que alguns analistas possam proclamar o sucesso do neoliberalismo, baseados no diagnóstico de derrubada da inflação, privatização, disciplina fiscal e monetária e abertura comercial” (ALVES, 1998, p. 111). Ocorre que, os problemas sociais, a pobreza e o desemprego parecem crescer mais ainda, (seguindo, *pari passu*, as reformas de mercado), completa o autor. Realmente a retomada do crescimento na década de 1990 não alterou de forma significativa o quadro de pobreza, sob a égide do capitalismo-cassino, mencionado acima, para compensar a diminuição constante dos lucros industriais.

Por outro lado, embora o DIEESE mostre que dos anos 1990 para cá houve um significativo aumento de renda e ampliação da malha de proteção ao trabalhador, esses dados, apresentados de forma absoluta deixam margem de dúvida porque não existe cientificamente falando, nenhuma solidez na perenidade de tais benefícios, em função de não se levar em conta a redução de investimentos públicos e privados e os seus efeitos nas políticas econômicas subsequentes.

O que se pode afirmar é que o trabalhador foi prejudicado em todos os modelos de organização do trabalho e da produção, principalmente no capitalismo fragilizado diante da supremacia do capital sobre o trabalho. Não se pode negar que o trabalhador deixou de atuar e de ser visto, como um homem total. Este homem total é chamado por Marx de “indivíduo por inteiro”. Com isso, concorda Bihr

(1998, p.185): “o mesmo realismo exige, enfim, considerar que a relação de forças continua amplamente desfavorável”.

Pelas lições de Kanaane (2008), o homem se revela por vários aspectos, posições, ações, atitudes e comportamentos. Logo, conhecer a sua totalidade é um verdadeiro desafio. Kanaane (2008) ressalta que considerar o homem sob perspectiva integral envolve dois aspectos: o homem enquanto ser social, e o homem enquanto ser político.

Enquanto Ser social o homem deve ser olhado por meio das múltiplas interações que o mesmo estabelece com os diferentes contextos dos quais ele faz parte: O Estado, a sociedade, os grupos sociais, a comunidade, a família, as relações interpessoais – e, também, especificar os níveis de interação que gradativamente se vão constituindo. Os laços com os citados contextos crescem à medida que o homem incorpora-se em cada um deles. Essa multiplicidade orienta para a necessidade do homem se reciclar e redefinir suas posições repensando os vínculos inerentes às relações estabelecidas.

O Ser político é visto como uma perspectiva ampla e contempla a dimensão internacional e os fatos associados às questões comunitárias e necessidades grupais. As concepções políticas ensejam movimentos sociais que retratam a mobilização individual ou grupal, na tentativa de atender aos anseios e às expectativas dos membros da comunidade e, em especial, da comunidade empresarial.

Vários são os movimentos do indivíduo no sentido de buscar espaços para exercer a cidadania no sentido de compartilhar objetivos e metas. A influência do neoliberalismo não foi diferente, principalmente como Ser político.

A submissão do trabalhador e de suas representações às regras do neoliberalismo tirou-lhe parte dos requisitos que o torna um Ser social, afetando principalmente a sua cultura por restrições nas relações afetivas dentro e fora da organização. Perdeu, também, sua força política não somente no seio das organizações, como através de suas representações, contaminadas pelas regras impostas pelo capital.

A substituição tecnológica, a automação, a flexibilização, e a concentração do poder, pelas regras do capitalismo, acabaram em reduzir o seu poder de barganha, o poder de reclamar, o poder de pedir, criando na verdade, um fosso entre ele e a produção, dominada por normas do sistema, e reduzindo sua participação política.

Em resumo, pode-se dizer que a chamada 2ª Revolução Industrial do século XX legou para o século seguinte necessidades supremas de mudanças na organização do trabalho e da produção, sobretudo

do, criando uma nova estrutura do trabalho (especialização, nas tarefas, automação da produção). As consequências são claras: maior precisão e rapidez na produção, criação de empregos especializados, redução dos postos de trabalho, aumento do desemprego, e aumento da concentração de capital.

Kanaane (2008), afirma por tudo isso que o trabalhador se viu diante de várias representações sobre o trabalho no capitalismo contemporâneo: i) o trabalho como fonte de prazer e satisfação; ii) o trabalho aliado às perspectivas de progresso e de desenvolvimento pessoal; iii) o trabalho como autorrealização, autoatualização e desafios; iv) o trabalho considerado elemento de sobrevivência, em que os fatores: salário, segurança, poder, *status*, afiliação, entre outros (concepções de determinados grupos sociais).

Em suma, procedendo a uma análise rápida, e considerando a visão de TEIXEIRA, ALVES, KANAANE, TOFFLER, e dentre outros, o trabalho não é para o trabalhador apenas um fim, é um meio. É um meio de se realizar financeira, social, e politicamente. De sobreviver com dignidade. Em decorrência dessa compreensão, evidencia-se, a partir dos anos 1990, as críticas ao fenômeno capitalista, principalmente no instante neoliberal, que impedia ao trabalhador, atingir grande parte de suas realizações, e o que é mais grave com arrocho dos salários, por diversos meios.

Referindo-se a Adam Smith, Max é um dos precursores das ideias de que o trabalho “é uma luta árdua entre o capitalista e o trabalhador. O capitalista pode viver mais tempo sem o trabalhador do que o contrário” (Marx, 2011, p.65). Isso deixa claro, a total dependência do trabalhador, do sistema, ressaltando que quando a união entre as partes é impossível ou proibida implica resultados desastrosos para o trabalhador.

Marx traduz de forma indiscutível os fundamentos do capitalismo, no que se refere à participação do trabalhador no sistema. Para ele enquanto o capitalista pode completar os seus rendimentos com lucros (terra, indústria) com o seu negócio, com juros do capital, o trabalhador não tem terra (para produzir) nem mesmo juros para completar o seu salário enquanto trabalhador. Ressalta que é isso que provoca a concorrência entre os trabalhadores, que lutam pelo mesmo espaço.

O texto parece ter sido escrito hoje. É o retrato atual do capitalismo onde predomina o capital, e que as mudanças provocadas pela reestruturação dos processos de produção e organizacionais, provo-

cam uma anomalia na distribuição e de acumulação de riquezas por parte do trabalhador, contra a qual, não tem forças para lutar. A única forma de concorrer entre os trabalhadores são as exigências de aumento na capacidade de produzir mais, com menos recursos, alta especialização e atendimento às demais normas do sistema.

O manuscrito de Marx deixa claro que, mesmo atendendo os preceitos do sistema, o salário é suficiente apenas para a sobrevivência necessária para criar a família do trabalhador. Mais uma vez fica claro que a desvalorização do trabalhador começa pela própria remuneração, meio indispensável para satisfazer não somente as necessidades básicas, como também, um dos componentes-meio para suprir o elenco de satisfações que o trabalhador almeja para se tornar um Ser total (social e político). Se não há como lutar, em igualdade de condições pelo próprio salário, os espaços nos meios familiares, sociais e políticos são ainda menores e mais desumanos. Sem isso, vaticina Marx, há perigos na existência futura da categoria de trabalhadores.

O sistema capitalista faz lembrar as ideias de Marx de que o homem também faz parte da lei da oferta e da procura. Se o sistema demanda menos trabalhadores a oferta social aumenta e provoca uma crise de concorrência na classe e uma conseqüente desvalorização, aviltando os salários e as demais fontes de remuneração do trabalho. É a transformação do trabalhador em mercadoria. Por isso, não é raro no sistema, tratar o trabalhador como recurso, como se fosse uma mercadoria ou um recurso material ou até patrimonial.

Numa abordagem mais técnica, analisando os componentes do lucro (preço, custos e despesas), pelo sistema, o trabalhador não ganha necessariamente quando o capitalista consegue manter ou maximizar o preço acima do preço natural, mas perde se a organização entra na zona de resultados negativos. Fica patenteado que o mercado é o dominador, regulador, orientador e condicionador de tudo.

Para Antunes (2009), o que ocorreu foi um processo múltiplo na estruturação do trabalho no Sec XX. O autor afirma que o que o houve foi a desproletarização do trabalho manual, industrial e fabril; a heterogeneização, subproletarização e precarização do trabalho. Diminuição do operariado industrial e aumento da classe que vive do trabalho.

A defesa Marxista vai além, condicionando a redução da renda do trabalhador por fenômenos conjunturais como a inflação, crises financeiras globais, queda na demanda dentre outras. São casos em que a corrosão de sua remuneração, não pode ser protegida porque o

trabalhador não possui as fontes primárias de rendas como terras, e sobremaneira fontes alternativas como os juros para recompor a sua renda. Hoje nada disso é diferente.

Marx (1998, p. 121) instrui que “a divisão do trabalho transforma o produto do trabalho em mercadoria, tornando assim, necessária a transformação desta em dinheiro. Ao mesmo tempo, torna aleatória essa transubstanciação”. Realmente é impossível tornar visível o valor do produto do trabalho aos olhos sociais, mesmo com a divisão do trabalho. Entretanto, sob a ótica de mercado – modelo capitalista – este valor é claramente conhecido em todas as suas fases, não cumprindo apenas com os anseios filosóficos sobre o valor do trabalho.

Muito comum no sistema capitalista/neoliberal é a especialização como determinante da remuneração do trabalhador. Isso, evidentemente provoca uma diferenciação nos salários via categorização de tarefas ou funções. Assim, são determinantes das satisfações dos trabalhadores todas as diferenças cognitivas, os saberes, e as condições e suas representações psicossociais sobre o trabalho.

Contrapondo tudo isso, Marx ressalta que o capital inerte do capitalista, permanece inalterado. Assim, pode-se inferir que o trabalhador fica sufocado por suas próprias abstrações e desejos quando se depara com a inércia do capital. Marx (1988) explica melhor sua visão sobre o capitalista, foco de suas críticas mais duras, quando o possuidor do dinheiro se torna capitalista.

O conteúdo objetivo da circulação em causa – expansão do valor – é a sua finalidade subjetiva. Enquanto a apropriação crescente da riqueza abstrata for o único motivo que determina suas operações, funcionará ele como capitalista, ou como capital personificado, dotado de vontade e consciência (MARX, 1988, p. 172).

Fica bastante clara a posição de combate à inércia do dinheiro, quando não é aplicado em fatores produtivos, geradores de emprego e renda. Isso, muitas vezes gera certa confusão conceitual sobre o capitalismo, suas formas e suas relações com o trabalho ou mesmo, com a divisão do trabalho.

Sob a ótica dos economistas, ensejamos discussões interessantes levantadas pelas referências feitas por Marx a diversos pensadores a respeito da diminuição da pobreza via aumento dos rendimentos do trabalhador. Assim referencia Marx:

Ainda que fosse tão verdade como na verdade é falso que os rendimentos médios de *todas* as classes

da sociedade tivessem aumentado, a disparidade de rendimentos teria ainda crescido e, conseqüentemente, o contraste entre a riqueza e a pobreza surgiria com maior evidência (Marx 2011, p. 73).

Marx (2011, p.73), complementa que “[...] tudo é comparado ao trabalho e que o capital nada mais é do que o trabalho acumulado”, mas acrescenta logo a seguir que “[...] o trabalho, longe de ter possibilidade de comprar tudo, deve antes vender a si mesmo e a sua humanidade”. A diferença está na condição de acumular os resultados do trabalho, principalmente e condições totalmente antagônicas.

Realmente, a distância do crescimento da renda do capitalista e o salário do trabalhador é aritmética, enquanto a distância entre ambos da capacidade de acumular renda é geométrica. Em sistemas em que o domínio é do capital, uma equação de equilíbrio é impossível de acontecer. Entretanto, o neoliberalismo apregoa que os membros da equação são absolutamente proporcionais com propriedade absoluta, na defesa de sua participação no crescimento do trabalhador, quando a economia global dá sinais de crescimento ou recuperação.

Marx completa a avaliação do economista dizendo:

Digo, entretanto, que o trabalho em si, não só nas atuais condições, mas globalmente, à medida que sua finalidade se resume ao aumento da riqueza, é danoso e insalubre, e que tal conclusão se tira do próprio argumento do economista, se bem que ele não lhe tenha percebido [...] A renda e o lucro, em teoria, são *descontos* que os salários precisam tolerar” (MARX, 2011, p.71)

Conclui dizendo que “a economia política analisa o trabalho abstratamente como uma coisa. O trabalho é mercadoria: se o preço é elevado, a procura é grande, e se o preço é baixo, a oferta é grande” (Marx, 2011, p. 71). Assim se dá a concorrência entre o trabalhador e o próprio trabalhador provocando o que é bom para o capitalista, a redução do preço do trabalho. Constitui-se em melhor meio para o capitalista regular os lucros.

E, se esta disputa é melhor para o capitalista, nem sempre é melhor para a sociedade, porque o aumento do lucro é bom para a prosperidade do capitalista o que não é, necessariamente melhoria de vida para a sociedade. Aliás, o neoliberalismo prega uma acumulação de capital calcada em tais fundamentos, via redução dos custos do trabalho.

Nos estudos de Marx (2011, p. 130) algumas realidades sobre o neocapitalismo são terríveis para a sociedade. O autor conclui que o trabalho é o sacrifício do capital e que se divide entre trabalho e salário. Diz ele: “o próprio trabalhador é um capital, uma mercadoria. Choque das oposições mútuas”. Isso não era diferente nos sistemas produtivos anteriores e não mudou com o surgimento do capitalismo ao contrário, mais do que nunca o trabalhador é um ativo, remunerado de acordo com as condições socioeconômicas do capitalista, que é regulado pelo mercado.

Podemos dizer que na relação entre o dinheiro e a mercadoria, o trabalhador é na verdade um encontro de disponibilidades e um jogo de liberdades. Para o trabalhador, a liberdade de vender a sua força de trabalho não significa sua liberdade total. A verdade é que no novo modelo, para seguir comportamentos modernos os papéis profissionais, se manifestam no interjogo de papéis, facilitando desta forma, a interdependência dos diversos setores, a partir de tais relacionamentos.

A interdependência tende a criar uma zona de indefinição entre eles, ou seja, uma zona em que os papéis não ficam claramente definidos se, são do gerente ou do subordinado; se são do trabalhador ou do sindicato. Essas indefinições criam um clima de total submissão. É o resumo dos papéis do trabalhador diante do sistema.

## Referências

ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. **Universidade Pública & iniciativa privada: os desafios da globalização**. Campinas-SP: Ed Alínea, 2002.

ALVES, Giovanni. **Nova ofensiva do capital, crise no sindicalismo e as perspectivas do trabalho – o Brasil nos anos noventa**. In: Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva. 2 ed. São Paulo: Cortez, Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1998; p. (109;161)

ANTUNES, Ricardo L.C. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

BIHR, Alain. **Da Grande à alternativa: o movimento operário europeu em crise**. Perdizes: Jinkings Editores, 1998.

KANAANE, Roberto. **Comportamento Humano nas Organizações; o Homem Rumo ao Século XXI**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KURZ, Robert. **A realidade irreal**. Folha de São Paulo, 3 set. 1995.

MARX, Karl. **O capital. Livro I, vol. I**. São Paulo: Nova Cultural, 1980,

\_\_\_\_\_. Karl. **O capital: crítica da economia política. Livro, vol I**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988,

\_\_\_\_\_. **Primeiro Manuscrito: salário e trabalho**. In: Manuscritos Econômico-Filosóficos. 2 ed. 4. Reimp. São Paulo: Martin Claret, 2011.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Campinas: Boitempo Editorial: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2002.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Política e Trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ROMANELLI, O. **História da Educação no Brasil: 1930-1973**. 9.ed. Petrópolis:Vozes, 1987.

SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo. **Sociologia do Trabalho**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

TEIXEIRA, Francisco José Soares. **Modernidade e crise: reestruturação capitalista ou fim do capitalismo?** In: Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva. 2 ed. São Paulo: Cortez . Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1998, p. (15,74).

\_\_\_\_\_. **O neoliberalismo em debate**. In: Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva. 2 ed. São Paulo: Cortez. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1998; p. (195, 252).

TOFFLER, Alvim. **A terceira onda: morte do industrialismo e o nascimento de uma nova civilização**. 15 ed. Rio de Janeiro: Record, s.d.



## AS MUDANÇAS OCORRIDAS NO MUNDO DO TRABALHO COM O AVANÇO DAS NOVAS TECNOLOGIAS

*Alicia Felisbino Ramos\**  
*Robson Luiz de França\*\**

**P**ara Marx (2004), na sociedade capitalista, a posse privada dos meios de produção impossibilita que o trabalho se materialize como uma atividade emancipadora e com isso os trabalhadores ficam alienados aos produtos que eles mesmos criaram e também na relação da atividade consigo mesmo e com os outros. A partir do instante em que o trabalhador é afastado dos meios de produção e, conseqüentemente, do planejamento e do resultado de seu trabalho, essa cisão provoca uma relação de estranhamento que não permite que a riqueza produzida socialmente seja apropriada pelos seus produtores.

O trabalho pode conter duas dimensões, dependendo das condições concretas de sua realização. Uma primeira dimensão construtora, emancipadora. É o Trabalho concreto de Marx, voltado para a produção de produtos e para a satisfação de necessidades humanas, contribuindo para a realização do indivíduo enquanto criador e transformador do seu meio. [...] outra dimensão alienante, opressora. Nas condições de existência da propriedade privada, o trabalhador não tem condições de interferir sobre os objetivos e produtos do seu trabalho, e até mesmo de dominar o próprio processo de produção. (ARANHÁ; DIAS, 1995 p. 116).

Para Ianni (1998), o sistema capitalista intensifica, de forma crescente a alienação do trabalhador. Esse processo de alienação do trabalhador pelo produto do próprio trabalho é considerado a sua própria contradição, pois ao mesmo tempo em que o trabalho traduz a superioridade do homem sobre os animais e se constitui como pro-

---

\*Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia. [alicia.franco@gmail.com](mailto:alicia.franco@gmail.com)

\*\*Professor Doutor da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Uberlândia. Pesquisador do Histedbr – GT Trabalho, Educação e Formação Humana [rlfranca@ufu.br](mailto:rlfranca@ufu.br)

duto e sujeito de sua própria história, provoca a alienação humana. Assim sendo, o trabalho constrói e destrói, sendo o elemento fundante e degradante do homem enquanto sujeito histórico.

Ao revolucionar o modo de produção capitalista, o capital revoluciona os elementos do processo de trabalho que são (1) a atividade orientada a um fim – no caso do modo de produção capitalista, a atividade vital estranhada, tendo em vista que ela possui um telos estranhado; (2) seu objeto e (3) seus meios técnicos (ou tecnológicos) que aparecem como capital propriamente dito ou condições objetivas alienadas do processo de produção da mais valia. A sociedade do capital ou sociedade moderna é a sociedade do trabalho alienado/estranhado. A organização social das atividades humanas, seus objetos e meios, isto é o modo de controle do metabolismo social incorporam o caráter do trabalho alienado. (ALVES, 2000, p. 17).

Segundo Aranha (2000), a alienação que ocorre durante o processo de trabalho significa a separação ou a perda sofrida pelo trabalhador de uma parte do seu ser, de sua atividade e, principalmente, da sua constituição humana. O trabalhador ao se sujeitar ao processo de trabalho capitalista sofre um processo de objetivo de desapropriação de si, tão mais profundo quanto mais riqueza produza.

O trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria tão mais barata quanto maior o número de bens que produz. Com a valorização do mundo das coisas (*Sachenwelt*). O trabalho não produz apenas mercadorias; produz também a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e juntamente na mesma proporção com que produz bens. Tal fato implica apenas que o objeto produzido pelo trabalho, o seu produto, opõe-se a ele como ser estranho, como um poder independente do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, que se transformou em coisa física, é a objetivação do trabalho. (MARX, 2004, p. 64).

No processo final do produto, o trabalho é visto como alheio ou estranho ao trabalhador, ou seja, como um objeto que não lhe pertence. “O trabalhador coloca a sua vida no objeto; mas agora ela não pertence mais a ele, mas sim ao objeto”. (MARX, 2004, p. 75).

Nestas circunstâncias, a alienação se manifesta em 3 dimensões descritas a seguir:

1) em relação aos produtos do Trabalho – o trabalhador não detém a propriedade nem o controle sobre os frutos do seu Trabalho, não determina o que nem o porquê do que é produzido; 2) em relação à atividade de Trabalho – o trabalhador não controla como o produto é produzido; participa como executor, de um processo concebido por outros; 3) em relação à espécie – o trabalhador ao se sujeitar a esse processo de desapropriação de si não se desenvolve plenamente como ser humano. O Trabalho se transforma, então, em atividade lesiva, desinteressante e em fonte de sofrimento para o trabalhador, um empecilho para formação humana e dos vínculos humanos, pois a alienação provoca o isolamento social do indivíduo. O sentido do trabalho se reduz, torna-se um mero meio de subsistência. (ARANHA, 2000 p.65).

No capitalismo, o trabalho consiste em um processo de valorização do capital, faz parte dessa lógica a exploração da força de trabalho, cujo objetivo maior é o aumento da produção através da mais valia. Uma vez pago o salário de mercado pelo uso de força de trabalho ao trabalhador, os capitalistas utilizam duas estratégias para ampliar a taxa de lucro: estender a duração da jornada de trabalho mantendo o salário constante, que é a mais valia absoluta e ampliar a produtividade física do trabalho através da mecanização, mais valia relativa. Com isso o capitalista compra determinada força de trabalho do operário, mas faz com que este produza maior quantidade de valor do que é lhe restituído sob a forma de salário. Neste sentido, a acumulação capitalista se dá entre a diferença do trabalho necessário à reprodução da vida do trabalhador, o que é pago e o trabalho excedente que o trabalhador é obrigado a realizar, não pago. É esse trabalho excedente que produz a mais valia, (MARX, 2004).

Claro, o trabalho produz maravilhas para os ricos, mas produz a privação para os trabalhadores. Produz palácios, mas casebres para o trabalhador. Produz beleza, mas deformidade para o trabalhador. Substitui o trabalho por máquinas, mas lança uma parte dos trabalhadores para um trabalho bárbaro e transforma os outros em máquinas. Produz inteli-

gência, mas também produz estupidez e o cretinismo para os trabalhadores. (MARX, 2004, p. 161).

Podemos dizer que na sociedade capitalista, à medida que há um maior desenvolvimento dos aparatos tecnológicos, mais frágeis se tornam a vida dos trabalhadores e também as suas condições de trabalho. Quanto mais produzem, maior é a sua pobreza e a sua vulnerabilidade. Enquanto os trabalhadores são desprovidos do acesso à diversidade de coisas produzidas pelo seu trabalho, os donos dos meios de produção acumulam riquezas e, não as dividem com as classes que vivem do trabalho.

Na sociedade capitalista, sustentada sob a égide da propriedade privada dos meios de produção, os recursos produtivos do trabalho dos homens são adquiridos por parte dessa sociedade possuidora dos meios de produção. A ciência, como conhecimento sistematizado, passa a fazer parte do trabalho produtivo, explorada pelo capital como uma mercadoria moldada aos seus interesses, é empregada como meio de separação entre o saber e o trabalhador, em um primeiro momento, para depois pertencer aos domínios do capital, pelo fato de que pode haver restrição desse saber. Entretanto, os trabalhadores não podem ser desapropriados, de modo amplo, de seus saberes, pois sem o conhecimento não há produção. (IANNI, 1998, p. 34).

Com o avanço do capitalismo, os donos dos meios de produção desenvolvem novas táticas que retiram pouco a pouco o conhecimento dos trabalhadores, fazendo com que estes tenham seu trabalho fragmentado. O trabalhador passa a ter o domínio de apenas uma parte de seu trabalho, quanto mais o trabalho se torna sofisticado pela incorporação de máquinas no processo produtivo, mais se degradam as condições de vida do trabalhador. Com o intuito de um maior controle sobre os trabalhadores no modo de produção, os homens de negócios empregam novas formas de gestão dos processos de trabalho sustentadas pela reestruturação capitalista.

Desde o seu início, o modo de produção capitalista busca alternativas tecnológicas e organizacionais diferenciadas para controlar o processo de trabalho objetivando o aumento da produção e dos lucros. Para que isso aconteça são introduzidos novos equipamentos de produção, principalmente a partir das inovações tecnológicas e das novas formas de gestão.

A burguesia só pode existir com a condição de revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais. A conservação sem alterações do antigo modo de produção constituía, pelo contrário, a condição primeira da existência de todas as classes empreendedoras anteriores. (MARX; ENGELS, 2002, p.79).

As novas tecnologias dentro da perspectiva da subsunção do capital geraram, por sua vez, novas demandas sobre o modo de organização dos espaços de interação e também das próprias ações dos agentes de trabalho, tanto no que se refere à produção direta quanto na administração das empresas. Uma vez que estas se constituíam em estruturas organizacionais cada vez mais expostas à análise experimental, as complexas e especializadas funções que aglomeravam mostravam-se ainda mais passíveis de ser objeto de aprimoramento técnico, dentro de campos de estudos definidos, possibilitando assim, cada vez mais, sua crescente racionalização. (PINTO, 2007).

A sociedade contemporânea, principalmente nas últimas décadas, passou por transformações, principalmente a partir da reestruturação produtiva, que expressa a era da produção flexível, acarretando grandes mudanças no mundo do trabalho. Para analisar as principais características da reestruturação produtiva, devemos compreender os processos de gestão que antecederam este estágio. Para isso, faremos um recuo histórico do taylorismo/fordismo.

A gerência científica, segundo Braverman (1987), teve seu início depois do surgimento do capitalismo industrial, quando um único capitalista empregava uma quantidade significativa de trabalhadores. O mérito destes capitalistas não era poder gerenciar através do conhecimento do ofício e sim para o dono do capital, do empreendimento, da matéria prima, dos produtos produzidos na empresa e principalmente do tempo dos trabalhadores. Com isso, o modo capitalista de produção destrói sistematicamente todas as perícias a sua volta e dá nascimento as qualificações e ocupações que correspondem as suas necessidades. A força de trabalho converteu-se em mercadoria e sua utilidade é organizada de acordo com as necessidades reprodutivas do capital.

Segundo Bihl (1998) o processo hegemônico de produção de mercadorias no modo de produção capitalista, é aquele que combina os princípios da administração científica de Frederick Winslow Taylor com as inovações introduzidas por Henry Ford, tais como a linha de

montagem, a padronização dos componentes e a verticalização da produção.

Os princípios da gestão taylorista, segundo Cattani (2002), considerava a autonomia dos trabalhadores, durante o processo de trabalho um obstáculo para a produção capitalista e com isso acreditava que se fosse definido uma sequência e o ritmo do trabalho, ocorreria uma multiplicidade quanto a forma de produzir. Sendo assim, intensificaram-se as tentativas de diminuir o domínio do trabalhador sobre a produção. Taylor propunha uma intensificação da divisão do trabalho, ou seja, fracionar as etapas do processo produtivo de modo que o trabalhador desenvolvesse tarefas ultra-especializadas e repetitivas. O conhecimento do processo produtivo era de responsabilidade única do gerente, que também fiscalizava o tempo destinado a cada etapa da produção, através do cronometro, para que as tarefas fossem executadas pelos trabalhadores em um menor tempo possível, o trabalhador que conseguisse produzir mais em menos tempo recebia prêmios como forma de incentivo.

O sistema de organização taylorista intensificou de forma significativa o trabalho alienado e não favorecia a emancipação humana através do trabalho, uma vez que este era reduzido a sua parcelização, tornando-se uma atividade, monótona, extenuante e sem sentido para o trabalhador.

O sistema de gestão fordista possui algumas semelhanças com o taylorismo, dentre as quais podemos destacar: A separação do trabalho entre execução e planejamento, trabalho fragmentado e simplificado, o qual exige pouca capacitação por parte dos trabalhadores, que de certa forma perdem suas qualificações, que passam a ser incorporadas à máquina. Como vimos anteriormente, o ritmo de trabalho era controlado pelos cronômetros e pela eliminação de movimentos desnecessários à produção, no fordismo este ritmo de trabalho é controlado pela velocidade da esteira. (FERREIRA, 2012).

Fordismo é um sistema de produção industrial caracterizado por um elenco limitado de produtos estandarizados; métodos de produção de massa; automação usando máquinas dedicadas à produção de um produto determinado; força de trabalho segmentada responsável por tarefas fragmentadas e especializadas; controle centralizado; e organização hierárquica e burocrática. A relação positiva de custo/eficiência deriva das economias de escala obtidas através de longos ciclos de produção, da quase

uniformidade de serviços e das reduções nos custos de trabalho. (BELLONI, 2012, p.10).

Os donos do capital ao introduzir as esteiras nas fabricas visava à produção em série, dividir e mecanizar o processo de trabalho, o que alterou significativamente a composição socioprofissional do trabalhador, pois substituiu o saber operário pelo operário especializado e isso possibilitou ao capital o domínio da produção e gerou um novo trabalhador, fragmentado e sem conhecimento de todas as etapas da produção, o trabalho humano se torna algo simples, rotineiro e também subordinado ao ritmo da máquina. (ANTUNES, 2002).

Esse padrão produtivo estruturou-se com base no trabalho parcelar e fragmentado, na decomposição de tarefas, que reduzia a ação operária a um conjunto repetitivo de atividades cuja somatória resultava no trabalho coletivo produtor de veículos. Paralelamente à perda de destreza do labor operário anterior, esse processo de desatropornorfização do trabalho e sua conversão em apêndice da máquina-ferramenta dotavam o capital de maior intensidade na extração do sobretrabalho. À mais-valia extraída extensivamente, pelo prolongamento da jornada de trabalho e do acréscimo da sua extração intensiva, dada pela dimensão relativa da mais-valia. A subsunção real do trabalho ao capital, própria da fase da maquinaria, estava consolidada. (ANTUNES, 2002, p.37).

O fordismo estimulava o estranhamento entre o trabalho e trabalhador, já que este repetia mecanicamente a mesma operação várias vezes ao dia e por isso o mesmo não era incentivado a adquirir qualquer crescimento intelectual, não gerava também qualquer identificação com o trabalho e trazia pouca satisfação. Desta forma, segundo Antunes (2002), muitas insatisfações surgem dos indivíduos com a rigidez deste modo de produção, pois, tal procedimento implicava a intensificação da jornada de trabalho extenuante e a eliminação do saber do indivíduo como elemento constitutivo do processo de trabalho. Dessa forma, o taylorismo/fordismo realizava uma forma de expropriação intensificada do operário, destituindo de qualquer participação na organização do processo de trabalho, o que se resumia em uma atividade repetitiva e desprovida de sentido.

O modelo de produção fordista, segundo Harvey (2000), difundiu-se pelos diversos países industrializados e, mais tardiamente, nos países em fase de industrialização. O fordismo configura-se como

um verdadeiro regime de acumulação e implementa um sistema de regulação e compromisso entre Estado, proprietários do capital e trabalhadores, conhecido como compromisso fordista ou “Welfare State” (Estado do Bem-Estar Social), cuja característica básica é a intervenção do Estado no mercado visando à regulamentação da venda da força de Trabalho com leis trabalhistas, investimento estatal nas políticas públicas de educação, saúde, Lazer, etc. Muitas dessas medidas visando a garantia de se criar um mercado consumidor interno, a classe operária deixaria de ser só produtora para ser também consumidora do que produz.

A produção fordista não se implementa plenamente nos países periféricos, pois a exclusão resultante da forte concentração de renda impossibilitou a criação de um mercado consumidor em massa. Dessa forma, o compromisso com a elevação do nível de vida dos trabalhadores não ocorreu no Brasil. Nos países periféricos, o fordismo recebeu a qualificação de fordismo periférico, fordismo incompleto ou fordismo autoritário, pois se estabeleceu em um contexto em que a população detinha baixos salários, em postos de trabalho com alta rotatividade. Esses fatores impediam que a massa trabalhadora consumisse os produtos fabricados em grande escala. (LARANJEIRA, 2002, p. 28).

No Brasil, foi com o governo Juscelino Kubitschek, que ocorreu a primeira tentativa de implementar o fordismo como o plano de metas através deste ocorreu um grande processo de acumulação de capital no país. O aprofundamento da abertura da economia ao capital estrangeiro, pela forma de investimento direto, acompanhado e amparado pelo investimento público como energia, transporte dentre outros. Com isso promoverá, entre 1956 e 1961, um salto significativo no processo de industrialização pesada. A partir daí se constitui um novo tipo de objetivação do capitalismo industrial no Brasil, uma nova base material de acumulação do capital, adequada à lógica do capitalismo mundial da pós-Segunda guerra Mundial, que tende a restabelecer, em um novo patamar histórico, a relação centro-periferia. Em seu bojo irrompeu, com maior amplitude, um surto de reestruturação produtiva, com predomínio do padrão taylorista-fordista, que constituiu um novo mundo do trabalho, um novo metalúrgico vinculado a indústrias produtoras de bens de consumo duráveis. (ANTUNES, 2002).

A classe trabalhadora e os sindicatos divergiam do modelo taylorista-fordista. Foi com o golpe de 1964 que o fordismo se consolidou no Brasil, principalmente pelo intermédio da coerção e da força, contendo as lutas sociais opositoras ao projeto. O Brasil vivenciou um o modelo fordista de forma periférica, dificultando a integração das massas ao mercado consumidor.

O boicote e a resistência do trabalho taylorizado e fordizado assumiam modos diferenciados. Desde as formas individualizadas do absenteísmo, da fuga do trabalho, do turnover, da busca da condição de trabalho não- operário, até as formas coletivas de ação visando a conquista do poder sobre o processo de trabalho, por meio de greves parciais, operações de zelo (marcados pelo “cuidado” especial com o maquinário, que diminuía o tempo/ritmo despotismo fabril emanado pelos quadros da gerência, formação de conselhos, propostas de controle autogestionárias, chegando inclusive à recusa do controle do capital e à defesa do controle social da produção e do poder operário. (BIHR, 1998, p.65).

A gestão taylorista do trabalho na indústria automobilística e sua junção com o fordismo acabaram por representar a forma mais avançada da racionalização capitalista do processo de trabalho ao longo de várias décadas do século XX, sendo somente entre o final dos anos de 1960 e inícios dos anos de 1970 que esse padrão produtivo, estruturalmente comprometido, começou a dar sinais de esgotamento devido a crise de 1970. (ANTUNES, 2002).

Devido à crise, o modelo de produção fordista não consegue mais assegurar o sucesso operacional por diversos fatores, dentre os quais podemos destacar: Resistência operária, contrária a essa hierarquização e desumanização do processo de Trabalho, representado pela baixa produtividade; recessões econômicas, saturação dos mercados de massa, aumento das despesas sociais, mundialização dos mercados, demanda de diversificação de produtos e viabilidade de pequenas unidades de produção pelo uso de tecnologias mais avançadas. (BELLONI, 2012). Por mais que a produtividade tenha crescido, esse modelo não foi capaz de eliminar os tempos mortos na produção, fator chave para garantir a lucratividade em novos tempos.

Como resposta à sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes formam o advento do neoli-

beralismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, da qual a era Thatcher-Reagan foi expressão mais forte; a isso se seguiu também um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores. (ANTUNES, 1999, p. 31).

A partir dos anos 1970 o capitalismo enfrenta uma nova crise, tanto com relação aos problemas financeiros quanto às contestações sofridas por parte da classe trabalhadora, exigiu-se assim uma forte reconfiguração do mundo do trabalho. Os novos processos produtivos que emergiram são frequentemente sintetizados na figura do chamado toyotismo, ou modelo japonês-ohnista. O toyotismo surgiu na fábrica da Toyota, no Japão, após a Segunda Guerra Mundial. Mas só a partir da crise capitalista de 1970 é que foi caracterizado como filosofia orgânica da produção industrial, modelo japonês, adquirindo uma projeção global. (ANTUNES, 2002).

O toyotismo segundo Antunes (2002), diferencia-se do fordismo nos seguintes aspectos:

- 1 – É uma produção muito vinculada à demanda, visando atender às exigências mais individualizadas do mercado consumidor, diferenciando-se da produção em série e de massa do taylorismo/fordismo. Por isso sua produção é variada e bastante heterogênea, ao contrário da homogeneidade fordista;
- 2 – fundamenta-se no trabalho operário em equipe, com multivariada de funções, rompendo com o caráter parcelar típico do fordismo;
- 3 – a produção se estrutura num processo produtivo flexível, que possibilita o operário operar simultaneamente várias máquinas (na Toyota, em média até 5 máquinas), alterando-se a relação homem/máquina;
- 4 – tem como princípio o just in time, o melhor aproveitamento possível do tempo de produção;
- 5 – funciona segundo o sistema de kanban, placas ou senhas de comando para reposição de peças e de estoque. No toyotismo, os estoques são mínimos quando comparados ao fordismo;
- 6 – as empresas do complexo produtivo toyotista, incluindo as terceirizadas, têm uma estrutura hori-

zontalizada, ao contrário da verticalidade fordista. Enquanto na fábrica fordista aproximadamente 75% da produção era realizada no seu interior, a fábrica toyotista é responsável por somente 25%, tendência que vem se intensificando ainda mais. Esta última prioriza o que é central em sua especialidade no processo produtivo (a chamada “teoria do foco”) e transfere a “terceiros” grande parte do que anteriormente era produzido dentro de seu espaço produtivo. Essa horizontalização estende-se às subcontratadas, às firmas “terceirizadas”, acarretando a expansão dos métodos e procedimentos para toda a rede de fornecedores. Desse modo, flexibilização, terceirização, subcontratação, CCQ, controle de qualidade total, kanban, just in time, kaizen, team work, eliminação do desperdício, “gerência participativa”, sindicalismo de empresa, entre tantos outros pontos, são levados para um espaço ampliado do processo produtivo;

7 – organiza os Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), constituindo grupos de trabalhadores que são instigados pelo capital a discutir seu trabalho e desempenho, com vistas a melhorar a produtividade das empresas, convertendo-se num importante instrumento para o capital apropriar-se do *savoir faire* intelectual e cognitivo do trabalho, que o fordismo desprezava;

8 – o toyotismo implantou o “emprego vitalício” para uma parcela dos trabalhadores das grandes empresas (cerca de 25 a 30% da população trabalhadora, onde se presenciava a exclusão das mulheres), além de ganhos salariais intimamente vinculados ao aumento da produtividade. O “emprego vitalício” garante ao trabalhador japonês, que trabalha nas fábricas inseridas neste modelo, a estabilidade do emprego, sendo que aos 55 anos o trabalhador é deslocado para outro trabalho menos relevante, no complexo de atividades existentes na mesma empresa. (ANTUNES, 2002, p.54-55).

Sobre estes aspectos, o toyotismo, segundo Alves (2000), foi incorporado pela lógica do capital em todas as suas técnicas de organização da produção além de captar a subjetividade operária diante da constituição de um novo mundo do trabalho. A produção do trabalho,

neste modelo, foi organizada por células de produção, ou no formato de U. As máquinas assim dispostas possibilitavam aos trabalhadores operarem várias máquinas ao mesmo tempo e o trabalho era realizado em equipe. Este trabalho contrapunha ao sistema vertical de produção. Com isso, instaura-se o trabalho polivalente, já que neste processo, o trabalhador deve ser qualificado em várias habilidades, saber trabalhar em grupo, gerando a necessidade de cooperação entre os membros do mesmo grupo, o que na realidade, traz em seu bojo um processo de fiscalização, ou seja, um controle do próprio grupo sobre o trabalho desempenhado por trabalhador, além de incentivar a competitividade entre os trabalhadores das diferentes células.

O processo de produção de tipo toyotista, por meio dos *team work*, supõe, portanto uma intensificação da exploração do trabalho, quer pelo fato de os operários trabalharem simultaneamente com várias máquinas diversificadas, quer pelo ritmo e a velocidade da cadeia reprodutiva dada pelos sistemas de luzes. Ou seja, presencia-se uma intensificação do ritmo produtivo dentro do mesmo tempo de trabalho ou até mesmo quando este se reduz. Na fábrica da Toyota, quando a luz está verde, o funcionamento é normal; com a indicação da luz laranja, atinge-se uma intensidade máxima, e quando a luz vermelha aparece, é porque houve problemas, devendo-se diminuir o ritmo de trabalho. A apropriação das atividades intelectuais do trabalho, que advém da introdução de maquinaria automatizada e informatizada, aliada a intensificação do ritmo do processo de trabalho, configuram um quadro extremamente positivo para o capital, na retomada dos ciclos de acumulação e na recuperação da sua rentabilidade. (ANTUNES, 2002, p.27 – 28).

Assim sendo, podemos observar que no sistema toyotista há uma intensificação da exploração do trabalho, uma vez que os operários operam várias máquinas ao mesmo tempo, outro ponto considerável no toyotismo é que para efetiva flexibilização do aparato produtivo é imprescindível a flexibilização dos trabalhadores. Direitos flexíveis, de modo a dispor desta força de trabalho em função direta das necessidades do mercado consumidor. O toyotismo opera-se com um número reduzido de funcionários, ampliando-os através de horas extras, trabalhadores temporários ou subcontratação, dependendo das condições do mercado.

Com esses dispositivos organizacionais o toyotismo incentiva a participação crescente dos trabalhadores através de suas sugestões e aperfeiçoamentos no processo produtivo, tendo em vista sua adesão. A introdução do capital é projetar uma inversão da finalidade do controle sobre o trabalho na produção toyotista, ou seja, é forjar a ideia de que o autocontrole (“automação”, auto “ativação”), reflete um novo estágio de organização do trabalho, determinado pela autonomia, e pela criatividade dos trabalhadores. Com isso, o capital consegue obscurecer a intensidade às formas de controle através do consentimento do trabalho e modificações na atividade produtiva. (CARNEIRO, 2006, p. 126).

Dessa forma, o processo de aumento da exploração do trabalho pode ser visto por uma falsa ideia de autonomia do trabalhador, o que segundo Bernardo (2004) é uma exploração e um controle da força de trabalho com uma roupagem nova da democracia já que é repassado para o trabalhador que ele participa também da gestão. Ao mesmo tempo quem que os trabalhadores são persuadidos por este discurso, intensifica-se a exploração do potencial intelectual do trabalhador.

Por trás do novo tipo de agenciamento da linha de produção subsistiria a necessidade imperiosa da subsunção da subjetividade real operária à lógica do capital, por meio de um tipo de inserção engajada dos trabalhadores no processo de produção, aumentando suas responsabilidades quanto aos bons resultados do processo produtivo, promovendo, por conseguinte, uma intensificação da exploração do trabalho, com os operários atuando simultaneamente com máquinas diversificadas. (ALVES, 2000, p.45).

Essas transformações no mundo do trabalho têm apresentado uma complexidade particular verificada pela implementação dos processos de trabalho automatizados e flexibilizados. Nesse processo, os contratos que estimulam o trabalho parcelado, subcontratado, terceirizado e outras formas alternativas de organizar o trabalho têm garantido o aumento do desemprego, da informalidade e da precarização das condições de vida dos trabalhadores. A flexibilização do trabalho significou o desmantelamento da rede de garantias e direitos duramente conquistados em anos anteriores pelo movimento social organizado. Com isso inicia-se a reestruturação produtiva, sob o advento do neoliberalismo, com a transferência sistemática de capitais

ao mercado financeiro e ancorada na revolução tecnológica, implementando-se os modelos de produção idealizados no modelo japonês. (Antunes, 2002).

## Referências

- ALVES G. **O novo (e precário mundo do trabalho): reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**: São Paulo: Boitempo, 2000.
- ANTUNES, R. A. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 8 ed. Cortez. Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2002.
- ARANHA, A. V. Soares; DIAS, Deise Soares. Trabalho como princípio educativo na sociabilidade do capital. In: MENEZES NETO, Antônio Júlio; CUNHA, Daisy. Moreira (Org.); **Trabalho, política e formação humana: interlocuções com Marx e Gramsci**. São Paulo: Xamã, 2009. p. 115-127.
- ARANHA, A. V. S. Trabalho, subjetividade, educação. In: **Revista Outras Falas**. Revista de Formação da Escola Sindical 7 de Outubro/CUT. Belo Horizonte, 2000. n.3. p. 55-63.
- BELLONI, M. L. **Educação a Distância**. 6 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.
- BIHR, A. **Da grande noite alternativa: O movimento operário europeu em crise**. São Paulo: Boitempo, 1998.
- BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
- CATTANI, A. D. Taylorismo. In: CATTANI, A. D. **Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia**. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.
- FERREIRA, J.W. **Sociologia do trabalho**. Ijuí : Ed. Unijuí, 2012.
- HARVEY, D. **Condição Pós Moderna**. São Paulo: Loyola, 2000.
- IANNI, O. **Dialética e Capitalismo**. 3ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- LARANJEIRA, S.M.G. Fordismo e Pós Fordismo. In CATTANI. A. D. **Trabalho e tecnologia: dicionário crítico**. Petrópolis: Vozes/Ed da Universidade, 2002.
- LEAL, R. B. **A importância do tutor no processo de aprendizagem à distância**. Universidade de Fortaleza, 2001. Disponível em: <http://www.rieoei.org/deloslectores/947Barros.PDF>. Acesso em 12 março. 2016.

MARX Karl. **Manuscritos Econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. Tradução Luis Cláudio de Castro e Costa. 3ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

PINTO, G. A. **A organização do trabalho no século XX: taylorismo, fordismo e toyotismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SANTORO, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Best Seller, 2000.



## APONTAMENTOS SOBRE A ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS VOLTADAS PARA A FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES NO CONTEXTO DA REFORMA DO APARELHO DO ESTADO.

*Adriana Cristina Omena dos Santos*<sup>\*</sup>

*Luciana Charão de Oliveira*<sup>\*\*</sup>

*Roberta Rodrigues Ponciano*<sup>\*\*\*</sup>

**A** Reforma do Aparelho do Estado<sup>1</sup> no Brasil foi elaborada e implementada a partir do ano de 1995, no Governo de Fernando Henrique Cardoso, e colaborou decisivamente para mudanças significativas na elaboração e condução das políticas públicas no campo educacional. Tal reforma apresenta-se em conformidade com os preceitos do capital, já que visa o desenvolvimento econômico, político e social da nação, tendo como um dos seus principais pilares a transição de um Estado patrimonialista, burocrático para um Estado de caráter predominantemente gerencial. Vale mencionar que logo em seu texto inicial, encontra-se explícita a necessidade de se reformar o Estado para atender aos princípios da eficácia e eficiência, típicos do estado neoliberal. Mas: “[...] no núcleo estratégico, em que o essencial é a correção das decisões tomadas e o princípio administrativo fundamental é o da efetividade, entendido como a capacidade de ver obedecidas e implementadas com segurança as decisões tomadas, é mais adequado que haja um misto de administração burocrática e gerencial.” (BRASIL, 1995, p. 51)

Compreender as políticas públicas educacionais na perspectiva da relação entre a reforma do Aparelho do Estado e a concepção de tais políticas visando a formação dos trabalhadores para atingir o de-

---

\*Professora no Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia . email: [omena@faced.ufu.br](mailto:omena@faced.ufu.br)

\*\*Doutoranda da Faculdade de Educação/Universidade Federal de Uberlândia/ Linha: Trabalho, Sociedade e Educação. Bolsista CAPES. email: [luciana.admfufu@gmail.com](mailto:luciana.admfufu@gmail.com)

\*\*\*Mestranda da Faculdade de Educação/Universidade Federal de Uberlândia/ Linha: Trabalho, Sociedade e Educação. email: – [rrponciano@gmail.com](mailto:rrponciano@gmail.com)

1 O documento encontra-se disponível, na íntegra, no seguinte endereço eletrônico: <http://www.bresserperreira.org.br/documents/mare/planodiretor/planodiretor.pdf>

envolvimento do país segundo a lógica do capital, constitui pois, a principal finalidade deste artigo. Sendo tal temática importante do ponto de vista teórico-analítico, ainda que abordada de forma sucinta, porém, indagativa, por apresentar as relações existentes entre tais políticas e as influências dos organismos internacionais, em especial, do Banco Mundial na elaboração e implementação destas no Brasil. Desse modo: “A reforma do Estado é orientada pelas proposições de alguns organismos multilaterais, tal como o Banco Mundial, que, ao encarregar-se da materialização de uma dada política econômica e social, aparece preocupado com a incapacidade de investimento e gestão do Estado.” (ZANARDINI, 2007, p. 247)

As questões que abordaremos neste texto estão baseadas numa revisão bibliográfica e documental, visando despertar no leitor indagações sobre o assunto e fornecer subsídios para discussões futuras, uma vez que os princípios norteadores da Reforma em questão ainda estão presentes nos dias atuais. Tendo assim, adquirido novas configurações em conformidade com a mundialização do capital, imputando novas exigências à formação dos trabalhadores, sendo a educação um meio para atingir o suposto desenvolvimento que atenda o mercado neoliberal.

Escolhemos a década de 1990 para dar início à nossa análise. Entendemos que muitos atores já percorreram este caminho, ou melhor dizendo, já construíram suas contribuições tendo esta década como referência. No entanto, entendemos também que nunca se esgotam as possibilidades de analisá-la sob diferentes olhares.

Assim sendo, a escolha pela década em questão justifica-se pela ocorrência das reformas pelas quais o Estado brasileiro passou tendo em vista a reestruturação produtiva iniciada no final dos anos de 1980 e cujo ideário neoliberal se expandiu de forma acelerada a nível mundial. O ideário neoliberal caracteriza-se pela presença de um Estado menos interventor e mais regulador no tocante às políticas públicas e, no caso aqui tratado, as políticas públicas educacionais voltadas para a formação do trabalhador.

Façamos um parêntese para apresentarmos a definição de política pública educacional que segundo Souza (2006, p. 7) apud Souza (2013, p. 37), pode ser compreendida como:

[...] campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou no curso dessas ações (variável dependente). A formulação de

políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.

Mais adiante Souza (2013, p.39) apresenta uma contextualização que vai ao encontro do período que neste artigo pretendemos analisar:

Sabemos que as políticas públicas são instrumentos de concretização dos direitos previstos e garantidos nas leis: a existência delas possibilita aos cidadãos exercer seus direitos sociais. Se assim o for, podemos afirmar que é por elas que o Estado retribui aos cidadãos o que estes lhe empenham sob a forma de impostos e tributos. Também entendemos que com a reforma gerencial do Estado a partir de meados da década de 90 houve alteração na noção de política pública, que começou a ser enxergada como construção coletiva, coprodução entre sociedade civil e Estado, cada qual com maior ou menor influência, a depender do tipo de política formulada.

Ainda sob esta ótica apresentamos o conceito de política pública educacional como sendo aquele que deve levar em consideração o quadro econômico, político, social do momento que se estuda. Assim se tomamos a década de 1990 como marco temporal de análise, e em especial, a Reforma do Aparelho do Estado no Brasil, as políticas públicas educacionais elaboradas e implementadas em tal época refletem o caráter gerencial que foi atribuído ao Estado e, refletem ainda a necessidade de adequação da educação ao mercado. Em outras palavras na elaboração das políticas educacionais voltadas para a formação dos trabalhadores estaria (como sempre esteve) explícita a necessidade do capital de se reproduzir em diferentes instituições sociais, e, nesse caso naquelas voltadas para a educação dos trabalhadores.

No contexto delineado as mudanças no cenário da educação profissional direcionadas à formação de trabalhadores, começaram a ocorrer a partir do reconhecimento do governo brasileiro no tocante às necessidades apresentadas pela abertura dos mercados com exigência da redefinição das estratégias empresariais, incluindo aí, não somente modernização física e estrutural, mas também o rompimento com os antigos paradigmas de organização e gestão da produção. Partindo disto, exige-se tanto das empresas como dos trabalhadores, mais flexibilidade, qualidade e produtividade, direcionando tais exigên-

cias para um ensino que pudesse suprir essas necessidades, e que abarcasse toda uma classe que fora excluída ao longo dos anos. Todas essas características são típicas de um Estado de cunho gerencial e que, ao elaborar políticas públicas educacionais voltadas para os trabalhadores deveriam adequá-las às exigências supracitadas.

Nesse cenário, as novas necessidades educacionais que foram surgindo ganharam maior importância nas decisões governamentais privilegiando assim, as políticas públicas educacionais tais como a educação profissional, do emprego e do trabalho com o intuito de inserir o país no mundo globalizado. Desse modo as políticas educacionais implementadas no Brasil desde a década de 1990 têm produzido efeitos significativos na reestruturação da educação profissional, mais especificamente aquela direcionada a formação do trabalhador; e conta com programas e projetos financiados por organismos multilaterais, tais como o Banco Mundial, e conduzidos por órgãos de cooperação técnica, como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Nesse sentido:

Vale destacar, além disso, que a formulação de políticas educacionais e de formação profissional com um pretense caráter universal na década de noventa e sua implantação nos países periféricos do sistema de relações capitalistas mundiais se dá mediante processos políticos diversos e negociações de consórcios de poder que envolvem as elites dominantes nacionais e o capital internacional. Ademais, a consecução das orientações emanadas dos relatórios internacionais se dá por mecanismo de adequação variados, dentre os quais as condicionalidades estabelecidas pelos organismos internacionais para a concessão de financiamentos, pelas quais se estabelecem os eixos conceituais e as diretrizes da política a ser seguida (LIMA FILHO, 2010, p.213).

Observa-se que são essas forças supranacionais, comandadas agora pelo capital, que orientam, exigem e instauram a ordem econômica internacional de corte neoliberal, e, nesse âmbito encontram-se as ações de implantação de políticas públicas educacionais visando inclusão social pela obtenção de um emprego para “colaborar” com a possibilidade de um ganho para a sobrevivência numa sociedade de mercado; assim segundo Sanson (2014, p. 31):

A essência do neoliberalismo reside aí, na crescente força do mercado financeiro, que gradativamente

promove uma ruptura entre o econômico e social. A mundialização dos mercados financeiros, articulada com o progresso das técnicas de informação, passa a assegurar uma mobilidade sem precedente dos capitais, que se autonomizam e passam a subordinar a esfera sociopolítica. Nessa perspectiva, quem passa a dar as regras, não são mais os Estados-Nações, mas, antes de tudo, os fóruns supranacionais do capital, representados por paraestatais como Organização Mundial do Comércio (OMC), Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial ou ainda os Bancos Centrais – hegemônicos pelos interesses da banca financeira [...].

Então, o ideário educacional das instituições multilaterais como o Banco Mundial, UNESCO, OIT e outros, “formulam, recomendam, financiam e supervisionam as políticas educacionais dos países da periferia, visando a capacitação da força de trabalho para adaptar-se de forma subalterna a reestruturação do capital” (BATISTA, 2013, p. 16), e isso vai sendo incorporado pelos dirigentes responsáveis pelas políticas educacionais brasileiras. Mas a maioria não leva em consideração outros fatores que são determinantes e condicionantes socioeconômicos e políticos, que influenciam diretamente o desenvolvimento educacional.

Isso se confirma na propagação de um discurso citado mais adiante, de que o Banco Mundial colabora e vincula suas ações à educação, ao desenvolvimento, à estabilidade econômica e política no Brasil, sendo que:

O Banco Mundial é parceiro do Brasil há mais de 60 anos, e já apoiou o Governo brasileiro, estados e municípios em mais de 430 financiamentos, doações e garantias, que somam quase US\$ 50 bilhões. Anualmente, são realizados em média US\$ 3 bilhões em novos financiamentos, em áreas como gestão pública, infraestrutura, desenvolvimento urbano, educação, saúde e meio ambiente. O apoio do Banco a esses projetos busca impulsionar o crescimento econômico e o desenvolvimento social, com redução da pobreza e da desigualdade. A parceria vai muito além do aspecto financeiro. O Banco traz conhecimento de ponta e experiência internacional para ajudar o País a lidar com as suas questões mais complexas e transformadoras, e também leva e

adapta o conhecimento brasileiro a outros países (ONUBR, 2014).

Faz-se necessário destacar ainda que:

No Brasil, o Banco Mundial é o principal financiador de projetos no setor educacional para viabilizar as reformas que definem políticas da gestão e financiamento da educação, condicionando a liberação de recursos a medidas como a redução dos gastos públicos, a desregulamentação dos mercados, a abertura econômica e a privatização das empresas estatais, com a finalidade de reduzir o papel de intervenção social do Estado. (SOUSA, p. 101-102).

Diante disso, as autoras Noma e Czernisz preconizam que:

Também faz parte do ideário de orientação neoliberal, a apologia da educação como estratégia fundamental para o desenvolvimento econômico e social dos países capitalistas periféricos, entre eles os da América Latina. A focalização de recursos estatais direcionados a parcelas mais pobres da população é uma das ações políticas decorrentes da doutrina neoliberal. (NOMA e CZERNISZ, 2010, p. 196).

E no Brasil, as reformas educativas ditas neoliberais entraram em cena no início dos anos 1990, e se encontram em andamento até os dias atuais. Foram implementadas no governo de Fernando Henrique Cardoso, governo este que teve início no ano de 1994. Neste período o que se observa é uma flexibilização e diversificação na organização das escolas, sendo estas orientadas a oferecer diferentes tipos e modalidades educacionais.

De modo geral, tais reformas caracterizam-se pela adequação e pelo alinhamento das políticas educacionais ao neoliberalismo que traz em si um discurso pautado pelo desenvolvimento da nação tendo como base a educação de seu povo e, é a partir dessa educação que o indivíduo consegue ingressar no mercado de trabalho. O que se estabelece na verdade é uma relação linear entre formação profissional e a empregabilidade. No entanto, o que se percebe é que as políticas públicas voltadas para a formação do trabalhador revelam as diretrizes determinadas pelos organismos internacionais, em especial o Banco Mundial.

A educação, no contexto das reformas estruturais implantadas na década de 1990, foi articulada às forças produtivas, tendo como foco sua mercantiliza-

ção, sob relações sociais capitalistas, em afinidade com os ajustes orientados pelos organismos internacionais. O BM, principal financiador das reformas, atribuiu à educação brasileira características econômicas, fundamentadas, sobretudo, em indicadores financeiros, considerando fortemente seu custo benefício. Nesse sentido, definiu táticas de ação visando à consecução de suas políticas e, em vista disso, a retração do papel do Estado e a redução dos gastos com o ensino tornaram-se decisivos para o alcance desses objetivos. Foi imposta à educação brasileira, a lógica da eficiência, da funcionalidade, da racionalização na aplicação dos recursos, da gestão desempenhada por meio de métodos empresariais, descaracterizando sua condição de direito público em favor da ideia de serviço a ser oferecido à população. (COELHO, s.d, p.03)

Mais quais são as características exigidas do trabalhador nesse contexto de reformas neoliberais? São aquelas que visam a ampliação de sua capacidade de atuação em diversas ‘frentes’, ou seja, o trabalhador deve, sob o ideário neoliberal, ser polivalente, multifuncional, adaptar-se ao desenvolvimento tecnológico e, assim conseqüentemente, tornar-se um indivíduo empregável que contribua para o progresso do país. A lógica da eficiência imputa uma qualificação caracterizada pela supressão de fases e etapas do modus operandi do trabalho. Não interessa ao capital, pois, que os indivíduos entendam os mecanismos de produção, mas sim, que incrementem a produção trazendo os resultados desejáveis. Assim a formação do trabalhador resulta de uma educação que atende aos preceitos do capital. Em síntese: “É na década de 90, com o resgate da Teoria do Capital Humano, que se retoma o discurso humanizador na qualificação do trabalhador, mas com o real intuito ideológico de subordinação desse trabalhador, hoje como parceiro e colaborador, ao capital” (SAMPAIO e FRANÇA, s.d, p. 05).

Entendemos que, para estabelecermos uma relação entre as políticas públicas educacionais para a formação do trabalhador e as influências diretivas dos organismos internacionais enquanto definidores das agendas para o desenvolvimento dos países menos desenvolvidos, resta-nos apresentar as leis que embasam tais argumentos. Partiremos para a apresentação destas leis para posteriormente conduzirmos o leitor ao entendimento de nosso propósito.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n° 9.394 que data de 20 de dezembro de 1996 estabeleceu as diretrizes e bases

para a educação nacional e é considerada bastante *inovadora* no contexto educacional. No tocante à educação/formação para o trabalhador, esta lei apresenta um capítulo em especial, o Capítulo III direcionado para a educação profissional e tecnológica. Neste capítulo, o Artigo 39, nos diz que: “A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia” (BRASIL, 1996). Além disso, é importante citarmos o parágrafo 2º que estabelece os cursos que farão parte da educação profissional e tecnológica. São eles: “I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; II – de educação profissional técnica de nível médio; III – de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação” (BRASIL, 1996).

Lima Filho reforça a ideia de que “um dos aspectos dessa LDB é seu caráter flexível, inespecífico e minimalista, o que permitirá agregar a ela, a pretexto de regulamentação, várias outras medidas legais, como decretos e portarias”. E isso vem sendo feito ao longo dos anos. Citamos aqui, a revogação do Decreto nº 2.208/97 por meio do Decreto nº 5.154/04, ocorrida no Governo de Lula (2003-2011) com o objetivo de superar determinações e estabelecer a efetiva integração entre formação geral e formação específica. Em outras palavras foi restabelecida a dicotomia entre formação geral e específica. (LIMA FILHO, 1999, p.124-125).

O novo texto apresentado no Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004 nos diz que a educação profissional no Brasil ocorrerá através de cursos e programas de: “I – qualificação profissional, inclusive formação inicial e continuada de trabalhadores; II – educação profissional técnica de nível médio; e III – educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação” (BRASIL, 2004). A alteração realizada no texto original, ainda que pareça ser bastante sutil, traz segundo nosso entendimento, um elemento facilitador para que a formação do trabalhador se adeque às exigências do mercado de cunho neoliberal sem romper com o dualismo histórico. Em outras palavras, a mudança que parece ‘revolucionária’ é tão conservadora que preserva elementos característicos de uma educação de base positivista.

Faz-se pertinente apresentar a fala de Oliveira:

Dessa maneira, no novo decreto foram mantidas tanto as bases da educação produtivista quanto as bases de uma educação que pretende superar esse viés, buscando minimamente devolver ao trabalhador o saber que lhe fora parcelarizado pela organi-

zação taylorista/fordista do trabalho. (OLIVEIRA, 2014, p. 95).

Nesse propósito, é importante destacar então, que tal decreto não deixa explícito em seu bojo o objetivo de aproximar a escola do setor produtivo, mas ao oferecer inúmeras possibilidades de educação profissional tecnológica, direciona para adequar-se ao atual padrão de acumulação do capital, cada vez mais exigente e competitivo. Expressando assim, que existe um interesse a ser definido para consolidar o dualismo ou indicar mudanças baseadas na síntese das disputas que envolvem antagonicamente fatores estruturais e conjunturais na sociedade brasileira.

No ano de 2008, a Lei nº 11.741 de 16 de julho de 2008: “Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica” (BRASIL, 2008).

Nesta Lei 11.741 é importante destacarmos o fato de que, as formas de integração entre os níveis e modalidades de ensino descritas, e que não serão detalhadas neste texto, conduzem ao entendimento de que o mais importante para o Estado é a busca da qualificação de forma a atender o mercado e tornar o indivíduo apto ao mercado de trabalho. Em nenhum momento aparece explícita a preocupação com uma formação que preze pela condição do homem enquanto ser integral, na sua totalidade. Em outras palavras, se a formação profissional possibilitou a qualificação para o trabalho, a tarefa educacional está realizada.

Com todas essas reformas prevalece que o papel do Estado neste contexto educacional baseado nos interesses dominantes, passa a ser secundarizado, já que este divide suas responsabilidades com outras instâncias, e segundo Sousa (2014, p.100-101) “O Estado, no neoliberalismo, deve ser mínimo e cumprir apenas algumas funções básicas, como a educação fundamental, a saúde pública e a criação e manutenção de uma infraestrutura essencial ao desenvolvimento econômico.”

Ainda nesse íterim, tem-se que: “a subordinação da educação aos interesses do capital não é um legado desse momento do capitalismo, ela é histórica e se manifesta, diferentemente, em conteúdo e em forma em cada uma das fases.” (MORAES, 2014, p. 120-121)

É recorrente pois, a produtividade e o lucro com base no princípio da racionalidade, ou seja, busca-se o máximo de resultados (acumulação do capital) com o mínimo de despesas. Moraes (2014, p. 121) confirma que “desse modo, as obrigações do Estado para com a educação devem se dar de forma restrita, envolvendo somente as despesas que produzem retorno econômico”.

Portanto, a educação assume papel que dá legitimidade a lógica do capital e segundo Moraes (2014, p. 120):

[...] o campo educacional é estrategicamente minado por uma rede de ações articuladas ao ideário de recomposição do capitalismo, proclamado pela ideologia neoliberal como condição para que os países em desenvolvimento e não desenvolvidos possam ajustar-se e incluir-se na globalização e reestruturação produtiva. No âmbito do discurso que proclama a sociedade de base científica e tecnológica, são apresentadas novas exigências para a educação e, especialmente, para a formação do trabalhador, que terá responsabilidade de desenvolver os requisitos para garantir a empregabilidade. Nesse sentido, o conhecimento é tratado como um dos elementos fundamentais e estruturantes do capital subordinado as leis do mercado.

Esse papel assumido pela educação condiz com a elaboração de políticas públicas embasadas no princípio da racionalidade, o que fica explícito na orientação estabelecida pela Reforma do Estado ocorrida em 1995<sup>2</sup>. Tal reforma traz em seu conteúdo a necessidade de atender às demandas do mercado para que o país atinja os níveis de crescimento econômico desejado e compatível com os países mais desenvolvidos. Sendo a educação, sob este prisma, a mola propulsora do desenvolvimento, instaura-se a ideia de preparação de um trabalhador que possa atender às novas exigências do mercado neoliberal. Vejamos um trecho da introdução do texto da referida reforma:

Nos últimos anos, assistimos em todo o mundo a um debate acalorado – ainda longe de concluído – sobre o papel que o Estado deve desempenhar na vida contemporânea e o grau de intervenção que deve ter na economia. No Brasil, o tema adquire re-

---

2 O Plano Diretor de Reforma do Estado foi elaborado no ano de 1995 no governo de Fernando Henrique Cardoso, pelo então ministro da Administração Federal e Reforma do Estado – Luiz Carlos Bresser Pereira. Tal plano visava a modernização da máquina administrativa do Estado visando uma mudança no seu papel de interventor para regulador e tinha como um dos princípios norteadores alavancar a eficiência e produtividade do mercado. Em síntese, o plano traduz as exigências de um ideário neoliberal.

levância particular, tendo em vista que o Estado, em razão do modelo de desenvolvimento adotado, desviou-se de suas funções precípuas para atuar com grande ênfase na esfera produtiva. Essa maciça interferência do Estado no mercado acarretou distorções crescentes neste último, que passou a conviver com artificialismos que se tornaram insustentáveis na década de 90. Sem dúvida, num sistema capitalista, Estado e mercado, direta ou indiretamente, são as duas instituições centrais que operam na coordenação dos sistemas econômicos. (BRASIL, 1995).

A necessidade de legitimar as políticas públicas educacionais que visam o crescimento econômico do país via formação/qualificação do trabalhador dá sentido a algumas características que os processos educativos vêm adquirindo desde a implantação da Reforma do Estado. Nota-se que, nos decretos e leis mencionados anteriormente, e onde algumas supressões no texto e mudança de palavras mudam todo o resultado final que deve ser atingido, busca-se reduzir o tempo de preparo de um indivíduo/trabalhador para o mercado e torná-lo, qualificado, sem grandes preocupações com o tempo e com a qualidade desse ‘preparo’ para o mercado de trabalho. O que podemos deduzir é que existe uma tentativa de reduzir o tempo de defasagem em termos tecnológicos e gerenciais do Brasil com relação aos outros países mais desenvolvidos e que essa tentativa recai sobre os ombros dos trabalhadores que devem ser preparados para assumir o ônus do atraso. Para assumirem tal ônus, recebem uma educação aliçada, uma formação imposta pela mundialização do capital.

Para Silva Júnior, Lucena e Ferreira (2012, p. 80-81):

[...] as políticas educacionais nacionais acabam por referendar uma rígida divisão de classes no que se refere à formação educacional. Às classes mais favorecidas, uma educação voltada à pesquisa aplicada e ao saber científico. Às classes trabalhadoras, uma educação de cunho profissional, atendendo às demandas do mercado de trabalho. [...] a qualificação profissional é utilizada como mecanismo para responder aos anseios de inclusão social dos trabalhadores no Brasil.

Ainda sob esta ótica da formação/qualificação do trabalhador e da implantação das políticas públicas nesses períodos em resposta aos problemas decorrentes da mundialização do capital, Noma e Czernisz (2010, p. 197) nos dizem que:

Na transição do século XX para o XXI há o incremento da defesa e a disseminação do discurso que estabelece a vinculação entre educação, desenvolvimento e estabilidade econômica e política. A análise crítica permite entender que para além do que é propalado, trata-se de uma questão de regulação social, da necessidade de realizar a gestão do trabalho e dos pobres sob a lógica do capital e do mercado.

Para salientar o caráter histórico da vinculação e da cooperação dos diversos organismos multilaterais, no que concerne à relação entre educação, desenvolvimento e estabilidade econômica e política no Brasil, Filho (2010) nos explica que:

Nesse aspecto, nos diagnósticos e orientações dos organismos internacionais para as políticas educacionais e de formação profissional, a relação capital-trabalho é reduzida ao conceito de empregabilidade, capacidade que deve ser administrada pelo próprio trabalhador. Por outro lado, a universalidade dos direitos sociais, sobretudo dos direitos a saúde e educação pública e ao trabalho, é reduzida a igualdade de oportunidades, sugerindo-se que o Estado deve limitar-se a promover políticas públicas que garantam uma base mínima de equidade, a partir da qual os indivíduos devem percorrer caminhos eleitos e conquistados conforme suas preferências e competências supostamente definidas no campo da ação e vontade do indivíduo (LIMA FILHO, 2010, p.214).

Ainda sob esse viés, Frigotto referenciando Caio Prado Júnior (1966), apresenta uma análise da formação social, econômica e cultural do Brasil que no decorrer da história apresenta características estruturantes que coadunam com a repetição de ideias e a influência dos organismos internacionais nas políticas educacionais. Segundo o autor “[...] é o mimetismo que se caracteriza por uma colonização intelectual onde prevalece a cópia das teorias e ideias dos centros hegemônicos, hoje, das teses dos organismos internacionais e de seus intelectuais e técnicos e, também, da ideia de que não precisamos produzir ciência e tecnologia pois podemos importá-las.” (FRIGOTTO, 2014, p.64)

Dessa forma, há, então, uma reedição de debates para ocultar concepções ideológicas e contraditórias, já que ainda existe um discurso baseado nas reformas educacionais para formação de trabalhadores direcionadas a ascender o Estado nas possíveis ações para con-

ter o avanço do desemprego e da precarização no uso da força de trabalho:

Observa-se, pois, a configuração de uma proposta de formação para o trabalho que se propõe a estar totalmente separada da educação formal e escolarizada. O Estado, o empresário e uma parcela dos trabalhadores justificam e defendem as reformas no sistema educacional como necessárias para uma maior competitividade industrial. A apologia à modernização tomou a educação com pedra de toque. O empresariado brasileiro, além de suas próprias ações na política de qualificação de seus empregados e da ampla mobilização pela educação básica, mais do que nunca, assumiram posição nas relações com o Estado, destacando a educação do trabalhador como condição fundamental para a qualidade e para a produtividade industrial. (FRANÇA; SCOCUGLIA, 2011, p. 27)

Com o avançar do tempo e agudização do processo de mundialização do capital têm-se uma exigência mínima da intervenção do Estado (que se configura como mínimo, com a implantação do neoliberalismo) de investir em políticas enfatizadas na formação e valorização do trabalhador, direcionando a inserção de trabalhadores, nas diversas modalidades ou níveis formativos, para a qualificação e para o ato de ‘tornar-se’ empregável, num mercado sustentado pelo binômio: competitividade e produtividade. Para tanto, o capital humano passa a ser visto numa visão “humanizadora”<sup>3</sup> que valoriza competências, autonomia, participação e flexibilização de um trabalhador criativo e empreendedor, mascarando a precarização da educação e do trabalho. E com base no produtivismo e reducionismo, Oliveira (2014, p. 88) explica que “A concepção neoclássica de desenvolvimento econômico considera que a educação desenvolve a capacidade produtiva do trabalhador, no sentido de produzir habilidades e desenvolver atitudes esperadas ou apropriadas as especificidades das ocupações”.

Podemos dizer ainda que tal proposta não se legitima com a necessidade de formação do trabalhador direcionada à “sua educação intelectual e sua capacidade de defrontar, criativamente, com os problemas da atividade profissional cotidiana, valendo-se dos conhecimentos teóricos” (FERRETTI, 1997, p. 255).

3 Fazemos alusão à Teoria do Capital Humano que preza pelos princípios da eficiência e produtividade. Todo indivíduo capaz de desenvolver sua capacidade produtiva a fim de atender as exigências do empregador é tido como aquele que colabora com o desenvolvimento e consegue se adaptar ao trabalho em equipe, consegue ser resiliente, enfim, adequado ao processo produtivo.

O acesso ao conhecimento científico e técnico sempre teve importância na luta competitiva; mas, também aqui, podemos ver uma renovação de interesse e de ênfase, já que, num mundo de rápidas mudanças de gostos e necessidades e de sistemas de produção flexíveis (em oposição ao mundo relativamente estável do fordismo padronizado), o conhecimento da última técnica, do mais novo produto, da mais recente descoberta científica, implica a possibilidade de alcançar uma importante vantagem competitiva. O próprio saber se torna uma mercadoria-chave, a ser produzida e vendida a quem pagar mais, sob condições que são elas mesmas cada vez mais organizadas em bases competitivas [...]. A produção organizada do conhecimento passou por notável expansão nas últimas décadas, ao mesmo tempo que assumiu cada vez mais um cunho comercial (como provam as incomodas transições de muitos sistemas universitários do mundo capitalista avançado de guardiões do conhecimento e da sabedoria para produtores subordinados de conhecimento a soldo do capital corporativo) (HARVEY, 2003, p. 151).

Coerente com essa lógica, as políticas educacionais, especialmente aquelas voltadas para a formação do trabalhador não conseguem garantir o acesso de todos a educação, como um direito social, e assim:

O indivíduo, livre das amarras da escola e do sistema de ensino, torna-se o único responsável pelo seu êxito ou fracasso. Por isso, ele precisa, de forma permanente, estar-se qualificando e adquirindo competências cognitivas e habilidades flexíveis (vantagens competitivas), para responder adequadamente as demandas aceleradas postas pela atual forma de acumulação do capital. Os conceitos de educação continuada e de empregabilidade atestam essa dimensão pós-moderna de educação. O indivíduo necessita continuamente adquirir os tributos necessários para concorrer a um lugar no mercado. Nesse contexto, o fato de o indivíduo não conseguir emprego não é atribuído a falta de oportunidades (que caracteriza o atual modelo de acumulação), mas porque ele não preenche os requisitos necessários para isso, cabendo a ele, portanto, buscar suprir de

forma contínua esses itens para que ele possa ser “empregável” (NORONHA, 2006, p. 49).

Vale mencionar que esse indivíduo como único responsável pelo seu êxito ou fracasso é aquele indivíduo desejado pelo mercado neoliberal, que tem como um de seus princípios norteadores o princípio da meritocracia que se traduz na responsabilização individual dos homens pelo seu sucesso ou fracasso. Uma forma de ‘desobrigar’ por assim dizer, o Estado de sua responsabilidade de garantir os direitos sociais dos homens à educação e ao trabalho enquanto ato que dignifica o ser.

Diante do cenário supracitado, é importante refletir que:

[...] o sentido de mudança educacional radical não pode ser senão o rasgar da camisa-de-força da lógica incorrigível do sistema: perseguir, de modo planejado e consistente, uma estratégia de rompimento do controle exercido pelo capital, com todos os meios disponíveis, bem como com todos os meios ainda a ser inventados, e que tenham o mesmo espírito (MÉSZÁROS, 2005, p. 35).

O ideal, portanto, seria que essa formação estivesse além de uma sociedade capitalista de produção, com formação integral do indivíduo, e não apenas centrada na educação profissional determinada por esse sistema. Para tanto, seria um instrumento direcionado a qualificar para a vida, com desenvolvimento de capacidades cognitivas, afetivas e psicomotoras relativas ao trabalho intelectual, articulando-se ao mundo do trabalho e as relações sociais, deixando de ser apenas uma mercadoria do mundo do capital. A educação como meio para a emancipação humana<sup>4</sup>.

## Considerações Finais

Assistimos então a uma dita revolução das políticas educacionais e de formação profissional com mudanças que não são tão significativas no contexto atual, já que na maioria das vezes, reformula dizes (com alteração de palavras) mas que permanecem com o mesmo viés qual seja, o atendimento ao modo de produção e ao desmantelamento do mundo do trabalho enquanto local de realização da atividade humana ontológica, por meio da reorientação do Estado que se encontra subordinado ao capital.

<sup>4</sup> A emancipação humana é um termo utilizado por Meszáros para explicar a educação enquanto meio do homem se desvencilhar das amarras do sistema capitalista. Seria uma forma de educação para a vida e, não apenas para o mercado de trabalho.

Procuramos no presente texto alertar para o delineamento das políticas públicas educacionais, especialmente a partir da Reforma do Aparelho do Estado (1995), enquanto objeto de manipulação por parte dos organismos internacionais que ‘orientam’ a elaboração destas com vistas a atender os ditames do mercado neoliberal. As contradições aparentemente travestidas por ‘pequenas e sutis’ mudanças, são reflexo de adequações e alinhamento necessários ao discurso que melhor atenda ao progresso almejado e disseminado pela mundialização do capital. A responsabilização pelo sucesso ou insucesso do indivíduo é cada vez mais individualizada e, o Estado mínimo interventor fica à mercê de um mercado que não possui fronteiras para seu crescimento.

A formação educacional de um trabalhador é reduzida e aligeirada tendo como maior objetivo a racionalidade que visa a produtividade e a eficiência. A qualificação é mais necessária e urgente, e pode ser buscada e ofertada de forma mais ágil, tornando o trabalhador polivalente, multifuncional e adequado ao mercado.

As leis que poderiam proteger o trabalhador desde sua formação até a sua realização, passam por mudanças e alterações com vistas a atender as ondas de progresso e desenvolvimento (ou pretenso desenvolvimento) que se julgar necessário pelas amarras do sistema educacional, determinado pelas diretrizes de organismos internacionais.

As políticas educacionais que deveriam ser entendidas como os meios mais democráticos para promover a educação que visa a formação humana e não apenas para o mercado, não é direcionada para este fim e acompanha as diretrizes definidas pelos organismos internacionais que apregoam a necessidade de se formar um sujeito ‘empregável’. Há uma clara separação entre a educação que é dada aos mais favorecidos e aquela que é ofertada/imputada para os trabalhadores.

Devemos perguntar em que bases o projeto de desenvolvimento econômico e social do Brasil de hoje supera ou se acomoda à lógica da divisão internacional do trabalho que, historicamente, reduz os trabalhadores a fatores de produção e, em razão disso, torna sua formação um investimento em “capital humano”, psicofísica e socialmente adequado à reprodução ampliada do capital. Em que medida o projeto nacional democrático popular não se dissolveu pela inserção subordinada do Brasil na economia inter-

nacional globalizada e, dessa forma, justificam-se as políticas de educação profissional baseadas nas teses do *man power approach*? (FRIGOTTO, CIAVATA, RAMOS, 2005, s/n)

Portanto, a educação aqui discutida encontra o seu maior desafio, qual seria, entender as contradições desses mecanismos utilizados pelo capital (que direcionam a um discurso único do caminho a ser trilhado pelo trabalhador na sua formação, mediante os subsídios oferecidos a ele) se contrapondo a isso, e se libertando das amarras deste, por meio de políticas educacionais efetivas direcionadas a atender as particularidades da formação dos trabalhadores, promovendo não só sua sobrevivência financeira, mas também dando sentido à vida de cada indivíduo. Para isso, é necessário um Estado, liberto das amarras do mercado, desempenhando seu papel de agente que garanta o acesso dos trabalhadores a uma educação emancipadora e a expectativa real de um trabalho digno.

## Referências

BATISTA, Roberto Leme. A reestruturação produtiva e a nova ideologia da educação profissional: adaptação e competências. In: BATISTA, Eraldo Leme; NOVAES, Henrique (org.). **Trabalho, educação e reprodução social: as contradições do capital no século XXI**. São Paulo: Práxis, 2013.

BRASIL. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm)

BRASIL. LDB- Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional. LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)

**BRASIL. Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado. Disponível em:**

<http://www.bresserpereira.org.br/documents/mare/planodiretor/planodiretor.pdf>

COELHO, Juçara Eller. **O Decreto nº 2.208/97 e a Reforma da Educação Profissional na Unidade Florianópolis da Escola Técnica Federal de Santa Catarina – a partir do Decreto nº 2.208/97 (1997-2004)**. 160 p. Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Mestrado em Educação. Disponível em:

[http://www.faed.udesc.br/arquivos/id\\_submenu/151/jucara\\_eller\\_coe-lho.pdf](http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/151/jucara_eller_coe-lho.pdf)

FERRETTI, Celso João. **Formação profissional e reforma do ensino técnico no Brasil: anos 90**. Educação & Sociedade, Campinas, ano 18, n. 59. Ago. 1997.

FRANÇA, Robson; AFONSO, Scocuglia. O discurso e a educação profissional de nível técnico e tecnológico. In: Scocuglia, Afonso. et al. **O controle do trabalho no contexto da reestruturação produtiva do capital**. 1ª ed.- Curitiba, PR: CRV, 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A conjuntura atual do capitalismo e as mobilizações sociais: a educação pública como arena na luta de classes. In: ORSO, Paulino José; GONÇALVES, Sebastião Rodrigues; LUZ, Paulino Pereira da; ANJOS, Amâncio Luiz Saldanha dos (orgs.). **Sociedade capitalista, educação e as lutas dos trabalhadores**. 1 ed. São Paulo: Outra expressões, 2014.

FRIGOTTO, G., CIAVATTA M., RAMOS Marise. **A política de educação profissional no governo Lula: um percurso histórico controvertido**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 26, n.92. Out. 2005.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 2003.

LIMA FILHO, Domingos Leite. Reformas educacionais e redefinição da formação do sujeito. In: Araújo, Renan; SOUZA, José dos Santos (org.) **Trabalho, Educação e Sociabilidade**. 1 ed. Maringá: Práxis: Massoni, 2010.

LUCENA, Carlos, SILVA JÚNIOR J.R., FERREIRA R. Luciana. As relações entre o ensino médio e a educação superior: profissionalização e privatização. In: **Trabalho e Educação no século XXI: experiências internacionais**. /Carlos Lucena e João dos Reis Silva Júnior (org.); Adriana Cristina Omena [et al.]. São Paulo: Xamã, 2012.

MÉSZAROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MORAES, Lélia Cistina Silveira de. A formação profissional em nível técnico no contexto da política educacional dos anos 1990 – compreendendo os seus impactos a partir dos sujeitos que a vivenciam. In: SOUSA, Antônia de Abreu; OLIVEIRA, Elenilce Gomes de (org.). **Educação Profissional: análise contextualizada**. Fortaleza: Edições UFC, 2014.

NOMA, Amélia Kimiko; CZERNISZ, Eliane Cleide da Silva. Trabalho, Educação e sociabilidade na transição do século XX para o XXI: o en-

foque das políticas educacionais. In: ARAÚJO, Renan; SOUZA, José dos Santos (org.) **Trabalho, Educação e Sociabilidade**. 1 ed. Maringá: Práxis: Massoni, 2010.

NORONHA, Olinda Maria. **Políticas Neoliberais, conhecimento e educação**. 2 ed. Ver. Ampl. Campinas-SP: Alínea, 2006. (Educação em Debate).

OLIVEIRA, Elenilce Gomes de. Novos caminhos na educação profissional brasileira? In: SOUSA, Antônia de Abreu; OLIVEIRA, Elenilce Gomes de (org.). **Educação Profissional: análise contextualizada**. Fortaleza: Edições UFC, 2014.

**ONUBR. Nações Unidas no Brasil. Banco mundial**. Acesso em: 18 Fev. 2014. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/agencia/banco-mundial/>>

SANSON, Cesar. As novas configurações no mundo do trabalho em tempos de mundialização do capital. In: ORSO, Paulino José; GONÇALVES, Sebastião Rodrigues; LUZ, Paulino Pereira da; ANJOS, Amâncio Luiz Saldanha dos (orgs.). **Sociedade capitalista, educação e as lutas dos trabalhadores**. 1 ed. São Paulo: Outras expressões, 2014.

SOUZA, Antônia de Abreu. As recomendações do banco mundial para a educação profissional e o vigor da teoria do capital humano no contexto do neoliberalismo. In: SOUSA, Antônia de Abreu; OLIVEIRA, Elenilce Gomes de (org.). **Educação Profissional: análise contextualizada**. Fortaleza: Edições UFC, 2014.

ZANARDINI, S. M. Isaura. **A reforma do Estado e da educação no contexto da ideologia da Pós-Modernidade**. PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 25, n. 1, 245-270, jan./jun. 2007.



## O TRABALHO JORNALÍSTICO NO CAPITALISMO: REFLEXÕES SOBRE REIFICAÇÃO E A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

*Gabrielle C. Silva\**  
*Adriana C. Omena Santos\*\**

O desenvolvimento dos meios de comunicação está atrelado ao desenvolvimento da sociedade capitalista. Essa percepção permite enriquecer a compreensão das atividades relacionadas a esta área para além do campo ideológico ao qual estiveram reduzidos os seus estudos. A comunicação faz parte do processo de produção e circulação de mercadorias de inúmeras maneiras e, na atualidade, essa participação é dificilmente sistematizada. Está atrelada à troca de informações, à produção, ao comércio, aos transportes, às relações pessoais e sociais e à cultura.

Uma dificuldade na compreensão do trabalho jornalístico como peça do desenvolvimento do capitalismo, bem como outras atividades definidas como imateriais, relacionadas à comunicação, à informação, ao ensino e às artes, por exemplo, ocorre pelo fato de elas não terem sido priorizadas nas obras de Marx. Apesar de suas reflexões incluírem a oferta de mão de obra por meio dos serviços, Marx esteve prioritariamente preocupado com a exploração da mão de obra fabril, oferecida pelo trabalhador material como mercadoria.

Ainda que não possa ser caracterizado pela modificação da natureza em uma relação orgânica e intrínseca à existência do homem, ou mesmo por seus produtos não serem necessários à sobrevivência, tanto o trabalho jornalístico quanto outros trabalhos imateriais têm-se mostrado importantes complexos de análise. Tais atividades fazem uso de categorias puramente sociais, como a linguagem, a escrita e a informação, para se tornarem fontes de um conhecimento comum e, por isso, legitimadas pela própria sociedade ao longo da construção histórica da humanidade.

---

\*Jornalista, Mestre em educação Pela Faculdade de Educação/Universidade Federal de Uberlândia/ Linha: Trabalho, Sociedade e Educação. email: – [gabriellecarollina@hotmail.com](mailto:gabriellecarollina@hotmail.com)

\*\*Professora no Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia . email: [omena@faced.ufu.br](mailto:omena@faced.ufu.br)

Mas, a importância da informação, da comunicação e do conhecimento na atual fase do capitalismo tem sustentado a ideia da transformação da sociedade em uma sociedade do conhecimento, para a qual o trabalho e suas transformações não são mais os elementos centrais para compreender a sociabilidade humana e a reprodução do capital. Essas propostas se sustentam na redução quantitativa do trabalho manual direto e no papel cada vez mais importante dos trabalhos intelectuais.

No entanto, diferentemente dos que negam a lei do valor marxiana, Ricardo Antunes (2011) coloca que, com a ampliação do trabalho intelectual abstrato, o seu papel é cada vez mais central na produção de valor. Para o autor,

[...] quando concebermos a forma contemporânea do trabalho, enquanto expressão do trabalho social, que é mais complexificado, socialmente combinado e ainda mais intensificado nos seus ritmos e processos, não podemos concordar com as teses que minimizam ou mesmo desconsideram o processo de criação de valores de troca. (ANTUNES, 2011, p. 6).

Segundo Antunes, compreender a nova “forma ser do trabalho” exige “partir de uma concepção ampliada”, envolvendo todos que vivem da venda da força de trabalho. Ele se refere aos trabalhadores manuais diretos, aos trabalhadores que oferecem serviços, à totalidade do trabalho social e coletivo e, inclusive, aos trabalhadores que “exercem trabalho imaterial, predominantemente intelectual” (ANTUNES, 2005, p. 148).

Vinícius Oliveira Santos (2013) explica, com base nas passagens das obras marxianas que fazem referência à produção não material, que entre suas características estão a combinação do resultado da produção imaterial com trabalhos materiais, a circulação da mercadoria no “intervalo entre a produção e o consumo” (SANTOS, 2013, p.14), como um livro ou uma pintura, e a impossibilidade de separação do produto do ato da produção.

Trata-se de um trabalho que não produz bens materiais duráveis e no qual a imaterialidade predomina em relação à “necessidade de mediação de objetos materiais para que este trabalho imaterial seja efetivado enquanto utilidade” (SANTOS, 2013, p.15). De acordo com Santos, deve haver uma preponderância nessa relação para que o trabalho seja determinado como imaterial. Portanto, é o resultado, ou seja, o conteúdo que determina a imaterialidade do trabalho.

Para Santos (2013), é possível, nas formulações de Marx, encontrar sustentação para entender o lugar do trabalho imaterial no capitalismo contemporâneo. O argumento aposta na riqueza e atualidade das teorias marxianas para explicar a nova reformulação produtiva. O autor explica que, em tempos de aumento de postos do trabalho imaterial, as tentativas de sistematizar a produção de informações e serviços procuram romper com a base teórica marxiana, principalmente com a teoria do valor, ao assumir que sua estruturação requer a quantificação ou a mensuração do trabalho em “unidades de medida”. Ele afirma que essas tentativas representam uma “interpretação quantitativa do valor” e questiona: “Marx teria considerado a necessidade de verificação empírica do valor como critério de existência deste?” (SANTOS, 2013, p. 23).

Santos coloca que, de fato, o resultado do trabalho imaterial escapa das possibilidades de mensuração de valor. As atividades assim determinadas, cujos componentes referem-se ao conhecimento, à cooperação, à informação, à comunicação e às relações afetivas, não podem fazer parte do esquema da medição do tempo. Porém, para Santos (2013), este problema está intrinsecamente relacionado às leituras já propostas pela Economia Política clássica, nas quais valor é atribuído apenas ao trabalho que produz mercadorias palpáveis.

Todavia, no momento em que os autores da teoria do trabalho imaterial afirmam que “o trabalho imaterial é constituído por uma capacidade de trabalho social e autônoma” e que “a cooperação do trabalho imaterial teria autonomia mediante a produção capitalista” (SANTOS, 2013, p. 30-31), é possível questionar a autonomia também do trabalho jornalístico. De fato, trata-se de um trabalho essencialmente cooperativo, no qual os acontecimentos em sociedade representam a essência da notícia e os indivíduos participantes e atores destes acontecimentos são a fonte de informação do jornalista.

No entanto, para compreender o trabalho imaterial do jornalista na atual configuração do sistema capitalista é preciso tratar da sua relação, ou melhor, das relações destes trabalhadores com a sociedade. Reflexões críticas pautadas especificamente no jornalismo, não podem almejar essa compreensão a partir das hipóteses já estabelecidas pelos estudos desta área da comunicação. É na discussão sobre o materialismo histórico que isso se torna possível, tendo em vista a importância de se relacionar o trabalho e as relações reificadas com o que acreditamos representar uma modalidade de conhecimento.

## **Informação jornalística: instrumento mercantil e necessidade sócio-histórica**

Adelmo Genro Filho, em sua obra *O Segredo da Pirâmide: Para uma teoria marxista do jornalismo* (2012), estrutura a crítica das propostas teóricas que buscam conhecer e interpretar a atividade jornalística na sociedade:

De um lado, ele é visto apenas como instrumento particular da dominação burguesa, como linguagem do engodo, da manipulação e da consciência alienada. Ou simplesmente como correia de transmissão dos “aparelhos ideológicos de Estado”, como mediação servil e anódina do poder de uma classe, sem qualquer potencial para uma autêntica apropriação simbólica da realidade. De outro lado, estão as visões meramente descritivas ou mesmo apoloéticas - tipicamente funcionalistas - em geral suavemente coloridas com as tintas do liberalismo: a atividade jornalística como ‘crítica responsável’ baseada na simples divulgação objetiva dos fatos, uma ‘função social’ voltada para ‘o aperfeiçoamento das instituições democráticas’. (GENRO FILHO, 2012, p. 32).

O jornalismo, essa modalidade específica do conhecimento, apresenta os acontecimentos que já aconteceram, por meio de “mediações técnicas e humanas”, como se estivessem acontecendo, como mera reprodução do real. No entanto, o autor explica que “essa ambiguidade não é apenas produto maquiavélico do interesse burguês. A possibilidade de manipulação decorre dessa relação tensa entre o objetivo e o subjetivo, que está na essência da informação jornalística” (GENRO FILHO, 2012, p. 32).

Nilson Lage (1979), no livro *Ideologia e Técnica da Notícia*, coloca que, “por detrás da evolução da Imprensa, do surgimento dos periódicos, de suas formas, conteúdos e técnicas de produção, encontra-se o processo de surgimento e afirmação da burguesia” (LAGE, 1979, p. 16). Trata, porém, em sua obra, das particularidades que envolvem a execução dessa atividade, ambicionando uma compreensão de sua prática, para além da concepção do jornalismo enquanto mera ferramenta de manipulação.

Em uma perspectiva histórica, o autor explica que foi a necessidade de um novo tipo de conhecimento durante o mercantilismo que propulsionou o desenvolvimento da imprensa. Primeiramente, tor-

nou-se necessário que mais pessoas soubessem ler e escrever para que fosse possível a distribuição do saber relacionado ao comércio e à expansão das indústrias. Com a concentração das populações nas cidades, surgiram condições para o uso dos textos nas formas de propaganda e informação.

A burguesia ascendente utilizou seu novo produto para a difusão dos ideais de livre comércio e de livre produção que lhe convinham. Logo também viriam as respostas do poder político autocrático a essa pregação subversiva, sob a forma de regulamentos de censura ou da edição de jornais oficiais e oficiosos, vinculados aos interesses da aristocracia. A liberdade de expressão do pensamento somou-se, na luta contra a censura, às outras liberdades pretendidas no ideário burguês, e o jornal tornou-se instrumento de luta ideológica, como jamais deixaria de ser. (LAGE, 1979, p. 18).

Genro Filho, contudo, acrescenta a isso o fato de o jornalismo representar “um produto histórico da sociedade burguesa” e a instituição desta atividade como uma nova modalidade social de conhecimento, “cuja categoria central é o singular”. Mas, para ele, o “conceito de conhecimento não deve ser entendido na acepção vulgar do positivismo e sim como um momento da práxis, vale dizer, como dimensão simbólica da apropriação social do homem sobre a realidade” (GENRO FILHO, 2012, p. 23).

Segundo o autor, a imprensa é o “processo técnico do jornal”, a impressão ou as ondas de radiodifusão. O jornalismo, no entanto, é uma nova forma de informar a sociedade, a partir de suas necessidades histórico-sociais, que “expressam uma ambivalência entre a particularidade dos interesses burgueses e a universalidade do social em seu desenvolvimento histórico” (GENRO FILHO, 2012, p. 182).

Estas informações produzidas pelo jornalismo e seu valor de uso são transformadas, no capitalismo, em valor de troca em dois sentidos: porque é “coisa vendável em si mesma” (GENRO FILHO, 2012, p. 152) e porque faz com que o veículo se torne ferramenta de divulgação mercantil. Genro Filho afirma, entretanto, que, para ser eficaz, a propaganda no jornal, por exemplo, instrumento dessa divulgação mercantil, precisa estar associada ao valor de uso do veículo, às informações que ele torna acessíveis como notícia.

Genro Filho (2012, p. 180) acredita que o jornalismo atende a necessidades individuais e sociais independentes das relações mercan-

tis e capitalistas, “embora tenham sido necessidades nascidas de tais relações e determinadas por elas”. Porém, na sociedade de classe burguesa, executa uma função de reprodução objetiva e subjetiva da ordem social e

[...] desempenha seu papel ideológico de reforçar também determinadas condições imaginárias de cidadania, preparando os indivíduos e as classes para a adesão ao sistema. Isso ocorre tanto através da produção de um conhecimento que coincide com a percepção positivista que emana espontaneamente das relações reificadas do capitalismo, como pela reprodução e ampliação dessa percepção, a fim de garantir que a universalidade conquistada pelo capital continue sob a égide particular dos interesses capitalistas. (GENRO FILHO, 2012, p. 180).

Nesse sentido, o autor confirma sua proposta de que as percepções a partir das quais são produzidas as notícias partem das relações reificadas típicas desse modelo de sociedade. Além disso, ele acredita que essas mesmas percepções são ampliadas pela produção de conteúdo noticioso, positivando-as. Trata-se de um raciocínio que expõe a concepção dialética de Genro Filho (2012) a respeito do jornalismo e sua relação com a sociedade reificada.

A mediação acontece, além da relação entre emissores e receptores, por intermédio de meios técnicos e uma linguagem estruturada, usados para reproduzir a “mediaticidade do mundo, através das notícias como algo imediato”. Trata-se de uma forma de simulação, para o autor, mas não de uma inverdade, já que o que aparece na relação imediata dos indivíduos também “é o aspecto fenomênico e singular do real”, apenas um aspecto do concreto, que “tanto revela quanto esconde a essência”. De forma objetiva ou subjetiva, todas as relações humanas são mediadas (GENRO FILHO, 2012, p. 135).

Para entender a relação do jornalismo e de seus trabalhadores com a sociedade e sua característica de produtor, a partir da realidade reificada, de um novo tipo de conhecimento, é preciso tratar da relação entre sujeito e objeto, com base na dialética marxista. Sobre essa sociedade capitalista e sua forma econômica fetichista, a divisão do trabalho e a reificação de todas as relações humanas, Lukács (2003, p. 72) coloca que “surgem fatos ‘isolados’, conjuntos de fatos isolados, setores particulares com leis próprias (teoria econômica, direito, etc.) que, em sua aparência imediata, mostram-se largamente elaborados para esse estudo científico”.

As discussões sobre a atividade jornalística podem ser relacionadas a essa colocação, pois tal atividade existe enquanto um desses setores particulares “com leis próprias”. Refere-se a uma forma de produção de conhecimento que institui a imparcialidade para a confecção de conteúdos noticiosos, defendendo uma exposição exata da realidade, uma mera reprodução dos fatos.

No entanto, uma análise a partir da perspectiva dialética materialista, com exigências práticas, cobra uma revisão teórica, uma revisão da relação estabelecida com o objeto. Genro Filho (2012, p.15), em uma exposição marxista do jornalismo, afirma que o jornal é

[...] a comunicação de bens imateriais de todos os tipos, desde que pertençam aos mundos presentes dos leitores, de um modo público e coletivo. O periódico deve servir de mediador, o que não implica apenas uma função social, mas também uma reciprocidade das relações entre os jornalistas, o periódico e os leitores.

É a consciência do jornalismo enquanto mediador de fatos que ocorrem na sociedade e dessa reciprocidade entre os jornalistas, o jornal e os leitores, colocada por Genro Filho (2012), que permite desmascarar o caráter fenomênico das notícias. O fenômeno é um momento da totalidade, aquele que aparece aos sentidos, anunciado na experiência real, é a concreticidade que serve como ponto de partida para compreender a realidade.

O jornalista, responsável pela divulgação destes fenômenos, na rotina de sua profissão, deve ambicionar a separação entre eles e sua aparência imediata, sua manifestação, para compreendê-los em sua essência, em seu núcleo. Seria, assim, possível pensar a relação da consciência com a realidade explicada por Lukács (2003, p. 67), a única a tornar “possível a unidade entre teoria e a práxis”. Trata-se da etapa necessária e revolucionária para o autoconhecimento da classe de trabalhadores, na qual essa se identificaria, em um exato momento histórico, como sendo o sujeito e o objeto do conhecimento.

## **Da reprodução fenomênica do real à busca pela totalidade**

Lukács (2003) refere-se à aplicação da dialética marxista para os sistemas e acontecimentos da sociedade, como forma legítima de perceber a realidade e transformá-la. Explica que essa dialética é representada, inclusive, pela relação entre as manifestações dos fenôme-

nos e a essência deles. Compreender esses fenômenos enquanto conhecimento da realidade, porém, só é possível a partir da totalidade, da consideração de um contexto que integra os diferentes fatos da vida social, enquanto elementos do desenvolvimento histórico.

Nesse sentido, as contradições fazem parte da essência indissolúvel da realidade e devem ser examinadas como tais. Diferentemente das ciências do seio do capitalismo, a dialética compreende que superá-las por meio da teoria, do conhecimento da totalidade, significa superá-las no curso do desenvolvimento social, a partir das análises das tendências desses processos.

Para Lukács (2003), dominar a totalidade é contrapor-se à ciência burguesa que considera os fenômenos sociais do ponto de vista do indivíduo. De acordo com autor, “somente as classes representam esse ponto de vista da totalidade como sujeito da sociedade moderna” (LUKÁCS, 2003, p. 107). A ética aqui não está mais representada pelo fragmentado código de ética de cada profissão, mas pela ética do proletariado, que nada mais é do que a consciência de classe. Refere-se à “ação dirigida apenas para o interior, a tentativa de realizar a transformação do mundo no único ponto do mundo que permaneceu livre, o homem (ética)” (LUKÁCS, 2003, p. 123).

O autor defende que a “essência do marxismo científico consiste, portanto, em reconhecer a independência das forças motrizes reais da história em relação à consciência (psicológica) que os homens têm delas” (LUKÁCS, p. 135). Entende-se, então, a partir dessa ideia, que é o homem que concebe o mundo, o mundo que produz o homem e existe apenas uma ciência capaz de compreender o mundo, a ciência histórico-dialética.

Para que o trabalho jornalístico e as outras atividades da comunicação se desvinculem da forma capitalista de produção, não apenas o desmascaramento da ideologia que esconde os propósitos econômicos envolvidos é fundamental, mas a própria transformação da estrutura econômica a partir da autoconsciência dos trabalhadores de sua condição de classe. Na consciência de classe da burguesia, essa pode ater-se à superfície dos fenômenos, mas para a consciência de classe do proletariado, é preciso “ir além do dado imediato” (LUKÁCS, 2003, p. 183). O autor explica que se trata de uma luta contra a causa e não contra os efeitos. O fim deve ser último e não momentâneo:

Ainda que a consciência de classe não tenha realidade psicológica, ela não é mera ficção. O caminho in-

finitamente penoso e cheio de revezes da revolução proletária, seu eterno retorno ao ponto de partida, sua autocrítica constante, da qual fala Marx na célebre passagem do Dezoito Brumário, encontra sua explicação justamente na realidade dessa consciência. Somente a consciência do proletariado pode mostrar a saída para a crise do capitalismo. (LUKÁCS, 2003, p. 183).

No entanto, essa consciência, a capacidade do proletariado em visualizar a crise do capitalismo de forma completa e de se enxergar como classe, só pode ocorrer quando a crise objetiva do capitalismo se completar. O autor coloca que o poder “das formas de vida capitalistas” sobre o proletariado pode ser demonstrado na separação da percepção de sua situação nos diferentes planos: político, econômico e cultural. Nesse sentido,

[...] embora a sociedade represente em si uma unidade rigorosa e seu processo de desenvolvimento seja homogêneo, ambos não são dados à consciência do homem como unidade, especialmente ao homem nascido em meio à reificação capitalista das relações enquanto um meio natural, mas lhe são dados como multiplicidade de coisas e forças independentes umas das outras. (LUKÁCS, 2003, p. 175).

Em seu papel ideológico no sistema capitalista, essa multiplicidade de coisas e essas forças independentes podem ser vistas no jornalismo de forma naturalizada. Tal atividade participa da integração, na própria consciência, dos aspectos da vida determinados pela economia. Lukács (2003) compartilha uma concepção decisiva sobre os trabalhadores reificados. Em um primeiro momento, refere-se aos trabalhadores das atividades burocráticas ao compará-los com os operários:

A separação da força de trabalho e da personalidade do operário, sua metamorfose numa coisa, num objeto que o operário vende no mercado, repete-se igualmente aqui. Porém, com a diferença de que nem toda faculdade mental é suprimida pela mecanização; apenas uma faculdade ou um complexo de faculdades destaca-se do conjunto da personalidade e se coloca em oposição a ela, tornando-se uma coisa, uma mercadoria. Ainda que os meios da seleção social de tais faculdades e seu valor de troca material e ‘moral’ sejam fundamentalmente diferentes daque-

les da força de trabalho (não se deve esquecer, aliás, a grande série de elos intermediários, de transições insensíveis), o fenômeno fundamental permanece o mesmo. (LUKÁCS, 2003, p. 221).

Vale ressaltar que o autor trata da força de trabalho como sendo a atividade operária, mas refere-se à discussão já colocada anteriormente do valor de troca dos distintos tipos de trabalho e acrescenta:

[...] tudo isso mostra que a divisão do trabalho penetrou na 'ética' - tal como, no taylorismo, penetrou no 'psíquico'. Isso não é, todavia, um abrandamento, mas, ao contrário, um reforço da estrutura reificada da consciência como categoria fundamental para toda a sociedade. (LUKÁCS, 2003, p. 221).

Então, sobre este tipo de trabalhador, compreendido, com base nas propostas teóricas de autores já mencionados, como trabalhador imaterial, Lukács (2003, p. 222) elucida que

[...] o 'virtuoso' especialista, o vendedor de suas faculdades espirituais objetivadas e coisificadas, não somente se torna um espectador do devir social (não é possível indicar aqui, mesmo que alusivamente, o quanto a administração e a jurisprudência modernas revestem, em oposição ao artesanato, os caracteres já evocados da fábrica), mas também assume uma atitude contemplativa em relação ao funcionamento de suas próprias faculdades objetivada e coisificadas.

E ainda, tratando de forma direta e conveniente para a proposta desta discussão, o autor se refere aos trabalhadores da atividade jornalística:

Essa estrutura mostra-se em seus traços mais grotescos no jornalismo, em que justamente a própria subjetividade, o saber, o temperamento e a faculdade de expressão tornam-se um mecanismo abstrato, independente tanto da personalidade do 'proprietário' como da essência material e concreta dos objetos em questão, e que é colocado em movimento segundo leis próprias. A 'ausência' de convicção dos jornalistas, a prostituição de suas experiências e convicções só podem ser compreendidas como ponto culminante da reificação capitalista. (Lukács, 2003, p. 222).

A apropriação ou a concepção de novas atividades imateriais para o desenvolvimento e manutenção do sistema capitalista acontece porque não basta a troca de mercadorias para que esse sistema se concretize. Para que a forma mercantil seja consolidada como “forma constitutiva de uma sociedade”, para que haja a “dominação da mercadoria”, ela tem de penetrar “no conjunto das manifestações vitais da sociedade e remodelar tais manifestações à sua própria imagem, e não simplesmente ligar-se exteriormente a processos voltados para a produção de valores de uso e em si mesmos independentes dela.” (LUKÁCS, 2003, p. 196).

Mas a visão de Lukács (2003), quando ele se refere aos trabalhadores intelectuais, e especificamente ao jornalista, não pode ser assumida apenas no extremo do que ele determina ser a “prostituição de suas experiências e convicções”. Essa generalização, na qual a subjetividade é totalmente separada do “proprietário”, impossibilita pensar práticas alternativas e revolucionárias na forma de produzir notícias.

Lukács (2003, p. 198-199) explica que a reificação, para Marx, consiste em um fenômeno fundamental no qual o que há de social em uma mercadoria é apresentado aos homens como caracteres objetivos desta mercadoria, como características que lhe são naturais. Da mesma forma, a relação social dos trabalhadores com o processo do trabalho é vista como uma relação de objetos que existem exteriormente. Tanto a mercadoria quanto o conjunto do trabalho se mostram de forma mística e independente.

Nesse sentido, o trabalho, por meio de leis próprias e estranhas, domina o homem de forma objetiva e subjetiva. Objetivamente, da forma como foi colocado, e subjetivamente quando, objetivado, o trabalho torna-se uma mercadoria “de leis sociais naturais” (LUKÁCS, 2003, p. 200), tão independente dos homens quanto os artigos de consumo.

No que se refere à produção, os trabalhos imateriais não poderiam ser diferentes. A separação das operações na confecção de conteúdo jornalístico pode distanciar o trabalhador do processo e também do produto final, que deveria representar uma unidade de etapas organicamente relacionadas. O trabalho do produtor, do repórter, do editor, entre outros, refere-se à venda da força de trabalho fragmentada do jornalista.

Lage (1979) coloca que a divisão em funções na redação acontece quando o jornal se torna uma empresa. É uma “adaptação de

uma estrutura industrial à produção de informação e matérias de entretenimento, principalmente” (LAGE, 1979, p. 26). A partir disso, ocorre, para o autor, um esvaziamento da responsabilidade pessoal do jornalista, já que a responsabilidade torna-se coletiva.

Genro Filho (2012, p. 224) afirma também, nesse sentido, que no jornalismo como conhecemos hoje não é mais um sujeito individual que fala, mas um sujeito social “que pode ser identificado no âmbito das contradições de classe e interesses de grupos”. No entanto, para ele, os veículos permitem serem identificados pelo público em sua posição ideológica e percebidos enquanto sujeitos sociais defensores de amplos interesses de classe.

Na verdade, muito mais do que criar débeis mentais (embora isso também ocorra), o capitalismo produz o consentimento e a adesão ideológica a determinada racionalidade e a certos valores. Quer dizer, o sistema capitalista reproduz a consciência e a atitude burguesas muito mais do que o caos intelectual e subjetivo. (GENRO FILHO, 2012, p. 223).

Para Lukács (2003, p. 205), essa objetivação do trabalho, essa oferta enquanto mercadoria, é transformada “em realidade cotidiana durável e intransponível, de modo que, também nesse caso, a personalidade torna-se o espectador impotente de tudo o que ocorre com sua própria existência, parcela isolada e integrada a um sistema estranho.”

## **○ fato e o conhecimento da realidade**

O jornalismo é fruto da divisão capitalista do trabalho. Uma competência socialmente criada para executar a tarefa de informar a sociedade a respeito dela mesma. Para esta função, na qual também o processo encontra-se fragmentado, é exigido um profissional capacitado para seguir um modelo de produção de notícias, apoiando-se em um padrão de seleção dos fatos e de produção dos conteúdos. Há hipóteses que explicam tais métodos e, além disso, muitos são os esforços dos que apostam na sistematização deste conhecimento. Sobre a especialização, Lukács (2003, p. 227) coloca:

[...] essa racionalização e esse isolamento das funções parciais têm como consequência necessária o fato de cada uma delas se tornar autônoma e tender a perseguir por conta própria seu desenvolvimento e segundo a lógica de sua especialidade, inde-

pendentemente das outras funções parciais da sociedade (ou dessa parte à qual ela pertence). Naturalmente essa tendência aumenta com a divisão crescente do trabalho, cada vez mais racionalizada. Pois, quanto mais ela se desenvolve, mais se intensificam os interesses profissionais e de status dos ‘especialistas’, que se tornam os portadores de tais tendências.

No entanto, Lage (1979) explica que, quando as notícias eram produzidas de modo “artesanal”, nelas estavam inseridas as perspectivas individuais de quem as produzia. Para o autor, a impessoalidade exigida dos que exercem essa função no capitalismo de hoje, porém, pretende eliminar essas perspectivas e os traços de emoção, ocultando, ao mesmo tempo, os preconceitos e as opiniões do grupo social dominante. Para Lage (1979, p. 33), essa proposta está, “sem dúvida, na raiz, tronco e ramos da neurose burguesa”.

Genro Filho (2012, p. 228) acredita que a objetividade jornalística proposta pela burguesia se refere a uma “confusão teórica e semântica”, “em parte conscientemente patrocinada” e parcialmente consciente da “própria ideologia que emana positivamente das relações de produção capitalistas, da reificação que está na base dessa ideologia”. Vale ressaltar que a reificação existe, para o autor, no “conteúdo da percepção do social”, como apreensão da realidade reificada, e não simplesmente devido à fragmentação das notícias.

Além disso, Genro Filho (2012) explica que a necessidade de manipulação das mídias acontece, inclusive, pelo fato de que a “objetividade burguesa”, imposta sobre a profissão, sofre com as crises das contradições que são próprias do sistema capitalista. Essa objetividade jornalística também é questionada pelo autor, mas, para ele, a impossibilidade de fornecer à notícia um caráter objetivo está não apenas no fato de que o próprio jornalista agrega aos fenômenos, durante a percepção, suas interpretações, posturas ideológicas e opiniões. Para o autor, a existência do fenômeno enquanto fato social já é carregada por posturas e percepções. Um fato não é submetido, a partir das técnicas necessárias para torná-lo notícia, a vários julgamentos sobre ele. Na verdade, existe “um mesmo fenômeno (manifestação indeterminada quanto ao seu significado) e uma pluralidade de fatos, conforme a opinião e o julgamento. Isso quer dizer que os fenômenos são objetivos, mas a essência só pode ser apreendida no relacionamento com a totalidade.” (GENRO FILHO, 2012, p. 45).

O autor acredita que captar e relatar a essência do fato exige uma solidariedade em relação às possibilidades do fenômeno inserido na totalidade e de sua aquisição de sentido. Essa revelação da essência implica que sejam consideradas as relações com os complexos econômico, social e político. Ele não quer dizer que é necessário “um ensaio sociológico para noticiar um atropelamento”, mas que as diferentes formas jornalísticas de contar algo devem ser consideradas “e que tais formas não são inocentes ou neutras em termos político-ideológicos” (GENRO FILHO, 2012, p. 46).

Essa totalidade que deve ser considerada na construção das notícias, entretanto, não pode ser entendida como um sistema social nos termos da Teoria da Informação, porque a concepção proposta por essa base teórica, na qual a sociedade funciona como um sistema, acredita que os aspectos da realidade são totalmente manipuláveis, em oposto à compreensão de que são os homens, por meio do trabalho, “que atribuem aos seus atos uma perspectiva teleológica” (GENRO FILHO, 2012, p. 83). Esses homens, para o autor, estão condicionados pela realidade objetiva e não determinados por um desenvolvimento dado.

Essa crítica, explica o autor, não deve ser entendida como uma defesa da “comunicação pela comunicação”, como se essa atividade pudesse estar além “dos interesses e da luta de classes”. Genro Filho (2012, p. 88) acredita que a ideologia, como em todas as sociedades, sempre “atravessa” todas as criações da cultura, “além de manifestar-se no senso comum, nas obras de arte, nas leis, na moral, no jornalismo, etc.”.

O conteúdo ideológico, nas explicações de Marx (1999), em *A Ideologia Alemã*, são sempre as ideias da classe dominante, força material e espiritual que prevalece na sociedade. Quando essa classe detém os meios de produção material, detém também a força espiritual, já que as ideias dominantes, para o teórico, nada mais são do que “a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como ideias; portanto, a expressão das relações que tornam uma classe a classe dominante; portanto, as ideias de sua dominação” (MARX, 1999, p. 72).

Por essa razão, é necessário “explicar as formações ideológicas a partir da ‘praxis material’ e só é possível dissolver os produtos da consciência com o fim das relações reais”. Marx acredita que não basta apenas a crítica, mas sim, a revolução, já que os produtores de ideias

as também são regulados e suas ideias controladas na produção e distribuição, tornando-se as “ideias dominantes da época (1999, p. 72).

Para Genro Filho (2012), a produção destas ideias, no caso dos meios de comunicação, não faz parte de um sistema de hegemonia cultural e ideológica apenas pelo fato de que esses meios, tal como se configuraram, não permitem retorno do consumidor em relação às informações que recebem. Não é isso que os torna instrumentos de manipulação, controle e opressão, pois o controle e o monopólio da linguagem, da escrita e de outras técnicas foram sempre de comando das classes dominantes de diferentes épocas. Para o autor, o jornalismo existir como parte desse sistema está mais relacionado à qualidade da informação que produz.

Como, no capitalismo, todas as necessidades sociais se tornam mercado consumidor, o autor explica que a informação que é oferecida pelo jornalismo também aparece como um valor de uso na forma de mercadoria. No entanto, “nem toda a mensagem-consumo é jornalismo e nem a informação jornalística obedece, exclusivamente, a critérios de consumo mercantil” (GENRO FILHO, 2012, p. 139). Nesse sentido, o autor acredita que a relação do jornalismo com a indústria cultural é pertinente, porém, não idêntica. O processo que culmina com a produção de notícias não pode ser independente dos indivíduos que as produzem, mas também não pode ser desligado da ideologia.

A prática do homem está relacionada à totalidade e não mais a uma parcela da realidade. Isso acontece por meio de mediações que são objetivas, subjetivas e constituídas com o “avanço das forças produtivas e a socialização da produção” (GENRO FILHO, 2012, p. 189). Inserido neste contexto, o papel do jornalista se constitui na apreensão da realidade pela sua singularidade, na tentativa de reconstituir o fato a partir de sua manifestação fenomênica.

Sem o propósito da busca pela totalidade, ao tornar-se um sistema de conhecimento sistemático, o jornalismo não consegue superar o conhecimento imediato da realidade por meio das leis da produção de notícia e a partir da divulgação de acontecimentos isolados. Mas como separar a produção de conteúdos sobre esta realidade da própria realidade concreta? No caso do jornalismo, bem como de outras atividades imateriais, existe uma reificação plenamente desenvolvida, na qual a forma da mercadoria “esconde-se atrás de uma fachada de ‘trabalho intelectual’, de ‘responsabilidade’ etc. (às vezes atrás das formas de ‘patriarcalismo’); e quanto mais profundamente a reificação

se estender na ‘alma’ daquele que vende sua produção como mercadoria, mais ilusória será essa aparência (jornalismo).” (LUKÁCS, 2003, p. 346).

Mas a crítica social ou a desmistificação da economia política desmascararia também a atividade jornalística e seu papel ideológico e, além disso, mostraria como este se tornou um dos setores particulares mencionados por Lukács (2003), no qual o distanciamento da totalidade deu a ele autonomia e propriedade de atuação.

## **A alternativa dialética**

A revelação da economia política é capaz de apresentar ao trabalhador imaterial do jornalismo o trabalhador que é. O que permitiria esse esclarecimento e a possibilidade de ação do jornalista é a consciência de sua condição enquanto trabalhador. Tal consciência, muito dificilmente adquirida nos trabalhos intelectuais, está no fato de o jornalista, em sua reificação, encontrar-se aniquilado, de maneira semelhante ao operário da indústria. Se, de acordo com Lukács, somente o operário carrega em si o método dialético, do qual este é sujeito e objeto, é preciso que os trabalhadores intelectuais compreendam a relação entre suas situações, enquanto condição de existência do sistema capitalista.

Nesse sentido, a história é elementar no método dialético. Não apenas a história de sua profissão, mas a compreensão da história em seu sentido determinante na construção da sociedade. É a história que permite entender-se na totalidade dos processos. Lukács explica que o método da classe de trabalhadores é nada mais do que o método da história. Para o autor, a filosofia clássica só deixa como herança as antinomias não resolvidas. A continuação cabe ao método dialético, reservado à classe habilitada a descobrir em si mesma, a partir do seu funcionamento vital, o sujeito-objeto idêntico, o sujeito da ação. (LUKÁCS, 2003, p. 308).

O grande desafio para que, enquanto classe, os trabalhadores ajam no sentido de uma nova ordem, está, nas explicações de Lukács (2003), no fato de que a realidade imediata tornara-se a realidade objetiva, tanto para ele quanto para a classe de possuidores. Por isso, a reificação e a autoalienação são compartilhadas. Porém, um está à vontade em sua condição de poder e o outro, desumanizado. Essa consciência histórica deve, então, ser comum a todos os trabalhadores, inclusive aos do trabalho imaterial. Para Lukács, somente o méto-

do dialético aponta para além da sociedade burguesa (LUKÁCS, p. 308). Sobre o método, a concepção histórica e a reificação do jornalismo, Genro Filho coloca:

Quando se diz que o jornalismo deve se ater “exclusivamente aos fatos” está implícito um determinado critério de elaboração mental alicerçado na cosmovisão e na ideologia burguesas. A compreensão da informação jornalística sob outro ângulo ideológico, ou seja, como apreensão de uma realidade não reificada, reconhecendo seu processo dialético e apostando em suas melhores possibilidades, exige que o mundo seja entendido como produção histórica em que se constroem e se revelam sujeito e objeto. Exige uma perspectiva revolucionária. (GENRO FILHO, 2012, p. 228).

Para conhecer essa realidade, então, é preciso “o caminho do conhecimento do processo de desenvolvimento histórico como totalidade”, a partir de “um movimento de puro pensamento e abstração” (LUKÁCS, 2003, p. 316). A realidade objetiva não pode mais estar separada da relação que existe entre as coisas. O objetivo e o que é visto como subjetivo devem ser colocados, pelo pensamento, no mesmo plano, junto com suas “inter-relações e a interação dessas ‘relações’” (LUKÁCS, 2003, p. 317).

Genro Filho faz, nesse sentido, uma importante análise da relação do indivíduo com a totalidade. Ele afirma que o indivíduo não pode ser origem absoluta de toda informação, mas que este também não pode ser dissolvido nas relações sociais e funções sistêmicas que exerce e das quais é parte. Para o autor, se o todo é superior às partes, ele é, ao mesmo tempo, tanto superior quanto inferior a elas. A superação, então,

[...] nasce de um duplo movimento real e concomitante: do todo para as partes e destas para o todo. Aliás, a própria ideia de totalidade, na acepção da dialética marxista, implica um todo estruturado que se desenvolve e se cria, e não na simples pressuposição holista de que o todo é superior à soma das partes. Ora, se o todo se desenvolve e se cria, sendo por isso uma totalidade dialética, isso envolve contradições internas que são as verdadeiras fontes do desenvolvimento e da transformação, o que contraria a ideia de uma antologia meramente funcional das

partes em relação ao todo. (GENRO FILHO, 2012, p. 72).

Diante dessas informações sobre o método dialético, metodologia para o desvendamento da verdade, é possível compreender que a realidade imediata, quando relatada em uma notícia, não representa o conjunto das relações e inter-relações entre o que há de objetivo e subjetivo nos objetos, a menos que os fatos sejam assim compreendidos pelos jornalistas e pelos consumidores das notícias: como aparências da verdade, manifestações de fenômenos mais complexos, mas, também, fonte para o conhecimento dessa verdade, que pode ser conhecida dialeticamente a partir do que Lukács (2003, p. 319-320) define como imediatismo e mediação. O autor explica que ir além do imediatismo da empiria significa

[...] que os objetos da própria empiria são apreendidos e compreendidos como aspectos da totalidade, isto é, como aspectos de toda a sociedade em transformação histórica. A categoria da mediação como alavanca metódica para superar o simples imediatismo da empiria não é, portanto, algo trazido de fora (subjetivamente) para os objetos, não é um juízo de um valor ou um dever confrontado com o ser, mas é a manifestação de sua própria estrutura objetiva. (LUKÁCS, 2003, p. 330-331).

A partir da desintegração desse imediatismo, a barreira que se colocaria também para o profissional do jornalismo é, na verdade, intrínseca ao sistema capitalista. Refere-se ao fato de que o jornalista não é dono dos meios de produção usados em sua atividade e, ainda que consiga lidar com a superação do seu imediatismo enquanto mercadoria, esse mesmo imediatismo encontra-se aderido ao pensamento dos possuidores, já que o método desses é baseado em internalizar o que é criado e visto por eles como algo convenientemente racional, exterior e imutável. Impõe-se, com isso, a dificuldade para a mudança de conteúdos produzidos e divulgados: a disputa, mesmo que desintegrada a mistificação, entre seres sociais de classes conflitantes.

Lukács (2003) explica que o ser social na sociedade capitalista é o mesmo para a burguesia e para o proletário. A diferença está no interesse de classe, por meio do qual o ser social prende a burguesia no imediatismo e impele o proletário para além dele, em um caso de vida ou morte. Enquanto a burguesia encobre a estrutura dialética do processo histórico na vida cotidiana com as categorias abstratas de

reflexão, o proletário precisa conscientizar-se da essência dialética de sua vida.

Marx (1999, p. 17) coloca que “os produtos da sua cabeça acabaram por se impor à sua cabeça” para tratar da consciência e dos pressupostos dos quais partimos. Para ele, esses pressupostos são reais, pois são os indivíduos e suas ações, as condições materiais de sua existência, que já existiam anteriormente a eles e que eles mesmos produzem.

Nesse sentido, pode-se compreender que o jornalismo e a sua necessidade na sociedade atual fazem parte do modo como os indivíduos manifestam suas vidas. Para Marx,

[...] indivíduos determinados, que como produtores atuam de um modo também determinado, estabelecem entre si relações sociais e políticas determinadas. É preciso que, em cada caso particular, a observação empírica coloque necessariamente em relevo – empiricamente e sem qualquer especulação ou mistificação – a conexão entre estrutural social e política e a produção. (MARX, 1999, p. 35).

Na visão do teórico, a consciência só pode ser um homem consciente. Ele mesmo é produtor de suas ideias e representações que são, por sua vez, emanações diretas da atividade material. Diante dessa concepção, é possível questionar como o homem acredita encontrar-se “de fora” da realidade que relata, como no caso do jornalismo. Como já foi dito, para Genro Filho (2012), essa imparcialidade e objetividade ambicionada pelos jornalistas e exigida pelos veículos esconde a ideologia burguesa,

[...] cuja função é reproduzir e confirmar as relações capitalistas. Essa objetividade implica uma compreensão do mundo como um agregado de “fatos” prontos e acabados, cuja existência, portanto, seria anterior a qualquer forma de percepção e autônoma em relação a qualquer ideologia ou concepção de mundo. Caberia ao jornalista, simplesmente, recolhê-los escrupulosamente como se fossem pedrinhas coloridas. (GENRO FILHO, 2012, p. 197).

O que o autor destaca, porém, é que essa “ideologia da objetividade” produziu uma modalidade nova de conhecimento com potencialidades maiores do que são usadas pela burguesia na sociedade capitalista. Para Enzensberger (2003, p. 82), a classe burguesa é a detentora dos meios de comunicação que foram desenvolvidos no seio do capitalismo. Ele acredita, no entanto, que essa mesma classe é “ideolo-

gicamente estéril”, que nada mais tem a dizer, que não explora o sentido social destes meios e que

[...] a evolução de um simples meio de distribuição para um meio de comunicação não é um mero problema técnico. Ela é evitada conscientemente, por boas ou más razões políticas. A diferenciação técnica entre emissor e receptor reflete-se na divisão do trabalho entre produtores e consumidores da sociedade; esse mecanismo adquire intenso contorno político na indústria da consciência. (ENZENSBERGER, 2003, p. 17).

Mas, na crença de que o propósito da comunicação ainda não pode ser efetivado na sociedade, o autor afirma que as massas são parte, pela primeira vez, de um processo produtivo social e sociabilizado. Enzensberger (2003, p. 16) explica que as mídias tornaram possível essa participação e que, por isso mesmo, o propósito da comunicação pode ser concretizado.

Para Genro Filho (2012), a ideia comum na qual o jornalismo, ao “separar as notícias e tratá-las de forma descontínua, desintegra e atomiza o real favorecendo a superficialidade da reflexão e a alienação” não pode ser constatada. Isso porque o real “não é um dado a priori na percepção, mas se revela através da abstração e do conhecimento” (GENRO FILHO, 2012, p. 221). Então, o autor defende esta proposta em oposição às teorias que assumem esse trabalho como mera ferramenta de manipulação:

[...] a ideologia burguesa, pelo conteúdo predominante que atribui ao conjunto das informações que circulam na sociedade, reforça o fetichismo (notadamente pela publicidade) e a reificação, mas encontra na potencialidade social que emana da natureza técnica dos meios e da lógica inerente ao jornalismo um obstáculo, uma contradição que se repõe a cada ato. (GENRO FILHO, 2012, p. 220- 221).

Para ele, as potencialidades das condições técnicas que os meios de comunicação emprestam ao jornalismo, na verdade, possibilitam a combinação de informações de forma dinâmica. Bem como a percepção individual da realidade, a notícia, para o autor, será inserida em uma “cosmovisão dominante”, mas não está imune às contradições da sociedade. Esse pensamento, para Genro Filho (2012, p. 221- 222), permite

[...] pensar a cultura em geral e o jornalismo em particular como práxis, não apenas como manipula-

ção e controle. De um lado, em virtude da propriedade privada dos meios de comunicação e da hegemonia ideológica da burguesia, o jornalismo reforça a cosmovisão dominante. De outro, a apreensão e reprodução do fato jornalístico podem estar alicerçadas na perspectiva de uma cosmovisão oposta e de uma ideologia revolucionária.

Enzensberger (2003) também aposta no caráter revolucionário dos meios de comunicação e em uma apropriação efetiva de suas potencialidades. Os procedimentos para uso das mídias, segundo o autor, pressupõem sua manipulação, mas isso significa que serão realizadas intervenções no material a ser trabalhado. O problema elementar está na posse dos meios de produção das mercadorias da comunicação por uma minoria econômica que é, por sua vez, responsável por essa manipulação.

Além disso, Enzensberger (2003) destaca a desconsideração, por parte dos movimentos de oposição à burguesia, da necessidade de qualificação para o uso dos meios de comunicação. Assumir essa ferramenta em suas possibilidades revolucionárias deve significar não apenas a tomada das grandes indústrias da comunicação para a divulgação do que acreditam ser uma realidade oposta ao conhecimento dominante. Para o autor, essa iniciativa deve se sustentar na ideia de que todos devem se tornar potenciais manipuladores.

## Referências

- ANTUNES, R. O trabalho e seus sentidos. **Revista Debate & Sociedade**, Uberlândia, v. 1, n., p. 5-13, 2011.
- ENZENSBERGER, H. M. **Elementos para uma teoria dos meios de comunicação**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2003.
- LAGE, N. **Ideologia e Técnica da Notícia**. Petrópolis: Editora Vozes, 1979.
- GENRO FILHO, A. **O Segredo da Pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2012, v. 6. (Série Jornalismo a Rigor).
- LAGE, N. **Ideologia e Técnica da Notícia**. Petrópolis: Editora Vozes, 1979.
- LUKÁCS, G. **História e consciência de classe: estudos de dialética marxista**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MARX, K. **A ideologia Amelã (Feuerbach)**. São Paulo: Hucitec, 1999.

**SANTOS, V. O. Trabalho imaterial e a teoria do valor em Marx.**  
São Paulo: Expressão Popular, 2013.

## A DIALÉTICA ENTRE EXPANSÃO X RETRAÇÃO DE EMPREGABILIDADE NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO E A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

*Polyana Imolesi Silveira de França\**

**E**sse trabalho é o resultado de pesquisa que considerou a discussão sobre a precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior (IES) do Brasil, na modalidade da Educação a Distância e tomou como referência o processo de mercantilização da educação a partir das reformas empreendidas nesse seguimento educacional. Partiu-se da problemática de que as reformas educacionais no contexto, tanto da reestruturação produtiva do trabalho quanto da reforma de Estado, iniciada na última década no Brasil e também nos demais países da América Latina, trouxeram mudanças profundas e significativas para os trabalhadores em geral e especificamente para os trabalhadores docentes. Considerou como categoria de discussão que no atual contexto questões sobre os processos de flexibilização e precarização das relações de emprego e trabalho devem ser consideradas com o impacto das chamadas desvalorização e desqualificação da força de trabalho, desprofissionalização e proletarização do trabalho docente, o docente como um trabalhador de um sistema produtivo-industrial e o docente como o próprio produto do seu trabalho. A metodologia usada fundamentou-se nos referenciais bibliográficos do materialismo histórico dialético e considerou a lógica da questão da reestruturação produtiva do mundo do trabalho bem como da precarização do trabalho docente no ensino superior no contexto do princípio do devir antro-po-histórico ao destacar os aspectos históricos e sociais do mundo do trabalho, da condição do trabalhador, dos condicionantes sócios históricos do capitalismo, do liberalismo e do neoliberalismo e a missão histórica do proletariado a partir dos modos de resistência dos trabalhadores da educação especialmente na educação a distância

---

\*Mestre em Educação Unetri/UFU. Doutora em Educação pela UFU. Professora da Unipac e Esamc Uberlândia. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Trabalho, Educação e Formação Humana - Histedbr [polyanai@terra.com.br](mailto:polyanai@terra.com.br)

em nível superior à exploração do trabalho e a tentativa dos trabalhadores de superação do status quo social e de reprodução da classe social.

No Brasil, no último decênio ocorreu, segundo os dados oficiais, crescimento na empregabilidade que, de acordo com o relatório “Economia Brasileira em Perspectiva”, publicado em revista especializada pelo Ministério da Fazenda em 2011 revela que “A taxa de desemprego atingiu o menor nível registrado pelo IBGE, em dezembro de 2011, alcançando 4,7%. Não menos importante é o crescimento da formalização no mercado de trabalho brasileiro. Desde 2003, o País criou quase 17,3 milhões postos formais de trabalho. (p. 28)

Nesta linha, corroborando com os dados do IBGE utilizados pelo Ministério da Fazenda o DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos afirma que:

Em 2003, a taxa média de desemprego, medida, então, pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) em cinco regiões metropolitanas e no Distrito Federal, atingiu 20,8%. A partir de 2004, a economia voltou a crescer em ritmo mais intenso, alcançando uma taxa de 5,7% e impulsionando também o PIB per capita, que aumentou 4,3% naquele ano. O patamar mais elevado de crescimento se manteve nos anos seguintes. Em 2005, quando não mais se renovou o acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) assinado em 2002, a economia cresceu 3,2%, apesar da elevação dos juros ao longo do ano, “antídoto” aplicado pelo Comitê de Política Monetária (Copom) diante da elevação de preços verificada a partir do segundo semestre de 2004. Em 2006, o crescimento foi de 4,0%, em um ano em que o superávit comercial chegou a US\$ 46 bilhões, com forte expansão das exportações. Em 2007, a alta do PIB alcançou 6,1%, e manteve intensidade em 2008, ano em que a expansão correspondeu a 5,2%. (DIEESE, 2012 p. 10).

Segundo ainda o DIEESE (2011) existe um conjunto de fatores que impactaram na ampliação do mercado de trabalho principalmente a partir de 2004, tais como: condições demográficas e sociais, crescimento do país em média 4,5% ao ano, expansão e interiorização do emprego assalariado com carteira assinada; o crescimento da ocupação nos setores mais estruturados da economia; a redução do peso das ocupações informais; a recomposição do poder de compra dos

salários; a redução do trabalho infantil e o aumento da taxa de participação feminina (BALTAR et al., 2010).

O DIEESE (2011) não descarta outros elementos não menos importante que o crescimento econômico que são um conjunto de políticas públicas implementadas ao longo dos anos 2000 tais como: a valorização do salário mínimo, o programa Bolsa Família, a política do crédito consignado em folha e a ampliação do acesso aos benefícios da Previdência e da Assistência Social, fatores que tiveram o poder de aumentar o consumo interno e com isso aumentou a demanda por produção e empregabilidade.

Convém salientar que a discussão sobre a ampliação do mercado de trabalho bem como dos postos de emprego formal e nesta linha do aumento do consumo gerado pela ampliação da renda se localiza entre os membros da população de maior idade e em condições de inserção mais flexível no mercado de trabalho.

Como se pode depreender da **Tabela I** a seguir descreve a Evolução do desemprego na população jovem.

TABELA I  
Evolução da taxa de desemprego segundo faixas etárias  
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 1999 a 2009 (em %)

Faixa etária	1999	2000	2001	2002	2003	
<b>Total (16 anos ou mais)</b>	<b>19,6</b>	<b>18,2</b>	<b>18,2</b>	<b>19,0</b>	<b>20,3</b>	
Jovens de 16 a 24 anos	32,8	30,7	31,3	32,7	35,1	
Jovens de 16 a 17 anos	46,9	45,3	46,7	49,4	52,4	
Jovens de 18 a 24 anos	30,1	28,2	28,7	30,3	32,5	
25 anos ou mais	14,7	13,5	13,4	14,0	15,1	
Faixa etária	2004	2005	2006	2007	2008	2009
<b>Total (16 anos ou mais)</b>	<b>19,2</b>	<b>17,5</b>	<b>16,4</b>	<b>15,3</b>	<b>13,7</b>	<b>13,9</b>
Jovens de 16 a 24 anos	34,5	31,8	31,1	29,3	26,6	27,5
Jovens de 16 a 17 anos	53,5	49,9	50,8	48,7	44,2	45,8
Jovens de 18 a 24 anos	31,7	29,2	28,4	26,8	24,2	25,1
25 anos ou mais	13,8	12,7	11,7	11,0	9,9	10,2

Fonte: DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego  
Elaboração: DIEESE. Obs.: Não inclui a RM de Fortaleza, pois não existem dados anuais até 2008, quando a pesquisa passou a ser realizada pelo Sistema PED

Observa-se que o desemprego no período evoluiu principalmente para os mais jovens, ou seja, entre a faixa etária de 16 e 17 anos e com um leve crescimento para os jovens de 18 a 24 anos.

Os trabalhadores, principalmente os assalariados com emprego caracterizado pela subordinação enfrentam, ao mesmo tempo, as facetas da exploração e dominação do capital sobre o trabalho, endivida-

mento crescente que compromete a própria sobrevivência do trabalhador e que, por sua vez, a exploração se efetiva no campo da flexibilização das relações de trabalho, precisamente no campo dos direitos trabalhistas, captando e enfrentando as expressões da chamada “questão social”, que se convertem, por meio de múltiplas mediações, numa diversidade de demandas para as diversas profissões.

Desta forma, Previtali, França, Fagiani, Omena e Lima (2012) afirmam que,

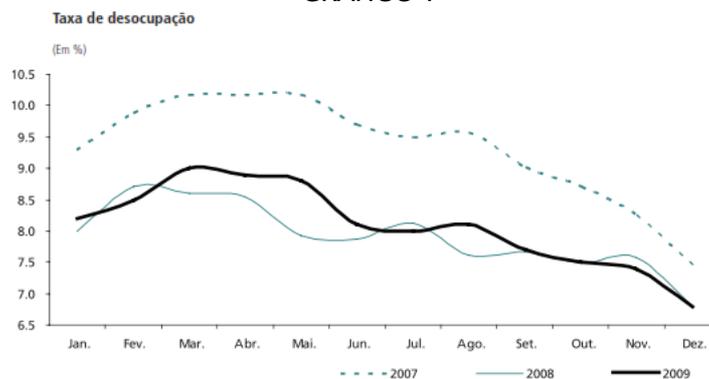
Os elementos que caracterizam o sistema de mediações do capital são:

- (a) separação e alienação do trabalhador com relação aos meios de produção;
- (b) imposição dessas condições para os trabalhadores;
- (c) personificação do capital nos capitalistas para atender aos seus imperativos expansionistas;
- (d) personificação do trabalho nos operários, reduzindo a identidade desse sujeito às suas funções reprodutivas fragmentárias. (PREVITALI, FRANÇA, FAGIANI, OMENA e LIMA, 2012, p. 172)

Portanto, consideram que não se pode negar que o sistema que consolidou o capitalismo implicou na pressão por aumento de produtividade bem como no barateamento da mercadoria e do trabalho do trabalhador apesar da rápida e expressiva expansão do capital.

Se for verdade que houve crescimento da empregabilidade por um lado, por outro a taxa de desemprego no período, segundo o IPEA (2009) registrou uma média de 8,1%, revelando um paulatino crescimento conforme gráfico abaixo:

GRÁFICO I



Conforme se observa no gráfico I a taxa de desemprego em 2009 se apresenta com um acentuado distanciamento em relação ao ano anterior. O próprio IPEA (2010) revela que a aproximação das taxas no mês de dezembro é clássica, uma vez que, nesta época do ano, o desemprego diminui em virtude das contratações temporárias e retoma sua subida, ou seja, aumenta a taxa de desemprego no início do ano seguinte cujo cume geralmente se apresenta nos meses de março a junho.

Não se considera, no entanto, além da questão do desemprego, a inflação e o desconto sobre o ganho salarial obtido no período. Daí o fato que nos últimos anos diversas categorias buscaram a recomposição salarial por meio de greves ou negociações coletivas.

Na verdade, tem-se no Brasil e na América Latina, nos anos 2000, um momento tumultuado tanto no campo econômico como político no que se refere ao movimento sindical que naturalmente impactou os processos de negociação coletiva por um lado, e por outro, a própria situação econômica do país, com um “aparente” momento de estabilidade econômica e aumento de renda bem como, cooptação de líderes sindicais para participarem dos governos que também contribuíram para o arrefecimento do movimento dos trabalhadores com reflexos inevitáveis sobre os processos de negociação coletiva. Segundo o DIEESE (2011),

O ano mais difícil para as negociações salariais no período em análise foi 1999, pois 50% das unidades de negociação acompanhadas estipularam reajustes salariais inferiores à variação do INPC-IBGE. O melhor ano desta série para os reajustes salariais foi 1996, quando 51,9% das unidades de negociação registraram ganhos reais. (DIEESE/Seade, MTE/FAT, 2011, p. 291).

Saliente-se que, devido ainda ao impacto negativo dos anos 1990 sobre a economia brasileira, o início dos anos 2000 até 2003 ocorreram, na verdade, perdas salariais. Porém ainda segundo o DIEESE foi a partir de 2004, que ampliou-se continuamente o percentual de unidades de negociação coletiva que registraram reajustes salariais acima do INPC-IBGE acumulado nas datas-base cujos ganhos reais, descontados a inflação, se situaram em patamares de 0,01% a 1% acima do INPC-IBGE.

No entanto, conforme revela a Tabela 2, em 2005, 2006 e 2007, a ampla maioria das unidades de negociação registrou ganhos reais de salários e, mesmo em 2008, cujo último trimestre foi marcado pelo

início da crise econômica internacional, e os resultados dos aumentos salariais deveu-se principalmente as negociações salariais coletivas.

**TABELA 2**  
Distribuição dos reajustes salariais em comparação com o INPC-IBGE  
Brasil – 2004 a 2008

	2004		2005		2006		2007		2008	
	Nº	Em %								
<b>Acima do INPC</b>	<b>361</b>	<b>54,9</b>	<b>459</b>	<b>71,7</b>	<b>565</b>	<b>86,3</b>	<b>627</b>	<b>87,7</b>	<b>548</b>	<b>77,6</b>
Mais de 5% acima	1	0,2	1	0,2	14	2,1	10	1,4	2	0,3
De 4,01% a 5% acima	23	3,5	3	0,5	17	2,6	8	1,1	5	0,7
De 3,01% a 4% acima	30	4,6	19	3	46	7	20	2,8	28	4
De 2,01% a 3% acima	54	8,2	52	8,1	130	19,8	93	13	65	9,2
De 1,01% a 2% acima	96	14,6	162	25,3	187	28,5	254	35,5	202	28,6
De 0,01% a 1% acima	157	23,9	222	34,7	171	26,1	242	33,8	246	34,8
<b>Igual ao INPC</b>	<b>172</b>	<b>26,1</b>	<b>104</b>	<b>16,3</b>	<b>70</b>	<b>10,7</b>	<b>59</b>	<b>8,3</b>	<b>74</b>	<b>10,5</b>
De 0,01% a 1% abaixo	69	10,5	58	9,1	20	3,1	26	3,6	73	10,3
De 1,01% a 2% abaixo	33	5	12	1,9	0	--	3	0,4	9	1,3
De 2,01% a 3% abaixo	14	2,1	2	0,3	0	--	0	--	1	0,1
De 3,01% a 4% abaixo	4	0,6	2	0,3	0	--	0	--	0	--
De 4,01% a 5% abaixo	1	0,2	2	0,3	0	--	0	--	0	--
Mais de 5% abaixo	4	0,6	1	0,2	0	--	0	--	1	0,1
<b>Abaixo do INPC</b>	<b>125</b>	<b>19</b>	<b>77</b>	<b>12</b>	<b>20</b>	<b>3,1</b>	<b>29</b>	<b>4,1</b>	<b>84</b>	<b>11,9</b>
<b>TOTAL</b>	<b>658</b>	<b>100</b>	<b>640</b>	<b>100</b>	<b>655</b>	<b>100</b>	<b>715</b>	<b>100</b>	<b>706</b>	<b>100</b>

Fonte: DIEESE. SAS - Sistema de Acompanhamento de Salários

No que se refere à classe de trabalhadores docentes, verifica-se uma queda real nos ganhos da categoria desde os anos 1980 conforme estudos desenvolvidos pela FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (2007) que buscou tratar da diferença salarial entre o setor educacional público e privado para os anos 1980 à 2000 conforme se vê abaixo:

**TABELA 3**  
Diferencial de salário público/privado por rede de ensino - Brasil

Ano	Nível de ensino					
	Pré-escola	Primário	Ginásio	Secundário	Profissional	Superior
<b>1980</b>	1,11	1,31	1,22	1,13	1,50	1,20
<b>1991</b>	1,22	1,07	1,00	0,96	1,14	1,23
<b>2000</b>	0,95	0,94	0,94	0,89	1,14	1,07

A Tabela 3 revela para além do que o estudo da FIPE buscou demonstrar no estudo das diferenças salariais entre o setor educacional público e privado uma real queda na renda dos professores do Ensino Superior conforme a última coluna, ou seja, os professores de Ensino Superior que nos anos 1980 recebiam o equivalente a 1,20 salários-mínimos nos anos 2000 passaram a receber o equivalente a 1,07 salários-mínimos médio do Estado de São Paulo.

Salienta-se nesta linha que, descontados a inflação do período, o salário do professor de Ensino Superior representava 31,0% do valor do salário de 1980 ou ainda teve queda real de 69% conforme o estudo da FIPE (2007). Isto nos leva à constatação que iniciamos os anos 2000, no Ensino Superior com um salário médio defasado em 69% do que representava nos anos 1980.

Segundo dados do IBGE (2010) no item dos microdados, mostra que, a renda média de um professor do ensino fundamental equivalia em 2010 a 59% do que ganhavam os demais trabalhadores com nível superior no País. Revela também que, em uma década, os professores da educação básica ganharam aumentos acima da média dos outros profissionais de nível universitário. Os acréscimos, no entanto, foram insuficientes para reverter o quadro.

Apesar dos constantes aumentos, mesmo acima da inflação, conforme indicamos com os dados do DIEESE (2011) e do IPEA (2011) para todos os trabalhadores e também para os professores, os aumentos dos docentes foram insuficientes para mudar um quadro que tem trágicas consequências para a qualidade do ensino: o magistério segue sendo a carreira universitária de pior remuneração no país.

Segundo ainda o estudo da FIPE, já atualizado em 2010, a renda média de um professor do ensino superior equivalia, em 2000, a 49% do que ganhavam os demais trabalhadores também com nível de pós-graduação. Dez anos depois, esta relação aumentou para 59%. E a pior variação se revela entre professores do ensino médio, a variação foi de 60% para 72%.

Portanto, a discussão da empregabilidade/desemprego ou taxa de ocupação/taxa de desocupação no contexto da discussão do ensino superior brasileiro e o grande avanço da EaD no Brasil considera que, sob foco de análise, algumas abordagens<sup>1</sup> tornam endógenas as aspirações dos trabalhadores docentes por melhores salários em processos de reivindicações motivados para obter a recomposição da inflação passada, ou mesmo para obter ganhos reais em seu poder aquisitivo.

A Educação a Distância se apresenta neste cenário de profunda precarização do trabalho, de empregabilidade e de renda bem como, no contexto de ampliação da produtividade e ocupação do tempo diário do trabalho docente que, por sua vez, utiliza-se de parti-

---

<sup>1</sup>Notadamente as pós-keynesianas. Ver Pasinetti (1979).

cipação nos projetos da EaD como forma de incremento à renda principal dobrando e até triplicando sua jornada de trabalho diária.

Sem dúvida, essa é uma condição necessária, ainda que insuficiente, para que nossas respostas tenham um grau de eficácia na resistência e enfrentamento da precarização do trabalho e retirada de direitos. Esta configuração do mercado de trabalho e dos espaços sócio ocupacionais exige determinado perfil de profissional.

Nesta linha, optamos por interpretar o mercado de trabalho dos professores do ensino superior e sua perda de direitos, inseridos na particularidade histórico-social do capitalismo contemporâneo, num contexto de acirramento da luta de classes, no qual se aprofunda a desvalorização e a superexploração da força de trabalho para a continuidade da reprodução ampliada do capital mediante altíssimos índices de desemprego.

O que está em curso é a gestão de uma nova cultura do trabalho, uma cultura da adaptação às novas normas da sociedade flexível e de um perfil ainda mais adaptativo de trabalhador. Não há dúvida de que o desemprego e a precarização permitem que se transfira para o trabalhador a responsabilidade por sua própria empregabilidade.

No que se refere à EaD temos visto, no meio profissional, uma corrida para sua qualificação que os leva, em alguns casos, a participar de cursos sem qualidade, aligeirados ou voltados para a habilitação no domínio do instrumental. Como todo trabalhador, o professor de EaD no Ensino Superior, seja nas instituições públicas e/ou privadas, é submetido (e muitas vezes submete) aos programas de treinamento, tenham eles conteúdos técnicos ou comportamentais, tendo em vista a conformação de um dado perfil profissional.

De acordo com Antunes (1995) e Druck (2002), as determinações atuais da precarização evidenciam:

- 1) os processos de precarização e a perda de direitos como decorrência da reestruturação produtiva e aplicação dos ajustes neoliberais;
- 2) que as respostas à crise do fordismo não apenas foram ineficazes como a aprofundou, já que se desenvolveram à base da flexibilização do trabalho e da perda de direitos;
- 3) o crescimento ou consolidação do trabalho flexível e precário em todas as sociedades e esferas, espaços ocupacionais e profissões;
- 4) uma relação direta entre precarização e diversas formas de flexibilização do trabalho e dos direitos como modos contemporâneos de dominação do trabalho Druck (2002);

5) que a precarização do trabalho e a flexibilização dos direitos são as mudanças mais visíveis de um período de hegemonia do capital financeiro.

Diante das atuais necessidades do capital, o trabalhador deve portar as seguintes características: ser desespecializado, desregulamentado, polivalente e multifuncional. É chamado a desenvolver várias competências e habilidades voltadas ao mercado, portador de valores individualistas e imediatistas, a partir dos quais vale o ter (neste caso, o certificado) em detrimento do ser (neste caso, um profissional qualificado), de formação aligeirada, mas que lhe garanta competitividade e capacidade de se adaptar a esses novos e difíceis tempos.

O aumento de vagas para os alunos de educação a distância não concorreu com o crescimento de postos de trabalho ou de emprego para os professores. Vejam a Tabela 4:

TABELA 4 –  
Estatísticas Básicas de Graduação (presencial e a distância) por Categoria Administrativa – Brasil – 2010

ESTATÍSTICAS BÁSICAS DA GRADUAÇÃO	CATEGORIA ADMINISTRATIVA		
	Total Geral	Pública	Privada
Instituições	2.377	278	2.099
Cursos	29.507	9.245	20.262
Matrículas de Graduação	6.379.299	1.643.298	4.736.001
Ingressos (todas as formas)	2.182.229	472.884	1.706.345
Concluintes	973.839	190.597	783.242
Funções Docentes em Exercício <sup>2</sup>	345.335	130.789	214.546

Tabela de Elaboração própria/Fonte: MEC/INEP, 2010.

Considerando que, no total de cursos de graduação em 2010, 29.507 dados que incluem tanto os cursos de graduação presenciais e quanto os cursos a distância o número de matrículas, nesses cursos, foi 6.379.299, sendo que desse total 4.736.001 se localiza nas Instituições Privadas.

Observa-se por outro lado que, o número de concluintes foi de 973.839 e de ingressos 2.182.229 ocorrendo, portanto, uma evasão significativa. No entanto, o que desejamos salientar nestes dados é o número total de docentes em relação ao total de cursos e em relação ao total de alunos.

Se tivermos 6.379.299 de alunos ingressando no ensino superior, ou seja, matriculados tanto nas IES públicas como as IES privadas e, um total geral de 345.335 professores, por conseguinte, apresenta-se

<sup>2</sup> Corresponde ao número de vínculos de docentes a instituições que oferecem cursos de graduação.

nesses dados uma média de 18 alunos por professor em cálculo bastante simples.

Por outro lado, o número de matriculados nos cursos de graduação aumentou em relação a 2001 e a 2010 em 110,1%, com crescimento médio anual no decênio de 2001 a 2010 de 7,0% ao ano.

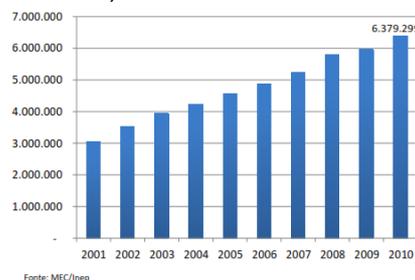
Em comparação com os próprios dados apresentados pelo INEP em 2010 temos o número de funções docentes atuando na Educação Superior no Brasil em 2001 de 219.947 professores, portanto, em relação a 2010 em que se apresentou o total (ver Tabela 4) de 345.335, obteve-se um crescimento de 56%, ou seja, 125.388 professores a mais em 2010 em relação a 2001.

Porém o ensino superior cresceu em número de matrículas em 110,1%. Aproximadamente, o dobro do crescimento do número de postos de trabalho, revelando, portanto que, um número menor de professores atendem a um número maior de alunos e cursos bem como, um número menor de professores ocupam individualmente um número maior de postos de trabalho, ou seja, um docente atua em duas ou mais Instituições de Ensino Superior.

Naturalmente que os dados do INEP de 2001 e 2010 revelam que o crescimento das matrículas, nos cursos de graduação, pode ser atribuído a diversos fatores dentre eles, o crescimento econômico do Brasil como um todo, conforme já discutido anteriormente, a necessidade ou demanda por mão de obra especializada e por outro a oferta de postos de trabalho com a soma das políticas públicas implementadas de incentivos fiscais com redução de tarifas em determinados segmentos para impulsionar a redução de valor de bens e serviços e com isso impulsionar o consumo, estímulo ao crédito pessoal e de pessoa jurídica.

A seguir se apresenta o Gráfico 2 que ilustra a discussão até aqui empreendida.

GRÁFICO 2  
Evolução do Número de Matrículas em Cursos de Graduação (presencial e a distância) Brasil – 2001-2010

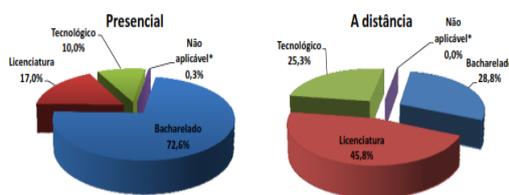


Vale demonstrar que, o Censo da Educação Superior apresentado pelo INEP revela que houve significativo aumento das matrículas da Educação a Distância a partir do ano de 2000, uma vez que essa modalidade de ensino apresentou constante crescimento, abrangendo uma importante participação na educação superior brasileira.

O Censo apresentado em 2010 confirma o crescimento dos cursos na modalidade de ensino a distância que atingem 14,6% do total de matrículas somente de cursos de graduação sem incluir nos dados os cursos de pós-graduação ou mesmo os cursos a distância do ensino médio. Assim, os cursos presenciais atingem os totais de 3.958.544 matrículas de bacharelado, 928.748 de licenciatura e 545.844 matrículas de grau tecnológico. A educação a distância, por sua vez, soma 426.241 matrículas de licenciatura, 268.173 de bacharelado e 235.765 matrículas em cursos tecnológicos.

Os percentuais representativos desses dados são apresentados no gráfico a seguir.

GRÁFICO 3



\* A categoria "Não aplicável" corresponde à Área Básica de Curso  
Fonte: MEC/Inep

Como se verifica, os cursos a distância predominantemente são de licenciatura representando 45,8% do total de cursos enquanto que as licenciaturas nos cursos presenciais representam apenas 17,0%. Talvez por si esses dados possam ser explicados pela facilidade da organização e metodologia do ensino das licenciaturas que se caracterizam por serem mais “teóricos”.

Porém, com a expansão expressiva da educação a distância que, por sua vez, se configura principalmente nas IES privadas, ocorre atualmente uma forte concentração em algumas instituições formando oligopólios empresariais da educação conforme afirma OLIVEIRA (2009), cujos grupos de forma agressiva têm adquirido instituições em todo o país.

Conforme indica Oliveira (2009), a Anhanguera que em 2006 tinha 13 Faculdades e 24.527 alunos, investiu em aquisições de outras

IES mais de 600 milhões de reais e abriu seu capital à bolsa de valores captando 1,9 bilhões de reais e como consequência em 2009 passou a ter 52 campi distribuídos em 37 cidades com um total de 252.094 alunos.

Oliveira (2009) ainda apresenta o grupo Estácio de Sá que investiu aproximadamente 70 milhões até 2008 em aquisições de faculdades. O Grupo Kroton das Faculdades Pitágoras, por sua vez, investiu em aquisições aproximadamente 500 milhões de reais até o ano de 2008.

No ano de 2010<sup>3</sup> mais precisamente nos meses de julho e agosto a Abril Educação comprou o Anglo – um dos grupos mais tradicionais do país. Um mês depois, o fundo de investimentos BR Investimentos comprou parte da Abril Educação, numa transação na faixa de R\$ 200 milhões.

Ainda em agosto, a britânica Pearson, conhecida como o maior grupo editorial do mundo (leia-se Longmann e *The Economist*, entre outras marcas) entrou no jogo: assumiu o controle do Sistema Educacional Brasileiro (SEB), proprietário do COC, Pueri Domus e Dom Bosco. No final do mesmo mês, a Buffalo Investimentos adquiriu a operação de apostilas e treinamento docente do Universitário. No primeiro semestre, a Kroton Educacional adquiriu o Grupo Luni (ensino superior), por R\$ 600 milhões.

Esses dados não se localizam em anuários específicos ou acadêmicos, porém estão “soltos” em revistas informativas da área econômica ou em jornais de circulação livre.

Conforme ainda dados<sup>4</sup> do Site Brasil Econômico e por nós confrontados com os informes do INEP de 2010 podemos afirmar conforme Tabela 5 abaixo que os maiores grupos privados de ensino Superior brasileiro são:

**TABELA 5**

Grupos Educacionais	Número de Alunos matriculados até 2009
SEB	489 mil
POSITIVO	430 mil
OBJETIVO	345 mil
ANGLO	230 mil
PITÁGORAS	225 mil

Tabela de Organização própria. Fonte: INEP

<sup>3</sup> [http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/1679\\_Aformulasecretadobilionárioda\\_educacao](http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/1679_Aformulasecretadobilionárioda_educacao).

<sup>4</sup> [http://www.brasileconomico.com.br/noticias/negocios-no-setor-de-educacao-privada\\_97136.html](http://www.brasileconomico.com.br/noticias/negocios-no-setor-de-educacao-privada_97136.html)

Naturalmente que as empresas não revelam seu faturamento, mas estimativas da consultoria Hoper indicam que a receita do setor gira em torno de R\$ 1 bilhão e que o número de alunos, considerando os dez maiores grupos - aproxima-se de 2,7 milhões, ou seja, 37% dos 7,3 milhões de matrículas na rede privada de Educação Básica e superior em todo o país.

Depreende-se desses dados que a educação a distância é atualmente a chave do cofre para o que se denomina como capitalismo acadêmico na ampliação do número de vagas para a educação superior no país e também por uma extensa gama de incentivos à iniciativa privada.

Assim não é irrazoável afirmar que esse grande negócio que é a educação superior incorporou sem dúvida a racionalidade racionalista do mercado, orientada pelos “valores de eficiência e qualidade na prestação de serviços públicos e pelo desenvolvimento de uma cultura gerencial nas organizações”. (Bresser Pereira, 1996, p. 15).

Saliente-se que o início da expansão do Ensino Superior privado ocorreu conjuntamente com a reforma ou contra-reformas de estado promovida no governo FHC que implementou um processo de gerenciamento dos serviços por parte do Estado nos moldes da empresa privada e conseqüentemente a educação que era um direito, passou a ser considerada um serviço.

Já no governo Lula expande-se o ensino superior, porém com o acréscimo de fortes incentivos públicos tais como a ampliação do FIES e PROUNI. Segundo Otranto (2006),

[...] os fundamentos da reforma da educação superior do governo Lula estão calcados em marcos regulatórios defendidos pelos organismos internacionais. A maior parte desses fundamentos foi defendida no documento elaborado pelo Grupo de Trabalho Interministerial e direcionou medidas legais que foram sendo implantadas, desenhando a reforma de acordo com os interesses governamentais. Dentre estas medidas pode se destacar o Prouni, o Sinaes, a Lei de Inovação Tecnológica, as Parcerias Público Privadas, o decreto que normatiza a educação a distância, além das medidas já adotadas para a educação profissional (OTRANTO, 2006, p. 132).

Nesta linha destacamos na política do governo Lula:

- O financiamento público do ensino universitário privado e a expansão de vagas do Prouni para as IES privadas e do Reuni para as IES públicas;
- O aumento no número de alunos e a educação a distância;
- O Sistema de Avaliação – SINAES e a avaliação trienal – Capes;
- A Universidade Aberta do Brasil: principal incentivadora da expansão da EAD

No que se refere à Universidade Aberta do Brasil (**UAB**), ela consiste em um conjunto de várias universidades **públicas** no país, com a finalidade ampliar o acesso às vagas de cursos de graduação, pós-graduação lato sensu, cursos de capacitação etc. em diversas áreas e campos do conhecimento por meio da Educação a Distância. A prioridade desse sistema é atender os professores de educação básica, porém as vagas são estendidas a toda a população.

## Referências

ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

BALTAR, Paulo. Emprego, políticas de emprego e política econômica do Brasil. 2010. Disponível em [http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/employment/pub/politicas\\_emprego\\_242.pdf](http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/employment/pub/politicas_emprego_242.pdf). Acesso em 15 de Setembro de 2012.

BRASIL. Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. – Brasília: IPEA, 2009. 3 v. :gráfs., tabs. – (Brasil: o estado de uma nação) Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/bd/pdf/Livro\\_BrasilDesenvEN\\_Vol03.pdf](http://www.ipea.gov.br/bd/pdf/Livro_BrasilDesenvEN_Vol03.pdf) **(2009)**

BRASIL. Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. – Brasília: IPEA, 2009

[http://www.fipe.org.br/publicacoes/downloads/bif/2007/12\\_bif327.pdf](http://www.fipe.org.br/publicacoes/downloads/bif/2007/12_bif327.pdf)

BRASIL, Ministério da Educação/ Secretaria de Educação a distância. **Referenciais de qualidade para cursos a distância**. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/referenciais.pdf> >. Acesso em 10 de janeiro de 2011.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. **Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise**, no. 42. Edição no. 42 de Fevereiro de 2010. <http://www.ipea.gov.br>

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Contagem Populacional. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em 20 de Novembro de 2011.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **DIEESE**. [http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D33EF459C01340E32B8A3246F/PED\\_METROPOLITANA%20outubro%202011.pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D33EF459C01340E32B8A3246F/PED_METROPOLITANA%20outubro%202011.pdf). 2011. Acesso em 16 de Janeiro de 2012.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. **Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise**, no. 42. Edição no. 42 de Fevereiro de 2010. <http://www.ipea.gov.br>

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **DIEESE**. [http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D33EF459C01340E32B8A3246F/PED\\_METROPOLITANA%20outubro%202011.pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D33EF459C01340E32B8A3246F/PED_METROPOLITANA%20outubro%202011.pdf). 2011. Acesso em 16 de Janeiro de 2012.

BRESSER PEREIRA, Luís Carlos. **Crise econômica e reforma do Estado no Brasil**: para uma interpretação da América Latina. São Paulo: Ed. 34, 1996.

DIEESE. A Situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000./ Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. -- São Paulo: DIEESE, 2012.

DRUCK, M. G. Terceirização: (des)fordizando a fábrica: um estudo do complexo petroquímico. São Paulo: Boitempo, 2002.

OLIVEIRA, Romuldo Portela de, A transformação da educação em mercadoria no Brasil. Educ. Soc., Campinas, vol. 30, n. 108, p. 739-760, out. 2009 739. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

OTRANTO, Celia R. Desvendando a política da educação superior do governo Lula. *Universidade e Sociedade*, Brasília, ano XVI, n. 38, p. 18-29, jun. 2006. Disponível em: <[http://www.celia.na\\_web.net/pasta1/trabalho14.htm](http://www.celia.na_web.net/pasta1/trabalho14.htm)>. Acesso em: 10 maio 2012.

PASINETTI, L. L. Crescimento e Distribuição de Renda. Zahar Editores, Rio de Janeiro: 1979.

PREVITALI F. S., FRANÇA R. L., FAGIANI. C. C., OMENA A. C. LIMA. A. B. **Trabalho, Educação e Reestruturação Produtiva no Século XXI**. In.: **Trabalho e educação no século XXI: experiências internacionais** - Carlos Lucena e João dos Reis Silva Júnior (Organizadores). – 1. Ed. São Paulo: Xamã, 2012. V. 1. 232 p.

## AS TRANSFORMAÇÕES OCORRIDAS NOS PROCESSOS PRODUTIVOS DO MEIO RURAL: AGROINDÚSTRIAS RURAIS E O PROCESSO DE FORMAÇÃO E INSERÇÃO PROFISSIONAL<sup>1</sup>

*Cleide Francisca de Souza Tano*<sup>\*</sup>

*Robson Luiz de França*<sup>\*\*</sup>

**E**ste capítulo tem por objetivo discutir as transformações ocorridas no meio rural, bem como, apontar sua relação com a política de formação e qualificação de mão de obra e inserção profissional. Foca especificidades e consequências destas mudanças no meio rural, a globalização, o desenvolvimento e modernização do setor produtivo e a agro-indústria rural.

É parte integrante de uma pesquisa que busca é problematizar a relação entre a Política de Educação Profissionalizante e Tecnológica expandida para a microrregião de Ituiutaba e a empregabilidade no meio rural. E dentre os objetivos específicos estão: analisar e discutir a efetividade desta política para o aperfeiçoamento dos processos produtivos de jovens e adultos do meio rural, mais especificamente da agroindústria rural e a interação do Instituto Federal do Triângulo Mineiro – IFTM, Campus Ituiutaba-MG, com o setor produtivo agroindustrial rural.

Inicialmente, faz-se necessário entender que todo ser, inclusive o ser humano é matéria, Vieira Pinto (1979, p. 16), afirma que a matéria, em estado de transformação constante, em certo momento, parte dela se diferencia num processo particular, que constitui a evolução biológica, geradora de todos os seres vivos. Esse ser possui sentidos, que são fundamentais para sua sobrevivência, além de passar por processos de desenvolvimento. Conforme afirmação deste autor:

---

<sup>1</sup>Este texto é parte integrante da pesquisa em andamento, dissertação, da discente Cleide Francisca de Souza Tano, do Curso Mestrado em Educação, do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Uberlândia (PPGED/UFU), linha de pesquisa: Trabalho, Sociedade e Educação, sob orientação do professor Pós-Doutor em Política Educacional, Robson Luiz de França, Professor do PPGED/UFU.

<sup>\*</sup>Discente do Programa de Pós-Graduação, curso Mestrado em Educação, linha de pesquisa: Trabalho, Sociedade e Educação.

<sup>\*\*</sup>Prof. Dr. Robson Luiz de França – Faculdade de Educação – UFU – Linha de Pesquisa Trabalho Sociedade e Educação.

É importante observar que concomitantemente com o processo de domínio cada vez maior da natureza, o homem se vai criando a si próprio, acelera o seu desenvolvimento como espécie biológica, cuja característica é o poder de produzir os bens de que necessita. O homem se hominiza ao humanizar, pelo domínio, a natureza (VIEIRA PINTO, 1979, 27).

Marx e Engels (2007, p. 86 – 87) apresentam as premissas da concepção materialista da história, segundo estes autores “*a primeira premissa de toda a história humana é, naturalmente, a existência de indivíduos humanos vivos*”. Estes autores partem de pressupostos constatáveis empiricamente e reforçam que, “*não são pressupostos arbitrários, dogmas, mas pressupostos reais*”. Percebe-se na obra destes, a desconstrução das concepções mística e metafísicas, dominantes nas representações religiosas sobre a origem o ser humano.

Ainda, segundo Marx e Engels (2007), esse ser, é um ser histórico-social e seu processo de formação é um processo contraditório e marcado por ideologias. Estes consideram o ser humano como um “ser histórico”, porque ele participa e se apropria de um processo histórico de produção de bens e relações de que necessita para sobreviver, e ainda, porque o que este ser vive no presente é fruto de determinações do passado.

Consideram também que o ser humano é um “ser social” porque este é um sujeito que não vive sozinho, vive em sociedade, cuja atividade principal baseia se no trabalho, modo pelo qual este transforma a natureza para satisfazer suas necessidades, porém uma vez satisfeitas, surgem novas necessidades.

Quanto ao processo de formação do ser humano ser considerado contraditório e marcado por ideologias, os autores citados fazem essa afirmação apontando contradições, como do movimento real, em que a educação do proletariado é baseada nos interesses da classe burguesa, e desta forma o processo de formação acaba-se afirmando os interesses da classe hegemônica capitalista e não os interesses da classe proletária que está recebendo a formação.

Esse processo também é marcado por ideologias, como as concepções dos ideários de desenvolvimento e progresso do setor produtivo, baseadas em: competitividade; competências e individualismo que criam no trabalhador uma falsa consciência, ideologia, de que cada vez mais este deve se capacitar, pois assim conseguirá adquirir competências e competitividade e ainda que, o trabalhador é respon-

sável pela sua própria formação, para que consiga emprego ou manter-se empregado.

Marx (2013, p. 255) expõe sobre processo de trabalho, em momentos simples, afirmando que “*o trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza*”, ao longo deste movimento descrito por Marx “*o homem modifica sua própria natureza*”. Este autor (p. 256-257), também trata sobre os meios de trabalho, e define-os “*como sendo uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador interpõe entre si e o objeto do trabalho e que lhe serve de guia de sua atividade sobre esse objeto*”.

Como exemplo de meio de trabalho, Marx (2013, p. 257) cita a própria terra, para servir na agricultura além de outros, como ferramentas, conchas. O uso e criação de meios de trabalho são apresentados, por este autor, como uma característica do homem, “*um animal que faz ferramentas*”.

Percebe-se, na obra de Marx (2013, p. 503), que com o avanço tecnológico de sua época, com a máquina, o meio de trabalho se converte em concorrente do trabalhador. O manuseio de ferramentas é transferido para as máquinas, desta maneira, novas formas de produzir vão surgindo, em que cada vez mais o trabalhador não é necessário. Hobsbawm (1995) corrobora com esta discussão sobre o aperfeiçoamento dos processos produtivos via inserção de novas tecnologias e inovações, acrescentando que o trabalho do trabalhador se torna mais caro que o das máquinas, uma vez que esta faz o serviço de vários trabalhadores.

Marx e Engels (2007, p. 87) afirmam que “*Ao produzir seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material*”. Segundo estes autores produzir seus meios de vida é uma condição que distingue os homens dos outros animais. Portanto, percebe-se que é pela práxis que o homem inventa o seu próprio ser. Para estes autores, este ser ao tentar transformar o mundo pode se deparar com ideologias dominantes que precisarão ser desmascaradas.

Bottomore (2013, p. 475) ao tratar sobre o conceito de produção, conforme o pensamento marxista, afirma que: “*toda a sociedade é caracterizada por uma configuração definida de Forças Produtivas e Relações de Produção, constituídas social e historicamente e que formam a base sobre a qual repousam outras relações econômicas e sociais*”. As forças produtivas e relações de produção determinam historicamente outras relações na sociedade.

A Obra “O Capital” de Marx (2013, p. 156) apresenta a negação de Marx sobre acusação feita a ele quanto à publicação de seu escrito “*Contribuição à crítica da economia política (1859)*”, Marx considera correto sua crítica para a época em que viveu, e não para épocas anteriores, pois em sua época o mundo era dominado por interesses materiais.

Um olhar sobre os interesses que norteiam nossa realidade, em 2016, permite perceber que até hoje, prevalecem os interesses materiais da época de Marx, portanto, considera-se que a afirmação de Marx, transcrita abaixo é válida para descrever os processos atuais.

[...] os modos determinados de produção e as relações de produção que lhes correspondem, em suma, de que a “estrutura econômica da sociedade é a base real sobre a qual se ergue uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas sociais de “consciência”, de que “o modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral [...]” (MARX, 2013, P. 156-57).

Hobsbawm (1995) discute o processo de reestruturação produtiva a nível mundial, durante o século XX, segundo este autor os processos produtivos passaram por aperfeiçoamentos, importantes transformações, em especial com o avanço das tecnologias, com a internacionalização, mundialização dos negócios, em que empresas migraram de países desenvolvidos para países com mão de obra barata e em que os Estados ofereciam outros incentivos. Percebe-se que esta reestruturação procedeu-se via políticas e aperfeiçoamentos dos processos produtivos, com a inserção de novas técnicas, tecnologias e formas de organização e formação.

A discussão sobre as consequências destes processos de aperfeiçoamentos para o trabalhador é interessante, ajuda a desconstruir as ideologias de progresso, uma vez que o autor citado acima (p.403-404) afirma que as mudanças no setor produtivo, não garantem aos trabalhadores novos postos de trabalho, havendo sim uma redução no número de oferta de emprego, e ainda, enfatiza que este fato não é “*cíclico e sim estrutural*”, permitindo inferir que houve alteração nas estruturas produtivas em favor da produção, mas, não houve política de geração de emprego e inserção profissional, suficiente.

Conforme já mencionado o trabalhador se torna mais caro que a máquina para o empregador, uma vez que a máquina faz o serviço de vários trabalhadores, portanto, o interesse do setor produtivo

no trabalhador é apenas para que este, com seu salário, compre o produto de sua produção. Vale ressaltar que, Marx (2012) afirma que o produto do trabalho não pertence ao trabalhador.

Corroborando com essa discussão do processo de reestruturação produtiva a nível mundial, Hirata (2013, p.130) também apresenta uma tese sobre as consequências das mudanças tecnológicas e organizacionais na empresa, configurando como um novo paradigma produtivo no início da década de 1980. Segundo esse paradigma, fatos como: o incremento das inovações organizacionais e tecnológicas, a descentralização e a abertura ao mercado internacional levam: “*ao novo conceito de produção, que exige uma massa de conhecimentos e atitudes diferentes das qualificações formais*”, já requeridas.

A tese da polarização das qualificações, desta autora, defende também que “*a modernização tecnológica criaria, de um lado, uma massa de trabalhadores desqualificados e, de outro um punhado de trabalhadores superqualificados*” além de reforçar a divisão do trabalho. Percebe-se que o avanço tecnológico é muito rápido, o trabalhador está em constante busca por qualificação, a qual perde valor rapidamente.

Desse modo, o trabalhador apesar de toda qualificação, não consegue emprego, pois quando está qualificado para exercer uma atividade, surgem novas exigências do setor produtivo que fazem com que o trabalhador passe a ser considerado desqualificado. Por outro lado, quando conseguem se qualificar, acabam tendo que se submeter a aceitar empregos que exigem menos qualificação, pois a rapidez nos avanços tecnológicos leva também às mudanças seletivas, ou seja, o mercado sempre valoriza os mais qualificados, mesmo que as atividades não exijam.

Hobsbawm aponta as implicações da transnacionalização para os países desenvolvidos, que tiveram suas indústrias migradas para países subdesenvolvidos ou em desenvolvimentos e conseqüentemente sofreram com questões de desemprego e empregabilidade de seus cidadãos, além de outras questões ambientais e sociais. E ainda, apresenta as implicações para os países menos desenvolvidos, que receberam estas novas empresas, multinacionais, e conseqüentemente tiveram que provocar alterações em sua superestrutura: legislação, políticas, educação, formas de associações sindicais e outras para adequar ao novo padrão de produção transnacional.

Essas mudanças nos processos de produção, em especial a mentalidade capitalista faz com que recorremos à obra de Marx, que permite inferir que o homem planeja todo o seu trabalho. Para Marx,

o trabalho é um pressuposto que pertence exclusivamente ao homem.

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a construção de suas colmeias. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. (MARX, 2013, p. 255-256).

A efetividade do aperfeiçoamento dos processos produtivos no meio rural é uma realidade. Marx (2013, p. 255) pressupõe “o trabalho como uma forma que diz respeito unicamente ao homem” e ainda, que “*existe um intervalo de tempo a esta forma instintiva, animaléscas e o estágio em que o trabalhador se apresenta ao mercado como vendedor de sua força de trabalho*”.

Sobre o conceito de trabalho, Marx em “O Capital” traz que:

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria como uma potência natural. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços, e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio (MARX, 2013, P. 255).

A análise das transformações no mundo do trabalho permite inferir que essas afetaram os processos produtivos, em todos os setores e não ocorreram apenas nas áreas urbanas. No campo, o aperfeiçoamento dos processos produtivos também provocaram efetivas mudanças nas realidades.

## **Reestruturação produtiva no meio rural**

No Brasil, Previtali (2011) aponta que o processo de reestruturação teve início na década de 1980 e foi mais intensificada a partir da década de 1990. Mudanças relacionadas à introdução de tecnologias e inovações organizacionais passaram a caracterizar o setor produtivo.

No meio rural, surgem as agroindustriais e várias outras inovações tecnológicas e científicas. Essas mudanças têm sido significativas e seletivas:

Embora estas inovações possam criar novos empregos e ocupações antes inexistentes no meio rural, as novas tecnologias e mudanças organizacionais introduzidas na agricultura, são altamente seletivas em relação ao uso de força de trabalho, sobretudo quando se trata de trabalhadores com baixa qualificação profissional. (PREVITALI, 2011, p. 57).

Corroborando com esta discussão sobre reestruturação no meio rural, Ianni, (2004) aponta que a força de trabalho assume as configurações que o sistema econômico impõe, e assim, o peão se transforma em tratorista e mecânico, rumo ao desenvolvimento da especialização das atividades produtivas.

O fim do campesinato é discutido por Hobsbawm (1995, p. 284), na parte dois de sua obra “A era dos extremos”, mais especificamente na parte em que este autor discute sobre a Revolução Social, que ocorreu na “Era de Ouro”. Fato que chama atenção nessa discussão é que se percebe que realmente, nesse período, houve uma ruptura, pois *“desde a era neolítica a maioria dos seres humanos vivia da terra e de seu gado ou recorria ao mar para pescar”*.

Ianni (2004) também faz esta discussão e aponta que o “êxodo rural”, as migrações do campo para as cidades e a implantação da mentalidade capitalista no meio rural afetaram e provocaram ruptura no complexo rural tradicional, ou seja, nos segmentos que apresentavam estruturas organizacionais baseadas no modelo familiar e na produção agropecuária.

Também contribuem com a discussão sobre a reestruturação produtiva no meio rural, os autores Martins et. al. (2014, p. 1141), que discutem os impactos da difusão tecnológica na bovinocultura leiteira. Estes apresentam que o Sistema Agroindustrial do Leite se estruturou para adequar-se à competição do mercado, tanto no cenário interno quanto no externo.

Balsadi (2001) apresenta uma publicação importante sobre as mudanças no meio rural, e trata inclusive sobre os sujeitos do meio rural. Dentre as mudanças apresentadas por este autor, destaca-se que nos anos de 1990, a demanda por mão-de-obra agropecuária apresentou queda devido ao processo de modernização tecnológica, que proporcionou a redução de áreas cultivadas e aumento de produtividade, pelo uso de biotecnologia e maquinários. Este autor, ainda,

aponta que no final dos anos 1990 mais de 50% da população rural ocupava-se de atividades não agrícolas. Reflexões sobre essas mudanças permitem perceber as transformações nas atividades agrícolas impactando nas formas de empregos da população rural e no tipo de processo de trabalho. Desta forma, muitos trabalhadores, apesar de continuar no meio rural, já não exerciam atividades ligadas diretamente com trabalhos no campo, com a agricultura tradicional.

Segundo Basaldi (2001, p. 157), a grave crise mundial, na agricultura nos anos de 1980, o aumento de países que passaram a exportar as commodities, a ruptura de acordos bilaterais, com fechamento de mercados, a falta de regulação e protecionismo, além de outros fatores levaram os países do terceiro mundo a uma grande recessão, que fez com que somente os produtores com recursos pudessem acompanhar todo o processo de evolução e continuassem a produzir.

Aponta também, que com a crise na agricultura e com os avanços tecnológicos, houve uma redução no número de pessoas necessárias para realizar os serviços convencionais do campo. Algumas especificidades destes avanços mencionados são:

[...] a especialização de tarefas, dentro do processo produtivo; revolução técnica pela utilização de insumos industriais (adubos, herbicidas, fungicidas, inseticidas, sementes melhoradas geneticamente e intensificação na criação de animais (BALSADI, 2001, p. 157).

Entretanto, apesar dessas transformações nas atividades agrícolas, este autor destaca que o meio rural não é somente agrícola e que está havendo um incremento na renda das pessoas do meio rural por exercerem atividades não agrícolas:

Recentes pesquisas têm indicado que muitas áreas rurais estão rompendo com a ideia clássica de que elas sempre tendem a perder competitividade e população para as áreas urbanas, pois estão recebendo novos investimentos e atraindo empresas industriais e serviços, de forma a diversificar cada vez mais as atividades econômicas. Como resultado, há um incremento de proporção da população rural que passa a não depender exclusivamente da renda advinda da atividade agrícola. (BALSADI, 2001, p. 157-158).

Afirma também, que surgem novas funções no meio rural, e que surgem similaridades entre os mercados de trabalho urbano e rural. Além de observar uma mobilidade de trabalhadores residentes no meio rural para trabalhar no meio urbano, bem como de pessoas re-

sidentes nas cidades para o campo, esse fenômeno denominado “*Commuting*”, ir e vir das residências para o local de trabalho.

A discussão sobre a situação destes sujeitos, que trabalham no meio rural ou que habitam o meio rural e trabalham nas cidades, ou que não trabalham por estarem desempregados, diante das transformações ocorridas no final do século XX, mais especificamente no cenário rural, ainda pode ser ampliada, pois, percebe-se pelo material analisado que o trabalho no meio rural não acabou e sim assumiu nova roupagem, com alterações nas estruturas e dinâmicas das propriedades rurais. Conforme esta afirmação:

Muitas pequenas e médias propriedades têm conseguido baixar seus custos de produção transferindo às empresas de serviços externos a gestão e execução de uma parte substancial do processo produtivo, fenômeno chamado de externalização ou desativação de serviços, antes internos às propriedades rurais. (BALSADI, 2001, p. 161).

Em seguida, são discutidas e apontadas algumas especificidades e consequências das mudanças ocorridas no meio rural, visando melhor compreender a realidade em estudo.

## **Especificidades e consequências das mudanças no meio rural**

Percebe-se que, estas alterações nas estruturas e dinâmicas, que Balsadi (2001) destaca, apresentam-se de forma diferenciada para cada forma de organização rural e produzem impactos diferenciados nas relações de trabalho. Nas regiões de agricultura familiar esta externalização é consolidada com o uso de máquinas especializadas modernas que os agricultores não possuem. O equipamento mecânico básico é de propriedade do agricultor familiar, que continua realizando suas tarefas contando com o trabalho de familiares. Já, nas regiões de grandes explorações, o processo de externalização visa “principalmente a mecanismo de gestão da força de trabalho e de redução do emprego assalariado nas explorações”. E ainda, “é bastante comum a existência de trabalho precário nas empresas de serviços contratados para esse fim”, Balsadi (2001, p. 161-162).

Como exemplo dessa precarização proveniente da externalização do trabalho no Brasil, o autor cita as cooperativas de trabalho, que além de manter os trabalhadores rurais em condições precárias, ainda não estendem a estes os direitos trabalhistas, reflexões acerca

deste assunto permite inferir que a flexibilização no meio rural pode levar as mesmas consequências que no meio urbano.

Balsadi (2001) citando as contribuições de Klein(1992), Weller(1994), Graziano da Silva e Del Grossi (1997), discute algumas dinâmicas influentes que impulsionam as ocupações rurais não agrícolas e afirma que o Estado de São Paulo, por apresentar um elevado grau de urbanização, possui grande número de atividades não agrícolas exercidas pela população economicamente ativa não rural e que isto tem apresentado reflexos positivos na região. Percebe que há pessoas que residem nas cidades e vão para o meio rural desenvolver atividades que não são agrícolas, como é o caso das pessoas que vão trabalhar nas agroindústrias, nos hotéis fazendas, dos trabalhadores domésticos dentre outros.

Essas dinâmicas permitem considerar que existe uma possibilidade muito grande de empregos no meio rural, mesmo que em atividades não necessariamente agrícolas, dentre as dinâmicas apresentadas pelos autores acima, destacamos a dinâmica que trata “*da demanda da terra para uso não agrícola por parte das agroindústrias*” uma vez que esta é um dos pontos chaves da pesquisa em que este capítulo é parte integrante.

Percebe-se a complexidade de fatores que condicionam as mudanças no meio rural e os desafios para o desenvolvimento sustentável. Este autor, foca o meio rural, mas também aponta as similaridades entre os mercados de trabalho urbano e rural, as dinâmicas envolvidas, as demandas por novos perfis de trabalhadores e o surgimento de novas necessidades, no meio rural.

Em 2004, Ianni aponta que o número de famílias que viviam no campo, reduziu acentuadamente, o trabalhador deixou de morar dentro das fazendas, e de ter vínculos com os patrões e se transforma em apenas um assalariado, que vende sua força de trabalho. “A fazenda é definida como empresa organizada e o trabalhador deve habitar fora dela. Compra-se a força de trabalho avaliada em dinheiro e de onde o trabalhador retirava antes seus meios de subsistência, levaria somente o salário”. (IANNI, 2014, p.113).

Reflexões acerca dessas mudanças permite inferir que há um movimento nestas transformações. Em 2008, observa novamente mudanças invertendo este movimento nas considerações de Bacelar (2008) em que destaca que apesar crescimento modesto da economia, há uma redução na desigualdade, esta afirmação é feita ressaltan-

do o fato da população do interior crescer mais do que das grandes cidades litorâneas.

Sobre as consequências destas transformações, observa-se também que esse trabalhador muitas vezes, não mais utilizado meio rural para tirar seu próprio alimento, nem para seu lazer, e também não mais domina o processo de trabalho, portanto, o trabalhador do campo pode enfrentar o mesmo estranhamento que o trabalhador urbano já enfrentava.

Assim, como Balsadi (2001) já apresentou, que com esse processo de reestruturação surgem novas dinâmicas no meio rural, que são capazes de proporcionar novas formas de emprego no meio rural, ou seja, novas formas de possibilidades de geração de renda, surgem também, novas formas de exploração e precarização do trabalho.

Percebe-se que indivíduos do campo passaram a fazer parte de novas dinâmicas que até então não pertenciam as suas rotinas de seu trabalho, envolvendo outras organizações externas, com processos de trabalho estranhos aos homens do campo. Marx (2010) examina o estranhamento do trabalho sobre dois aspectos:

1) A relação do trabalhador com o produto do trabalho como objeto estranho e poderoso sobre ele. Esta relação é ao mesmo tempo a relação com o mundo exterior sensível, com os objetos da natureza como um mundo alheio que se lhe defronta hostilmente. 2) A relação do trabalho como ato da produção no interior do trabalho. Esta relação e a relação do trabalhador com a sua própria atividade como uma [atividade] estranha não pertencente a ele, a atividade como miséria, a força como impotência, a procriação como castração. [...] O estranhamento de si, tal qual acima o estranhamento da coisa (MARX, 2010, P. 83).

Marx, afirma ainda na página 82, que “o estranhamento do trabalhador em seu objeto se expressa, peças leis nacional-econômicas, em que quanto mais o trabalhador produz, menos tem para consumir”. Ou seja, trabalho se torna estranhado, pois o trabalhador realiza o trabalho, mas este trabalho, não lhe pertence e nem o trabalhador se reconhece nele. Nesse contexto o setor produtivo, cria novas regras, padrões, metas e exigências, que o trabalhador acaba aceitando-as como válidas e verdadeiras e busca na medida do possível, se adaptar.

Marx e Engels (1997), em “*Ideologia Alemã*”, discutem a forma como os trabalhadores são mantidos como “força de trabalho aliena-

da”. Processo pelo qual segundo estes autores, o trabalho alienado retira a humanidade das pessoas. E assim, as pessoas alienadas tentam se adequar dentro de estruturas postas. Reflexões sobre este assunto, permitem inferir que na atualidade, como exemplo desta alienação, pode-se citar pessoas tentando se qualificar, buscando atender às exigências de qualificação postas pelo mercado.

Outros autores contemporâneos têm discutidos dilemas similares a esses. Hentz, Oliveira e Batella (2013) trazem a questão, que ocorreu no oeste catarinense, em que as agroindústrias se aproveitaram do potencial da força de trabalho familiar e implementaram o modelo designado “sistema de integração” que consiste num contrato normativo de parceria entre o produtor familiar e a agroindústria.

Sistema esse, que os autores acima, consideram que exclui aqueles que não se adequarem às novas regras, ou seja, as exigências do mercado, além de fazer uma série de exigências aos proprietários das terras, de adequação das estruturas produtivas, sem, no entanto, pagarem por estas mudanças, excluem deste sistema de integração, aqueles que não se adaptarem.

Importa dizer que essas exigências e novas formas de trabalho tiram do trabalhador suas subjetividades e estes passam a trabalhar de forma alienada, uma vez que não conhecem mais todo o processo produtivo e se submetem a exigências e padrões de organizações estranhas a eles, agindo assim, segundo interesses do setor produtivo, que nesse sistema visa mais interesses materiais, o lucro, do que proporcionar condições dignas de trabalho.

Reflexões acerca das mudanças em processos produtivos do meio rural, no tocante a questão da flexibilização, eliminação de empregos formais e precarização do trabalho, também discutidos por Balsadi (2001), ao descrever novas dinâmicas, inclusive a industrialização no meio rural e outras similaridades com o meio urbano, permitem afirmar que a externalização do trabalho no meio rural, tem contribuído para dilemas como precarização e perda de benefícios.

Entretanto, há de considerar também que este autor (p. 162), considera que o meio rural atual não é somente agrícola, pois existem novas configurações do trabalho, que exigem novas formas de organização e realização de atividades. Percebe-se que as mudanças no meio rural apontam para realidades que são desafios, mas também indicam possibilidades, pois as contribuições dos autores apresentadas, permitem afirmar que há nichos de mercados urbanos específicos

como é o caso dos interessados por produtos orgânicos, ou sem agrotóxicos, bem como por um desenvolvimento sustentável.

## **Globalização, desenvolvimento e modernização e a agroindústria rural**

Hobsbawm (1995) discute a tensão entre o processo de globalização acelerado e a incapacidade das Instituições públicas e do comportamento dos seres humanos que se acomodaram nesse processo. Este autor ainda afirma que os avanços tecnológicos e as inovações não foram capazes de criar empregos proporcionais a tantas mudanças, e ainda, considera que essa é uma questão estrutural.

Hobsbawm (1995, p.285) aponta que “*os países industrializados e desenvolvidos, também se transformaram em grandes produtores agrícolas para o mercado mundial*”. E ainda ressalta que, com a mundialização, os países ricos ditam as regras e, portanto, o que ocorre em um, afeta os outros, por exemplo, a crise na agricultura brasileira que sofreu os impactos da crise mundial de 1929.

Sobre desenvolvimento, Bacelar (2008), ao discursar sobre política pública, participação social, desenvolvimento sustentável e territórios, apresenta a tendência de se construir um conceito complexo de “desenvolvimento”, diferente do conceito que dizia a respeito apenas do crescimento econômico, em que ser desenvolvido era produzir bens industriais. Segundo essa autora, cada vez mais se firma a visão de que não é qualquer crescimento econômico que se interessa e que há de se conciliar crescimento com a satisfação das necessidades das pessoas e com as questões ambientais.

Perico (2008, p. 53-54) descreve sobre um conjunto de aspectos de crucial importância para o desenvolvimento, afirmando que não é possível defender a divisão entre território urbano e rural. Não negando as especificidades de cada um desses espaços, este autor afirma que “*a articulação de políticas se torna artificial quando se pretende separar o urbano do rural*”. Esse autor afirma que o tratamento segmentado é um impedimento para o desenvolvimento baseado em visões sistêmicas.

Corroborando com esse posicionamento, os pesquisadores do Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura: Sergio Pereira Leite, Nelson Giordano Delgado, Philippe Bonnal e Karina Kato (2008) afirmam que o debate sobre desenvolvimento territorial rural se fundamenta em primeiro lugar na observação da persistência inter-

ligada da pobreza rural e da desigualdade regional e ainda afirmam que, pela primeira vez na história nacional se observou um processo de redução na pobreza rural no Brasil, apesar de seu nível continuar elevado.

Hentz, Oliveira e Batella (2013, p. 55), ao tratarem sobre modernização agrícola, aponta que, a partir de meados da década de 1960, diversas transformações foram implementadas no campo. Esses autores destacam que o conceito de modernização não apenas se referindo as modificações de bases técnicas, mas também a modernização na organização da produção e das relações de trabalho. Segundo eles: *“com a modernização os agricultores de subsistência vão perdendo lugar para as empresas rurais, sendo o lucro condicionante desse processo em que cada vez mais o capital se impõe na agricultura”*, afetando assim as formas de produção agrícola em diferentes regiões do Brasil.

O relatório de pesquisa feito pelo IPEA em conjunto com o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul apresenta o perfil da agroindústria rural no Brasil. Segundo esse documento:

Ao se falar de agroindústrias, pode-se incluir desde aquelas localizadas em propriedade de agricultores familiares ou não familiares, até as grandes agroindústrias que se encontram no espaço urbano ou rural e muitas vezes não possuem qualquer ligação com a população rural, apenas obtendo dos agricultores os produtos in natura para industrializá-los. Observando apenas aqueles empreendimentos localizados no espaço rural, atualmente nota-se que as agroindústrias familiares e não familiares têm se expandido e obtido crescente reconhecimento institucional e acadêmico. (IPEA/UFRGS, 2013, p.57).

Esse relatório confirma as afirmações dos autores citados anteriormente, pois também destaca que os espaços rurais estão passando por mudanças, em virtude da modernização agrícola e da integração agroindustrial, essas modernizações levam a exclusão de muitos agricultores que não conseguem acompanhar por falta de recursos, ou por não conseguirem acompanhar às exigências da agroindústria convencional.

Entretanto, na página 58 deste documento, é apontado que *“apesar desta situação de exclusão, os agricultores alargaram seus horizontes e perceberam outras possibilidades de geração de renda, direcionando-se para a agregação de valor às matérias primas que já eram pro-*

*duzidas na propriedade*”. Além disto, a criação de programas e políticas públicas que tem aprimorado as experiências de processamento de alimentos no meio rural.

Locatel chama atenção para a realidade brasileira que é marcada pela contradição de concentração de rendas e desigualdade social extrema. Com relação às mudanças no nível técnico na agricultura esse autor afirma que:

[...] a ampliação da integração da agricultura e dependência em relação à indústria, contribuíram para consolidar a industrialização do país, e para dar início, ainda nos anos de 1960, ao que foi denominado de “industrialização da agricultura”, ou seja, a estruturação dos segmentos industriais fornecedores de bens de capital e intermediário para a agricultura. Assim o novo centro dinâmico da economia – a indústria e a vida urbana – impões suas demandas ao setor rural e passa a condicionar suas transformações que vão culminar nos anos de 1970 na constituição dos Complexos Agroindustriais (CAIs) [...] (LOCATEL, 2012, SP).

Locatel (2012) apresenta exemplos de contradições, em seu trabalho intitulado “*Tecnificação dos territórios rurais no Brasil: políticas pública e pobrezas*”, discute as transformações observadas na agricultura brasileira que teve o Estado como seu principal dinamizador e apontam que as políticas adotadas pelo Estado beneficiaram principalmente os grandes e médios produtores, que exploravam produtos de exportação e matérias primas para as agroindústrias que localizavam na região Centro-Sul, enquanto que a pobreza é concentrada na região Norte e Nordeste. Percebe-se claramente neste apontamento a presença da contradição, uma vez que, o Estado privilegia os mais favorecidos, contribuindo com a exclusão e desigualdades sociais.

NUNES E OLIVEIRA (2007) por intermédio do Boletim Eletrônico 157, de março de 2007, apresentado pelo Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais – DESER, trata sobre a conjuntura agrícola, especificamente sobre a Emenda 3, “*a precarização do trabalho e a reforma trabalhista*”, e questiona como fica a relação da integração na agricultura. Percebe-se neste documento uma alerta sobre a flexibilização, que vem proporcionar novas formas de inserção profissional.

Neste documento, na página 4, os autores citados acima, argumentam que no sistema de integração, sem a aprovação desta ementa,

*“as agroindústrias integradoras podem ser responsabilizadas pelos danos que os agricultores possam sofrer em decorrência de ações ambientais e trabalhistas”*. A aprovação da ementa citada acima é vista como prejudicial para os agricultores, uma vez que *“as empresas integradoras teriam condições que de exigir aos agricultores que constituam em empresas para trabalhar integrado a elas”*. Desta forma, as relações entre agricultores e agroindústrias deixariam de existir e passariam a existir relações entre empresas.

Percebe-se o interesse do setor produtivo na flexibilização das relações trabalhistas para reduzir custos. Portanto, prevalece instabilidade em diversos setores, inclusive no meio rural, para os países pobres, uma vez que vários desafios foram postos, além de grandes incertezas.

Reflexões acerca das teorias analisadas e destas mudanças nas estruturas produtivas rurais permitem inferir que novos requisitos são postos à educação, no tocante a formação e qualificação para a inserção profissional. O tópico seguinte trata sobre política de formação e qualificação de mão de obra e inserção profissional.

Para tanto, é importante retornar a obra de Vieira Pinto (1979, p. 16), bem como a obra de Marx (2007, p. 539), uma vez que, para compreender o processo de formação do conhecimento, segundo estes autores, é fundamental entender que parte-se de uma situação objetiva, de um dado concreto, de um fato social que diretamente fixa a posição de cada indivíduo singular num processo histórico.

## **Formação e qualificação de mão de obra e inserção profissional**

Hobsbawm (1995, 2015) aponta que com os avanços tecnológicos, com transnacionalização, globalização e divisão internacional do trabalho, veio também à questão fundamental do desemprego, a dificuldade do trabalhador em conseguir se qualificar para acompanhar as mudanças constantes no mundo do trabalho, e assim garantir sua empregabilidade. Segundo este autor, com as mudanças nos processos de trabalho, houve aumento de atividades que exigem o ensino médio e superior. Reflexões sobre essas mudanças permitem perceber o setor produtivo como instável e de difícil inserção profissional, especialmente para aqueles não qualificados, considerados não empregáveis pelo mercado.

A questão da empregabilidade é discutida por Frigotto (2001) ao expor sobre a formação do trabalhador em relação à condição de se tornar empregável ou reempregável, caso venha a perder seu emprego. É discutida também, por Frigotto (2001, p. 81-82), em seu trabalho intitulado “*Educação e Trabalho: bases para debater a Educação Profissional Emancipadora*”. Já as questões relacionadas com a educação e emancipação, como forma de quebrar a alienação do trabalhador, são tratadas por Frigotto e Civatta (2003) e ainda, Mézaros (2010) que trata da “*educação para além do capital*”, ou seja, para a vida, e que também discute a educação com função de mediação entre a condição de se tornar empregável e o setor produtivo.

Vale enfatizar as contribuições e alertas destes autores, que ressaltam que até mesmo a educação apresenta dualidade, ou seja, uma formação de profissionais qualificados para o mercado de trabalho versus uma formação de profissionais para o convívio social e vida cidadã.

Frigotto (2001) descreve que essa educação profissional vincula-se a uma perspectiva de acomodação, conformando o cidadão com o mínimo, se tornar empregável e que trata a formação numa ótica individualista, em que deixa o cidadão disponível no mercado sob os seus desígnios.

Lucena et al (2014, p. 177) ao relacionarem educação com o movimento da ideologia desenvolvimentista até a ideologia competitivista observam que “*a educação passou de uma tentativa de adequar-se às exigências do padrão fordista, para após profunda reformulação, à tentativa de adequar-se ao referencial de flexibilização e globalização*”, padrão exigido pelo mundo do trabalho, na atualidade. Esses autores consideram que os conceitos de competências e empregabilidade podem estar configurando “*um ressurgimento ou uma neoteoria do Capital Humano*”.

Percebe-se que, numa tentativa de desalienação, Frigotto e Civatta (2003) descrevem que o conceito do homem integrado às forças sociais difere da mera submissão às forças produtivas. Segundo estes autores, esta concepção integradora distancia-se dos cursos breves de educação profissional, que são: descontextualizados de uma política de desenvolvimento e geradora de trabalho, emprego e renda e ainda desamparado de políticas sociais que sinalizem a melhoria de vida da população. Desta forma fica difícil mudança de rumo pela falta de perspectiva para os jovens e adultos desempregados, ou que estão empregados, mas querem melhorar suas condições de vida.

Ainda segundo os autores, citados acima, distancia-se, também, das reformas educativas em curso no ensino médio técnico, com seus cursos breves modulares, com a redução do saber e da técnica às questões operacionais, dos valores pautados pelo individualismo e pela competitividade exigidos pelo mundo empresarial. A educação do cidadão produtivo, em que o mercado funciona como princípio organizador do conjunto da vida coletiva, distancia-se dos projetos do ser humano emancipado para o exercício de uma humanidade solidária e a construção de projetos sociais alternativos.

Frigotto (2001) trata sobre educação e trabalho e afirma que, no contexto de crise endêmica do desemprego estrutural, a função econômica da escola que assumia uma perspectiva integradora na era do ouro capitalista, particularmente, após a segunda guerra mundial, dá lugar à função empregabilidade, formação para o desemprego, mas preocupada com ensinar competências técnicas aos indivíduos, que prepará-los, de forma a torná-los empregáveis ou reempregáveis, caso venha a perder seus empregos.

França e Scocuglia (2011) relatam que o Estado assume o pensamento único neoliberal e da ideologia da globalização, tratando a questão do desemprego como resultado da introdução de inovações no setor produtivo, responsabilizando o trabalhador pela sua qualificação, apontando que essas mudanças valorizam os mais qualificados. E ainda, que o Estado coloca que os jovens entre 15 e 24 anos, estão menos presente no mercado de trabalho devido à opção em continuar estudando.

Esse apontamento do Estado é questionado pelos autores citados acima, pois eles consideram contraditório colocar que os jovens não estão no mercado de trabalho em decorrência de adiamento voluntário, em busca da melhor qualificação, tendo em vista o aumento no nível de pobreza em nosso país.

França e Scocuglia (2011, p. 19-20), ao apontarem os princípios básicos gerais da cidadania coerente com a sociedade que se deseja, afirmam que *“a educação deve ser a pedra fundamental para a consciência da cidadania e seu pleno exercício, através de programas específicos desenvolvidos nas escolas de todos os níveis”*. E ainda, que no processo de construção da cidadania capitalista, trabalho e educação são fundamentais e na atualidade, passam a ser visto como meio necessário para conquista da cidadania.

## Considerações finais

Em virtude o exposto, em que se constatam importantes transformações nos processos produtivos no cenário mundial, nacional e local, provenientes de avanços tecnológicos, globalização, modernização e desenvolvimento, conclui-se que é necessário que as políticas de formação do cidadão busquem proporcionar uma formação não somente para o emprego, mas uma formação para a vida cidadã.

Considera-se que a formação para o emprego, visando apenas à qualificação profissional através do ensinamento de técnicas não garante ao trabalhador sua inserção profissional, uma vez que, esta inserção depende muito da realidade do setor produtivo, e que este está sempre em mudanças, como o movimento percebido nas dinâmicas no meio rural, que ora expulsa o cidadão do meio rural, ora adota nova forma de processo de trabalho que demanda seu retorno.

Defende-se que o conceito de desenvolvimento deve ser mais amplo, corrobora-se com Bacelar que não é qualquer desenvolvimento que nos interessa e acreditamos também, que não deverá haver a dicotomia entre meio urbano e rural, especialmente, quando se tratar de política para formação, qualificação e inserção profissional, uma vez que suas dinâmicas estão cada vez mais similares.

Considera-se também que as consequências dos processos de trabalho para o trabalhador do meio urbano e rural são similares, pois com base nos pressupostos teóricos apresentados percebe-se que ambos sofrem com problemas como alienação, estranhamento, precarização das condições e relações de trabalho.

Conclui-se também que uma das principais consequências das mudanças nos processos de trabalho é o aumento do desemprego e por este motivo as políticas devem assumir o enfoque de proporcionar aos trabalhadores melhores condições de emprego, renda e condições sociais, independente se território, em que este esteja inserido seja urbano ou rural.

Quanto à inserção de demandas por terras por parte das agroindústrias, considera-se que o Estado deve melhor resguardar os interesses de seus cidadãos, e não os interesses de grandes empresas multinacionais ou não, que cada vez mais se apropriam das terras e impõe seu ritmo de produção, que muitas vezes, levam a um desenvolvimento não desejado, baseado inclusive, em perdas ambientais, de direitos, de saúde e vida dos trabalhadores.

Entretanto, defende-se que isto não quer dizer que somos contra as inovações tecnológicas e organizacionais, ou contra toda e qualquer forma de empresas transnacionais ou não, mas quer dizer que se houvessem políticas eficazes, integradoras de atividades sejam agrícolas e não agrícolas, bem como de política de formação integral para todos os cidadãos, em todos os níveis da educação, em conjunto com política econômica, estrutural, de desenvolvimento ambiental, social e econômico, bem como fiscalização dos cumprimentos dos deveres fiscais, sociais, trabalhistas e ambientais por parte de todas as empresas nacionais ou não, os reflexos em questões como a da empregabilidade dos cidadãos seriam diferentes.

Percebe-se uma preocupação e incentivo grande para com competitividade, fato que cada vez mais acirra as individualidades, defende-se que somente política educacional pública, gratuita, de excelente qualidade, com objetivos de preparar o cidadão para a vida e não apenas para conseguir emprego, disponível para todos, em todos os níveis de formação, seria capaz de diminuir consequências negativas das mudanças constantes no setor produtivo.

Portanto, frisa-se que o estudo, a problematização a expansão dos Institutos Profissionalizantes e Tecnológicos, a transformação em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, a ampliação do Campus, é promissor para fornecer a sociedade acadêmica, ou não, maiores informações sobre esta temática e em especial sobre a categoria empregabilidade.

## Referências

- BACELAR, Tânia. **Palestra Magna: Política Pública, participação social, desenvolvimento sustentável e territórios**. In: BACELAR, Tânia et. al. MIRANDA, Carlos; TIBURCIO, Breno (Org.) *Articulação de Políticas Públicas e Atores Sociais*. Prefácio. Brasília: IICA, 2008. v. 8. Série Desenvolvimento Sustentável Rural.
- BALSADI, Otávio V. **Mudanças no meio rural e desafios para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: São Paulo em Perspectiva, Vol 15, Nº 1, Jan/Mar. 2001
- BOTTOMORE, TOM. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar. Edição digital, abril 2013.
- CAMPELLO, Bernardete, S. Pesquisas em andamento. In.: CAMPELLO, Bernardete, S.; CENDÓN, Beatriz, V.; KREMER, Jeannette, M.

(Org.). Fontes de informações para pesquisadores e profissionais. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

FRANÇA, Robson, L; SCOCUGLIA Afonso C. C. **O discurso e a educação profissional de nível técnico e tecnológico**. In: SCOCUGLIA, Afonso, C. C. et al. (Org.). O controle do trabalho no contexto da reestruturação produtiva do capital. I ed. Curitiba, PR: CRV, 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e Trabalho: bases para debater a educação emancipadora**. Forianópolis: Perspectiva. Jan./jun. 2001, V. 19, nº 1, p. 71-87.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIVATTA, Maria. **Educar o trabalhador cidadão produtivo ou o ser humano emancipado?** Trabalho, Educação e Saúde [online]. 2003, vol. 1, n. 1, pp. 45-60. ISSN 1981-7746.

HENTZ, Carla; OLIVEIRA, Adriano O.; BATELLA, Wagner. **Modernização agrícola, integração agroindustrial e políticas públicas de desenvolvimento rural no oeste de Santa Catarina**. Presidente Prudente. Caderno Prudentino de Geografia, n. 35, v. 1, p. 41-59, jan./jul. 2013.

HIRATA, Helena. **Da polarização das qualificações ao modelo da competência**. In: FERRETTI, Celso J. et al. (Org.). Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar. 16. Ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914 – 1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 2. Ed. 53ª reimpressão, 1995.

Kohan, Néstor. **Dicionário básico de categorias marxistas**. Disponível em: <http://pcb.org.br/portal/docs1/texto3.pdf>. Acesso em 20 de junho de 2015.

LOCATEL, Celso. **Tecnificação dos Territórios Rurais no Brasil: Políticas Públicas e Pobreza**. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía Y Ciencias Sociales. [Em línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona. 1 de noviembre de 2012, vol. XVI, nº 418(66). [ISSN: 1138-9788].

MARTINS, Henrique C. et. al. **Os impactos da difusão tecnológica na bovinocultura leiteira: um estudo dos integrantes da cadeia agroindustrial do leite em um município de Minas Gerais**. Santa Maria: Ciência Rural, v.44, n.6, p. 1141-1146, jun. 2014.

MARX, karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuer-**

- bach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital**. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução: Jesus Ranieri. 4. Reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2010.
- Mészáros, I. **A educação para além do capital**. SP, Boitempo Editorial, 2010.
- NUNES, Sidemar P.; OLIVEIRA, Marcos A. **A Emenda 3, a precarização do trabalho e a reforma trabalhista. Como fica a relação de integração na Agricultura?** DESER, Boletim Eletrônico N° 157, mar. 2007.
- OLIVEIRA, Giselle A.; PALAFOX, Gabriel H. M. **Análise de limitações e possibilidades para as pesquisas sobre políticas educacionais considerando as abordagens positivistas, fenomenológica e materialista dialética**. Ponta Grossa: Práxis Educativa, V. 9, n. 2, p. 419-441, jul/dez. 2014.
- PERICO, Rafael, E. **Articulação de Políticas e Participação Social**. In: BACELAR, Tânia et. al. MIRANDA, Carlos; TIBURCIO, Breno (Org.) **Articulação de Políticas Públicas e Atores Sociais**. Prefácio. Brasília: IICA, 2008. v. 8. Série Desenvolvimento Sustentável Rural.
- SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2007.
- VIEIRA PINTO, Álvaro. **Ciência e existência: problemas filosóficos da pesquisa científica**. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1979.

Esperamos que esse livro contribua para o debate político e filosófico sobre a educação. Afirmamos que caso seja infringido qualquer direito autoral, imediatamente, retiraremos a obra da internet. Reafirmamos que é vedada a comercialização deste produto.

Título	Trabalho, educação e formação profissional: a expansão do capitalismo e a reestruturação da produção
Organizador	Robson Luiz de França
Revisão	Lurdes Lucena
Páginas	139
Tipografia	Gill Sans MT
Formato	A4
1ª Edição	junho de 2016

**Navegando Publicações**  
CNPJ – 978-85-92592-00-4



NAVEGANDO

[www.editoranavegando.com](http://www.editoranavegando.com)  
[editoranavegando@gmail.com](mailto:editoranavegando@gmail.com)

Uberlândia – MG  
Brasil



O processo de reestruturação produtiva em curso na sociedade capitalista impacta profundas mudanças aos trabalhadores. A apologia do envolvimento manipulatório somado ao crescente processo de individualização social fomentado pelo neoliberalismo afetam as relações no cotidiano do trabalho. O pressuposto da empregabilidade capitalista é um dos instrumentos utilizados pelos homens de negócios para materializar um conjunto de relações opressivas no trabalho. Como esta relação afeta a educação? Existe possibilidade da educação se manter em um campo crítico frente a esse processo social? São estas e outras questões que aqui são debatidas.



978-85-92592-07-3



*Navegando Publicações*